

RECORTES DE HISTÓRIA DO NORDESTE BRASILEIRO

POLÍTICA, ECONOMIA E CULTURA



FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO
JOÃO PAULO CHARRONE
MÁRCIO DOUGLAS DE CARVALHO E SILVA
(ORGANIZADORES)

cancioneiro



PPGHE



CAPES

COLEÇÃO - ANAIS DO IV SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL -
ESCRITA DA HISTÓRIA: CULTURA E PODER - VOL. 03

**Recortes de História do Nordeste Brasileiro:
política, economia e cultura**

*Coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil –
Escrita da História: cultura e poder, v. 3*

Francisco Gleison da Costa Monteiro
João Paulo Charrone
Márcio Douglas de Carvalho e Silva
(Organizadores)

**Recortes de História do Nordeste Brasileiro:
política, economia e cultura**

*Coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil –
Escrita da História: cultura e poder, v. 3*

cançãoeiro

V Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil – Escrita da História: cultura e poder

Coordenação Geral do Evento

Francisco Gleison da Costa Monteiro
João Paulo Charrone

Comissão Científica

Antonio Alexandre Isidio Cardoso - UFMA
Antonio José de Oliveira - UFRN
Cícero Joaquim dos Santos - URCA
Cláudia Cristina da Silva Fontineles - UFPI
Cristiana Costa da Rocha - UESPI
Cristiano Luís Christillino - UEPB
Edwar de Alencar Castelo Branco - UFPI
Francivaldo Alves Nunes - UFPA
Johny Santana de Araújo – UFPI
Márcio Douglas de Carvalho e Silva – UFPI
Valério Rosa de Negreiros - UESPI

Copyright © 2024 by Francisco Gleison da Costa Monteiro, João Paulo Charrone, Márcio Douglas de Carvalho e Silva (Organizadores)

Todos os direitos reservados.

Projeto gráfico e diagramação
Ronyere Ferreira

Capa
Mário Sergio Olivindo

CANCIONEIRO

Editora chefe
Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial
Antonio Ozaí da Silva (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)
Diego Buffa (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)
Giselle Menezes Mendes Cintado (Université Paris-Est Créteil, França)
Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, EUA)
Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Nancy Yohana Correa Serna (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)
Silvia Glocer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)

Recortes de História do Nordeste Brasileiro: política, economia e cultura / Francisco Gleison da Costa Monteiro, João Paulo Charrone, Márcio Douglas de Carvalho e Silva (Organizadores).
1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2024.

197 p.: il.

(Coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil – Escrita da História: cultura e poder, 3)

ISBN: 978-65-5380-210-0 (digital)

1. Brasil – História 2. Educação – Docência I. Título II. Coleção

CDD 981

EDITORA CANCIONEIRO
Teresina - Piauí
www.editoracancioneiro.com.br
contato@editoracancioneiro.com.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
Modos de viver dos sertanejos nordestinos sob o olhar do casal Agassiz: uma história de ressignificação (1865-1866).....	11
<i>Mariana Victória Batista Rodrigues</i>	
<i>Ana Paula Cantelli Castro</i>	
“A melhor maneira de dizer a verdade é na ficção de mentira”: representações plurais do sertão nordestino a partir das narrativas de Fontes Ibiapina (1958-1985).....	26
<i>Iasmim Ibiapino Alves</i>	
Saúde e morte nos relatórios dos presidentes de província do Ceará Oitocentista (1837-1889).....	38
<i>Daniel de Sá Aguiar</i>	
Políticas públicas e experiências de vida de agricultores na seca de 1970 em Sobral-Ceará.....	52
<i>Luciane Azevedo Chaves</i>	
Entre serras, matas e riachos um grande lago espelha no horizonte: a emancipação política de Lago dos Rodrigues-MA (1970-1997).....	65
<i>Amanda da Costa Figueredo</i>	

Corrupção eleitoral e a disputa de poder: cassação em massa de prefeitos eleitos nas eleições de 2008 no Piauí.....	84
<i>Ana Geórgia Bezerra</i>	
Estratégia de Saúde da Família no Município de Caxias (1994-2000): articulações com os movimentos comunitários locais.....	101
<i>Bianca Lorrana Barros Nascimento</i> <i>Antonia Valtéria Melo Alvarenga</i>	
Programa Mais Médicos no Maranhão (2013-2020): o cuidar do corpo e da mente como ato político.....	112
<i>Georgia Maria Vieira Cruz</i> <i>Antonia Valtéria Melo Alvarenga</i>	
Os corpos negros femininos marcados: os casos de feminicídios, (in)visibilizados com mulheres na região Nordeste entre 2010 e 2020.....	126
<i>Maria Andreane Leite Pires</i> <i>Jakson dos Santos Ribeiro</i>	
Tesouros vivos da cultura cearense e suas narrativas.....	138
<i>Márcio de Araújo Pontes</i>	
O texto jornalístico na <i>internet</i>: análise comparativa das práticas e dos processos da ambiência digital dos portais <i>180graus</i> e <i>Noroeste Online</i>.....	155
<i>Cristiane Portela de Carvalho</i> <i>Marcio da Silva Granez</i>	
Do campear livre ao espaço delimitado: a relação dos vaqueiros de Elesbão Veloso com as tecnologias.....	172
<i>Maria Helena Alves Ferreira</i>	

Heróis do 2 de Julho: o marco da Independência na Bahia..... 182

Francisco Kelvin Moreira de Sousa

Georgia Maria Vieira Cruz

Jakson dos Santos Ribeiro

APRESENTAÇÃO

É com imensa alegria que publicamos esta coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil – Escrita da História: Cultura e Poder, fruto principalmente do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil – Escrita da História: Cultura e poder e, concomitantemente, do I Encontro de Discentes e Egressos do PPGHB. Evento científico e cultural que congregou pesquisadores das Linhas de Pesquisa de História, Cultura e Arte e História, Cidades, Memória e Trabalho do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI), objetivando conectar pesquisas em andamentos e discussões bibliográficas, de modo a ampliar os debates teórico-metodológicos na História e em áreas afins.

O evento se configurou como um momento de fortalecimento desta área no eixo Norte-Nordeste no país, incentivando a criação de grupos de pesquisa, o intercâmbio entre universidades, a troca de experiências entre profissionais de diversos ramos do conhecimento e o diálogo com pesquisadores de áreas como Letras, Arqueologia, Educação, Comunicação Social, Antropologia, Filosofia, entre outras. Além disso, muito nos orgulha de que nosso evento tenha também a participação de professores da Educação Básica, que vêm tanto a contribuir com o debate historiográfico, ampliando seu conhecimento sobre as condições, as perspectivas, as práticas e os sentidos do estudo e da docência de nossas “fatias de duração do tempo” em todos os níveis do ensino no Brasil.

Está presente, neste volume 3, uma apresentação de textos que vêm sendo desenvolvidos em pesquisas sobre *Recortes de História do Nordeste Brasileiro: política, economia e cultura*, especialmente no que tange ao recorte cronológico dos séculos XIX, XX e XXI. São trabalhos que contemplam, em sua autoria, docentes, doutorandos, mestrandos e jovens

pesquisadores da graduação, todos apaixonadamente vinculados às investigações neste recorte geográfico e temporal, nas mais variadas dimensões historiográficas.

Acreditamos que pensar História é, antes de mais nada, um exercício de se debruçar sobre o outro, mas também é tentar compreender como estas sociedades resolveram problemas que, muitas vezes, ainda nos atordoadam. Os questionamentos dos passados estão com seus pés sempre no presente. Dessa forma, fazer história não é olhar para o passado, mas, sobretudo, olhar para o lado. Como se constatará, a leitura do material, possibilita a ampliação das discussões dos novos saberes no campo da escrita da História do Piauí e proporciona a interlocução com as múltiplas formas de apropriação/construção do conhecimento historiográfico.

O Seminário e sua materialização, no conjunto dos volumes dos Anais do Evento, constituem-se, portanto, como um espaço singular de intercâmbio de experiências de pesquisa, socialização de conhecimento e conexão com outros espaços, aprendizagem mútua e de enriquecimento cultural.

Francisco Gleison da Costa Monteiro
João Paulo Charrone
Márcio Douglas de Carvalho e Silva

MODOS DE VIVER DOS SERTANEJOS NORDESTINOS SOB O OLHAR DO CASAL AGASSIZ: UMA HISTÓRIA DE RESSIGNIFICAÇÃO (1865-1866)

Mariana Victória Batista Rodrigues¹

Ana Paula Cantelli Castro²

Introdução

A passagem dos viajantes nos territórios que ainda não eram conceituados como brasileiros não é recente. Desde o século XVI, a coroa portuguesa já destinava a viajantes europeus a função de observar e descobrir recursos naturais do Brasil, isso fazia parte da concepção de exploração da época inserida dentro da política econômica mercantilista. No século XVIII, com o viés iluminista pautado na centralidade da razão, os viajantes naturalistas imbuídos de interesses científicos percorriam diferentes regiões com o intuito de realizarem descobertas por meio da observação da natureza.

Não era somente a fauna, flora, rios, montanhas e solos que chamavam a atenção dos viajantes, os homens entendidos como animais que compõe a natureza também interessavam a esses sujeitos, nesse sentido: “o naturalista deveria observar também o estado das povoações e indagar a sua história, religião, costumes, artes, economia, comércio, alimentos, medicina, indumentária, habitações, armas, guerras, funerais, etc.” (Leite, 2000, p. 8).

1. Graduanda do 8º período do curso em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (CSHNB). Bolsista voluntária do ICV (Iniciação Científica Voluntária).

2. Docente do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí (CSHNB). Mestra em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Muitas expedições científicas estiveram no Brasil durante o século XIX, inseridas no contexto de valorização das ciências e suas tecnologias. Este capítulo tratará em específico da “Expedição Thayer”, que esteve no Brasil entre abril de 1865 e julho de 1866, isto é, durante um ano e três meses, a expedição percorreu diferentes regiões brasileiras, sendo elas denominadas atualmente como: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas, Pará, Maranhão, Maceió, Paraíba, Ceará, Bahia, Pernambuco e Piauí. O grupo que embarcou em Nova Iorque rumo ao Rio de Janeiro foi composto por dezoito pessoas.

Essa empreitada científica foi denominada de “Expedição Thayer” devido ao financiamento inicialmente concedido por Nathaniel Thayer Jr. (1808-1883), o mesmo foi um empresário e banqueiro de origem americana, sendo um dos principais benfeitores da Universidade de Harvard. Posteriormente, essa empreitada contou com outros apoios e financiamentos por parte de elites intelectuais e instâncias políticas, uma delas sendo o governo brasileiro, em nome do Imperador Dom Pedro II.

Louis Agassiz, um naturalista suíço, e Elizabeth Agassiz, uma escritora norte-americana, eram casados e percorreram regiões da Província do Norte do Brasil, registrando suas experiências em um diário de viagem intitulado *Viagem ao Brasil – 1865-1866*, contendo as suas impressões acerca das regiões interioranas e suas respectivas populações. O diário de viagem deve ser analisado de forma crítica, uma vez que essas descrições representam a forma como esses viajantes enxergavam o mundo em que estavam inseridos. As descrições feitas pelo casal refletem, em grande medida, as doutrinas raciais que estavam em pauta naquele momento, logo, os sertanejos da Província do Norte, regiões hoje compreendidas como o Nordeste brasileiro, serão os sujeitos analisados neste capítulo. Assim, buscamos compreender por meio da problematização das entrelinhas do diário de viagem os modos de vida desses sujeitos.

Ginzburg (2006) nos orienta a trabalhar com as fontes. Segundo ele, estas são subjetivas e marcadas por disputas de interesses, sendo assim é preciso manter determinadas distâncias e não realizar qualquer tipo de julgamento, pois não somos juízes ou inquisidores, devemos perceber as emoções, sentimentos, medos e apreensões e como estas interferem na própria escrita. É necessário estar ciente que não existe uma verdade única e acabada, mas possibilidades de interpretações e estas vão ocorrer a partir

do local social de fala de quem está trabalhando com a fonte, a mesma não vai nos dizer o que queremos ouvir, mas vai oferecer respostas a partir do que iremos questionar.

O casal Agassiz: uma breve biografia

Faz-se necessário uma breve biografia do casal Agassiz para compreendermos seus locais sociais de fala. Ademais, o casal foi responsável por construir o diário de viagem, embora seja possível perceber na leitura que a escrita do diário ficou a cargo de Elizabeth Agassiz. Entretanto, Agassiz aparece em vários momentos descrevendo os modos de vida dessa população, logo, imprimindo suas impressões acerca das experiências observadas, além de que as próprias visões de mundo da própria Elizabeth foram, em grande medida, moldadas pela convivência com Louis Agassiz.

De acordo com Antunes (2015), e Machado e Huber (2010), Jean Louis Rodolphe Agassiz, foi um naturalista, anatomista comparativo, paleontólogo e geólogo suíço. Louis Agassiz nasceu em 28 de maio de 1807, em uma vila chamada Môtier no oeste da Suíça e faleceu em 14 de dezembro de 1874. Embora Louis Agassiz inicialmente tenha ingressado no curso de Medicina, percebemos que suas escolhas, vontades e contatos o direcionaram para o campo da história natural.

Segundo Antunes (2015), Louis Agassiz teve contato com o professor Carl Von Martius, renomado botânico e médico alemão, que foi um dos principais estudiosos da região amazônica. Martius despertou o interesse de Agassiz em estudar a fauna brasileira, já que ele possuía um amplo conhecimento sobre peixes do Brasil. Agassiz, ainda na Alemanha, teve acesso a espécimes de peixes brasileiros por meio desse contato com Martius. Além disso, o diálogo ocorrido em 1840, na França, entre Agassiz e o naturalista George Gardner, também contribuiu para fortalecer o desejo de Agassiz de viajar para o Brasil.

Ao chegar nos Estados Unidos, Agassiz estabeleceu contato com o médico e naturalista George Samuel Morton, que se apropriou de estudos voltados para a craniologia. Esse contato também impactou na mudança de posicionamento de Agassiz, que transitou do monogenismo para o poligenismo. Isso o levou a pensar que a origem da raça humana é diversa, logo, tem origens distintas e independentes, convencendo Agassiz e ou-

tros estudiosos que aderiram a essa perspectiva a acreditar que existiam grupos humanos que eram biologicamente incompatíveis.

É importante citar que Agassiz passou a realizar pesquisas no laboratório do médico Morton, num espaço que havia centenas de crânios de diferentes grupos humanos. Nesse laboratório, a partir da pesagem e da observação dos aspectos desses crânios, os estudiosos usavam os dados obtidos para estabelecer uma hierarquia das raças humanas com base nos supostos parâmetros de suas capacidades intelectuais. Por meio dessa rede de contato estabelecida, percebemos a imersão de Louis Agassiz nos debates norte-americanos acerca da perspectiva de hierarquia qualitativa das raças humanas.

Elizabeth Cary Agassiz nasceu em 5 de dezembro de 1822, em Massachusetts, nos Estados Unidos, e faleceu em 1907. Seus pais foram Thomas Graves Cary (1791-1859) e Mary Ann Cushing Perkins (1798-1880). Sua família era uma das mais abastadas de Boston, de acordo com Antunes (2021). A educação e a música estiveram presentes na infância de Elizabeth. Ela foi a segunda esposa de Agassiz, e o casamento ocorreu em Boston no ano de 1850.

É importante perceber que Agassiz não tinha ainda reconhecimento nos Estados Unidos, pois ele morava na França, sendo assim, não participava do ciclo de debates científicos estadunidenses, porém, como Antunes (2021, p. 22) afirma, “o casamento com Elizabeth também foi estratégico para o posicionamento de Agassiz na elite intelectual do país que servia de sua nova casa”. O autor ainda cita que a posição social assumida pela família de Elizabeth foi fundamental para que Agassiz conseguisse ser professor na Universidade de Harvard, que, já naquela época, era uma instituição de grande prestígio.

Elizabeth, de acordo com Antunes (2021), propôs em 1855 fundar uma escola destinada para o ensino de mulheres. Louis Agassiz aceitou a ideia e começou a lecionar nessa escola. Na leitura da monografia do autor, percebemos que apenas mulheres membros de uma elite eram contempladas com esse ensino em um contexto no qual a educação não era ofertada para todas as classes e sexos. A escola foi denominada por *Agassiz School*, as alunas tinham aulas de várias áreas, dentre elas, história natural, literatura e latim. “Elizabeth acompanhava diariamente as aulas do marido, aprimorando, desta forma, o seu próprio conhecimento

sobre as ciências naturais e pouco a pouco desenvolvendo habilidades que seriam fundamentais para a carreira científica do próprio Agassiz” (Antunes, 2021, p. 24).

Na criação dessa escola percebemos um benefício tanto para Elizabeth como para Louis Agassiz. Elizabeth pôde aprender sobre a história natural e outras áreas, já que isso fazia parte de seus próprios interesses, enquanto Louis Agassiz se tornou ainda mais conhecido no âmbito acadêmico e intelectual de Boston, além de poder contar com as habilidades de sua esposa nos projetos científicos planejados por ele, como a própria expedição realizada ao Brasil.

Nas leituras sobre Elizabeth, observamos que ela não possuía uma formação superior em história natural, já que esses espaços eram predominantemente restritos aos homens membros de uma elite. No entanto, ela sempre esteve presente nas atividades e estudos realizados por Agassiz. Conforme afirmado por Antunes (2021), na casa do casal funcionava o laboratório de Louis Agassiz. Podemos conjecturar sobre como essa convivência direta com as ciências naturais despertou o interesse de Elizabeth por esse campo de estudo. Dessa forma, ela foi se apropriando desses conhecimentos e, conseqüentemente, contribuindo significativamente nos trabalhos do marido, como evidenciado na expedição.

Esse “contribuir” não deve ser pensado somente em relação a Louis Agassiz, mas devemos contabilizar os interesses e predileções de Elizabeth, pois no diário percebemos seu domínio de conhecimentos científicos ao retratar os espaços, fauna, flora e a própria atenção e riqueza de detalhes usados para descrever as populações brasileiras e o seu cotidiano.

Noções de ciência: as doutrinas raciais do século XIX

O século XIX testemunhou inúmeras transformações nos âmbitos político, econômico, cultural e social. Dentro dessas mudanças, destaca-se o avanço da ciência e o questionamento dos variados discursos políticos. Nesse contexto, a Europa se utilizava de mecanismos que buscavam justificar o imperialismo moderno, sendo um deles as doutrinas raciais e seus impactos na subjugação dos povos e na dominação das nações. Observa-se que, nesse período e espaço, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, houve intensos debates acerca das doutrinas raciais. Assim, os grupos

humanos eram entendidos como pertencentes a “raças” distintas e classificados hierarquicamente com base na ideia de “raça”.

Nesse recorte temporal e espacial, acreditava-se, a partir da hipótese evolucionista, que o progresso estaria restrito às sociedades “puras”, livres de um processo de miscigenação, deixando de entender a evolução como obrigatória (Schwarcz, 1993, p. 61). Nessa perspectiva positivista, fundamentada nas ideias de progresso e civilização, os habitantes das regiões interioranas do Brasil, atualmente conhecidos como sertanejos nordestinos, e todos aqueles que passaram pelo processo de miscigenação, como os povos indígenas, eram considerados grupos humanos “incivilizados”, inseridos em sociedades destinadas ao fracasso e à deterioração.

Ao analisarmos as concepções científicas do casal Agassiz, é importante compreendermos os mecanismos utilizados para sustentar ou legitimar essas perspectivas, sendo a fotografia um deles. Conforme Anateresa Fabris (1991) destaca, a fotografia assumiu grande destaque como uma inovação no campo da ciência no século XIX, estando intimamente relacionada aos conhecimentos científicos e às tentativas de comprovação de verdades estabelecidas.

Na obra de Machado e Huber (2010), as autoras apresentam as coleções fotográficas produzidas no Brasil entre os anos de 1865-1866 e nos Estados Unidos, na Carolina do Sul, em 1850. Louis Agassiz pretendia compilar um documento que abrangesse todos os tipos raciais existentes no mundo, a fim de demonstrar as consequências do hibridismo. Agassiz compreendia que deveria haver uma separação total entre as raças, considerando os impactos negativos da miscigenação que resultavam na degeneração física e mental dos sujeitos, manifestada por características indesejáveis.

De acordo com os estudos realizados por Machado e Huber (2010), bem como a análise crítica deste vasto acervo fotográfico, destaca-se a seguinte fala: “Pouco foi escrito sobre o fato de Agassiz ser também um dos racistas mais influentes do mundo e um pensador pioneiro do *apartheid*” (Machado e Huber, 2010, p. 139). Desse modo, como Schwarcz (1993) também destaca em sua obra, entendia-se que deveria haver a segregação das raças humanas com o intuito de preservar a superioridade racial europeia.

Essa percepção implicou em políticas raciais como a eugenia, que

tinha diferentes objetivos, sendo um deles a interferência na reprodução humana com o intuito de controlar as características hereditárias tidas como desejáveis, além de promover políticas de casamentos que repudiavam a união entre grupos humanos distintos, pois isso era entendido como nocivo à sociedade.

Na tentativa de segregação das raças, respaldada também pelas práticas eugenistas, um dos objetivos da viagem do casal Agassiz ao Brasil seria obter a permissão do Imperador Dom Pedro II para trazer dos Estados Unidos uma população de escravizados que eram considerados indesejáveis naquele momento. Segundo Antunes (2015, p. 21), “o projeto da deportação dos negros para o Brasil visava, principalmente, a região do Amazonas, tanto por seu clima quanto pela crença de que, se a região ainda não havia prosperado, era pela falta de colonização”. Percebemos que a expedição, além de estudos naturais, também se interligava a interesses diplomáticos que permeava a relação entre Agassiz e Dom Pedro II.

É importante perceber ainda a negação da presença indígena na região do rio Amazonas. São inúmeras as descrições do cotidiano das populações nativas nessa região. Entretanto, os viajantes caracterizam esses locais como fadados ao fracasso, uma vez que essa população não é reconhecida na possibilidade de fazer com que essa região, possuidora de grandes potencialidades, progrida. Segundo o casal, é necessário a existência de negros para trabalhar e homens brancos para realizar o progresso dessa região. Percebemos, então, um enraizamento do colonialismo nessa perspectiva. Além disso, um dos motivos da vinda do casal ao Brasil foi a negociação da abertura para outras nações do rio Amazonas.

Podemos compreender, em uma de tantas passagens do diário de viagem, esse aspecto da desqualificação das raças: “é como se toda a pureza do tipo houvesse sido destruída e resultasse um composto vago, sem caráter e sem expressão” (Agassiz, 2000, p. 286). Observamos neste trecho a crença de que o processo de miscigenação tenha resultado na degeneração física e mental dos sujeitos, uma vez que as características positivas da “raça pura” se perderam.

Segundo em Antunes (2015), Machado e Huber (2010), Louis Agassiz participava ativamente dos debates acerca da escravidão, bem como na definição do local em que os negros deveriam ocupar, este era de inferiori-

dade e subalternidade, pois reforçaria também a forma como deveriam ser tratados, isto é, com opressão e repúdio.

Em 1850, Agassiz estava profundamente envolvido nos debates e estudos sobre a raça humana, buscando incessantemente comprovar a inferiorização racial. Nesse período, realizou uma viagem a uma fazenda na Carolina do Sul com o propósito de fotografar escravizados. Essa expedição contou com o apoio do Dr. Gibbes, que, segundo Machado e Huber (2010, p. 140), era “um admirador de Morton, que lhe ofereceu a oportunidade única de analisar espécimes de escravos africanos como se estivesse estudando peixes petrificados nos Alpes suíços”.

Observamos que os escravizados africanos foram comparados a seres do reino animal, ou seja, aos peixes. Isso resulta em uma animalização dos sujeitos, que são reduzidos a essas categorias.

Enfatiza-se que a atribuição de sentido ao sertanejo e ao sertão nordestino pelo casal Agassiz está relacionada ao positivismo, na medida em que enxergam apenas os grandes feitos heroicos e políticos, em detrimento dos grupos sociais qualificados como inferiores. Além disso, observamos a visão eurocêntrica do casal Agassiz ao caracterizar as populações sertanejas com base nas teorias raciais. Isso se entrelaça com aspectos do projeto de expansão do capital e da noção de modernismo, onde características físicas e a condição social do sujeito são sobrepostas à sua localização geográfica. Isso resulta em uma posição de inferioridade eterna, sem que seja possível a mobilidade dessa situação.

Devemos observar como essas visões do século XIX vão ganhando dimensões ao longo do tempo e influenciando a construção de um imaginário acerca das populações sertanejas e do próprio sertão. Os sertanejos nordestinos são frequentemente representados de maneira inadequada na historiografia tradicional, por meio de narrativas simplistas e reducionistas. Além disso, as experiências desses sujeitos acabam sendo intencionalmente silenciadas no processo de escrita.

Uma parcela dessa representação inadequada é devida à própria noção de “sertão” que foi historicamente construída. O sertão, nessas representações, é sempre concebido a partir da ideia de distância, atraso e inferioridade em relação às demais regiões brasileiras.

O sertanejo e o sertão

Ao pesquisarmos o conceito de “sertão”, nos deparamos nos dicionários com inúmeros significados, sendo alguns deles: “lugar agreste e não cultivado, afastado de povoações”; “floresta no interior de um continente longe da costa”, “região pouco povoada do interior do Brasil”. Ainda em relação aos vários significados da palavra “sertão”, Euclides da Cunha (1902, p. 22), conceitua este como um local desconhecido que tende a permanecer assim por um longo período, e ainda afirma: “É um pomar vastíssimo, sem dono”. Para Elizabeth Agassiz (2000, p. 412), o sertão é comparado com o deserto, já que “na estação seca, porém, justifica bem o seu nome e transforma-se num verdadeiro deserto, tão requeimado pelos ardores do sol que toda a vegetação é destruída”. Nesse sentido, de acordo com Silveira e Araújo (2007, p. 5), “pensado como lugar distante e despovoado, o sertão era o que fugia do controle. Ele desapareceria na medida em que era alcançado. Portanto, o sertão era sempre mais a frente, ele não era um lugar, mas uma ideia”. Isto é, para além de um espaço geográfico, o sertão era um conjunto de ideias fabricadas que assumia diferentes intenções, sendo assim, “o sertão não é um só”. Dentro da ideia de “sertão”, que deve ser refletida no plural, podemos pensar nas identidades dos seus habitantes e como estas vão de construindo a partir dos processos históricos. Nesse sentido, devemos refletir: quem são os sertanejos? O que os torna sertanejos?

De acordo com Silveira e Araújo (2017), a ideia de “sertão” está em processo de construção desde o século XVI com a chegada dos europeus e, conseqüentemente, do processo de colonização. No século XIX, foi forjada uma ideia de nação. Nesse sentido, de acordo com Temístocles César (2004), o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 no Rio de Janeiro, pode ser compreendido como um importante marco teórico para se pensar a história. A partir da organização dos documentos provenientes das províncias, um grupo formado por uma elite letrada traçou os primeiros caminhos para construir uma perspectiva da nação brasileira.

Desse modo, posteriormente, os historiadores do IHGB perceberam que seria necessário definir quem eram esses diversos povos que faziam parte da sociedade brasileira. No entanto, essa classificação ainda colocava esses

grupos sociais em uma posição de inferioridade, passíveis de “iluminação” por parte dos “detentores da civilidade”.

É importante compreender, atrelada a esse cenário, a forma como os sertanejos nordestinos foram se constituindo enquanto ser social ao fabricar sua identidade. Esta foi construída também em confronto com projetos de poder pautados na opressão das classes dominantes. Entretanto, as experiências sertanejas, marcadas pelos seus modos de vida, nos levam a perceber os mecanismos historicamente estabelecidos para resistir a esse sistema e ainda se configurar como sujeitos protagonistas de uma história complexa e repleta de significados.

Por meio de autores como Cunha (1902) e Castro (2002), observamos que viver no sertão também é se construir enquanto sertanejo. As lutas travadas contra as instituições de poder e a interação com a terra e a natureza, que implicam nos seus hábitos e costumes, fomentam o sentimento de pertencimento que se relaciona à fabricação identitária. Esta não é fixa e se constitui por processos complexos que também envolvem o contato com outros grupos sociais.

Os sertanejos nordestinos descritos pelo casal Agassiz são sujeitos históricos que tinham seus modos de vida pautados em suas tradições culturais, crenças e ideologias, que norteavam e davam sentido à sua existência. Esta análise, fortemente embasada na perspectiva europeia, não reconhece a riqueza dessas experiências, pois elas não se encaixam nos padrões europeus, sendo assim, são inferiorizadas e até mesmo repudiadas.

Euclides da Cunha (1902) retrata os elementos que compõem a religiosidade dos sertanejos da seguinte forma: “santos mal acabados, imagens de linhas duras, a objetivarem a religião mestiça em traços incisivos de manipulansos: ‘Santo Antônio proteiformes e africanizados, de aspecto bronco, de fetiches; Marias Santíssimas, feias como megeras’” (1902, p. 79). Elizabeth retrata o mesmo elemento desse modo: “eram uma Nossa Senhora de Nazaré, uma grosseira estampa numa moldura malfeita de madeira, duas ou três outras imagens coloridas e alguns círios” (Agassiz, 2000, p. 105).

Em ambos os trechos, embora escritos em momentos e espaços distintos, percebemos a desqualificação das imagens sagradas cultuadas pelos sertanejos. Estas são ridicularizadas pela sua estética e pelos materiais usados em sua construção. Além dessa descrição negativa, observamos a

desvalorização dessas práticas que fazem parte do aparato cultural dessas populações.

Para além dessas descrições estereotipadas, que refletem as concepções de mundo de quem as escreveu, devemos perceber como esses elementos fazem parte da identidade desses sujeitos. Portanto, não devem ser interpretados de forma simplista e marcada por visões errôneas. Pelo contrário, devem ser compreendidos em sua complexidade e atrelados aos processos históricos de resistência que simbolizam os modos de viver desses sujeitos.

Elizabeth Agassiz descreve em um dos trechos do diário as suas impressões acerca de viagens ao interior do Brasil: “num país onde não há vias internas de comunicação, onde é preciso a gente se munir previamente de animais de condução, guias, camaradas e escoltas, os preparativos de uma viagem ao interior exigem grande precaução” (Agassiz, 2000, p. 108). Percebemos, na organização das viagens ao interior, preocupações que dizem muito sobre a forma que os viajantes enxergam essas regiões. Louis Agassiz, por exemplo, antes de viajar para as regiões interioranas enviou pequenos grupos para as Províncias do Piauí e Pernambuco, pois, segundo ele, os expedicionários eram jovens, fortes, logo tinham mais disposição a enfrentar todos os perigos da viagem, o que mostra uma visão já consolidada sobre essas regiões e seus moradores.

Em vários momentos, o casal Agassiz culpa os moradores da Província do Ceará pelos problemas que acabaram atrasando a expedição. Eles afirmam que essas pessoas são ignorantes e não reconhecem as várias demandas da viagem, logo, não podem perder tempo. Percebemos, na leitura do diário, essa irritação por parte dos viajantes. Se observarmos o cenário, vemos que as chuvas são frequentes e marcam a passagem do casal na Província. Mais adiante, Elizabeth Agassiz fala sobre a ausência de chuva e compara o sertão ao deserto. Será que esse incômodo dela estaria relacionado com a contradição de sua fala? Pois afirmou que o sertão é seco, o calor é insuportável, e as chuvas são escassas, mas foi impossibilitada de fazer observações pela intensa chuva que, em alguns momentos, duraram dias.

É importante destacar a seguinte questão: o que um determinado sujeito fala tem mais a ver com ele/ela do que com a pessoa ou assunto que foi falado. Sendo assim, as descrições do casal Agassiz revelam mais sobre

eles mesmos do que sobre o que está sendo descrito. Esses trechos que estão sendo analisados são discursos, assegurados em grande medida pelo viés positivista que está tentando a todo o momento excluir esses sujeitos e suas experiências da história. Devemos perceber também que por trás dos discursos existe alguma realidade que vai além dessas narrativas.

De acordo com Thompson (1998, p. 17), “a cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos [...]”. Ao analisarmos os trechos em que são retratados elementos da cultura sertaneja, é perceptível que os mesmos são negados como práticas culturais e reafirmados enquanto ações tidas como bárbaras ou incultas, assim, a cultura se encontra em uma disputa de poder mediada por diferentes classes sociais e seus distintos interesses, isto explica, em grande medida, a desvalorização dos hábitos das populações sertanejas, como é possível observar nesse trecho: “a tocar alguma coisa para nós ouvirmos, numa espécie de viola rústica, instrumento favorito das gentes do interior e orquestra comum de suas festas” (Leite, 2000, p. 183).

Elizabeth Agassiz, ao escrever o trecho acima, estava em Manaus, onde a viola estava sendo tocada por um indígena no momento. A partir do que foi exposto acerca do conceito de “cultura” de Thompson (1998), observamos que, para ele, as culturas das classes populares são valiosas e responsáveis pela transmissão de valores e tradições, principalmente pela oralidade. No entanto, a visão eurocêntrica positivista desvaloriza esse tipo de manutenção da história e da memória, considerando a oralidade como inferior e inculta, devido à falta de educação formal e à ausência de alfabetização.

É relevante notar que a viola é historicamente utilizada nos sertões como instrumento de perpetuação de tradições e valores, é comum vermos nas narrativas literárias o encontro dos sertanejos ao final de um dia de “labuta” para ouvir e cantar músicas ao som da viola. Essa socialização também ocorre através de festividades específicas de cada local. Essas músicas proferidas em toadas e rimas trazem em suas letras e melodias as experiências vivenciadas cotidianamente no âmbito do sertão, não são letras vazias ou ausentes de significados, são palavras e frases que simbolizam o viver sertanejo, suas dificuldades, anseios, inseguranças, sonhos e mecanismos estabelecidos historicamente contra sistemas de opressão.

Podemos pensar o instrumento da viola e a melodia de suas cordas, bem como as palavras proferidas pelos sertanejos, como uma forma de resistir, através da manutenção de seus valores e tradições. Nas toadas, por exemplo, é comum ouvirmos os relatos da vida na roça, da “labuta” com o gado, das proezas realizadas pelo vaqueiro e dos encantos e beleza da acolhedora mulher sertaneja que luta pelo bem da sua família. Todos esses elementos, de acordo com Thompson (1998, p. 18), “se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares”.

É importante conceber como esses trechos nos mostram elementos dos modos de vida das populações sertanejas. Thompson (2010) pensou o conceito de “modos de vida” no contexto da Revolução Industrial, com o intuito de compreender as experiências históricas vivenciadas pela população marginalizada da sociedade. Ao analisar os modos de vida de um determinado grupo social, torna-se possível entender a complexidade envolta das práticas cotidianas. Dessa forma, percebemos como as pessoas experienciam o tempo e o espaço, lidam com os processos históricos e como as mudanças afetam seu agir no mundo.

Uma vez que, segundo Thompson (2010), percebemos os modos de vida das classes populares, torna-se viável construirmos uma visão mais ampla das experiências humanas e das lutas de classe que se fazem constantemente presentes.

Considerações finais

O casal Agassiz, a partir da expedição realizada ao Brasil entre 1865-1866, construiu um diário de viagem marcado por inúmeras descrições das populações brasileiras, incluindo indígenas, negras e sertanejas. Neste trabalho, nos concentramos em analisar alguns trechos que sinalizam os modos de vida das populações sertanejas nas regiões compreendidas atualmente pelo Nordeste brasileiro. Compreender os modos de vida dos sertanejos nordestinos é entender como eles se organizam socialmente e quais são os mecanismos estabelecidos para garantir sua sobrevivência em contextos muitas vezes hostis. Problematizar os modos de vida nos proporciona conhecimentos que vão além de abordagens reducionistas e estereotipadas sobre esses povos e suas histórias.

Essa leitura problematizadora do diário é fundamental, pois nos permite explorar essas vivências para além das estruturas políticas e econômicas. Torna-se possível enxergar esses sujeitos e suas práticas que, por muito tempo, foram silenciadas e até mesmo repudiadas na historiografia tradicional e na própria fonte analisada. Não se trata apenas de “inverter a lógica”, mas sim de repensar a lógica construída pelo colonialismo e, por meio dela, atribuir significados mais profundos.

É importante perceber ainda como essas literaturas de viagens contribuíram para a fabricação de visões errôneas em relação ao sertão e seus habitantes. Sendo assim, podemos reconhecer os sertanejos nordestinos que foram construídos, mas também perceber que eles constroem suas próprias experiências, as quais são ricas e passíveis de visibilidade.

Referências

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Tradução: João Etienne Filho. Apresentação: Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte. Itatiaia, 2000. (Coleção Reconquista do Brasil).

ANTUNES, Anderson Pereira. **A rede dos invisíveis: uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, p. 155, 2015.

ANTUNES, Anderson Pereira. **A mulher viajante no Oitocentos: Elizabeth Agassiz e a Expedição Thayer (1865-1866)**. 2021. Monografia (Graduação em História das ciências e da saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

CÉSAR. Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Fundação Biblioteca Nacio-

nal/Ministério da Cultura/Departamento Nacional do Livro, 1902.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 129-143, 2000.

MACHADO, Maria H.P.T; HUBER Sasha. **Rastros e raças de Louis Agassiz**: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje. São Paulo: Capacete Entretenimentos. 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVEIRA, Edvanir Maia da; Araújo, Raimundo Alves de. **Nas trilhas do sertão**: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará. Sobral: edição UVA, 2007.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

“A MELHOR MANEIRA DE DIZER A VERDADE É NA FICÇÃO DE MENTIRA”: REPRESENTAÇÕES PLURAIS DO SERTÃO NORDESTINO A PARTIR DAS NARRATIVAS DE FONTES IBIAPINA (1958-1985)

Iasmim Ibiapino Alves¹

Introdução

Enveredar-se pela leitura e escrita é algo que fazemos diversas vezes ao longo das nossas vidas. E por acontecer com tanta frequência, não nos postamos atentos a real importância que esta exerce. Nesta trajetória, as nuances transmitidas pela historiografia ecoam pelas paredes dos labirintos que formam as nossas vivências, tornando-se presente, seja através dos estudos ou até mesmo pelas conexões que os indivíduos imprimem ao se relacionarem com outrem e com o ambiente.

Assim, o ato de contar histórias está intrínseco nos seres humanos. Repletas de significados próprios para cada indivíduo, desenvolvem um papel cultural de grande importância, registrando momentos e carregando consigo diversas lições e ensinamentos que aprendemos e respeitamos ao longo da nossa jornada.

Neste ínterim, destaca-se o papel do historiador como um contador de histórias profissional, transmitindo estes momentos registrados e conservados ao passar do tempo, enriquecendo e preservando as culturas, destacando as características identitárias presentes em cada sociedade,

1. Mestranda em História e Cultura Histórica no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

do passado e do presente, como evidencia Frisch (2006, p. 75), “faz-se necessário estudar a memória literária contextualizando-a com os aspectos culturais e sociais que marcaram a nossa história”.

Desta forma, como destaca Araújo (2015, p. 227), a historiografia seria o “resultado da trajetória percorrida pelos estudos históricos, que expressam determinadas operações envolvendo o historiador, o pensamento histórico, o trabalho documental e as narrativas”. Diante disso, percebe-se que não se trata apenas da metodologia e da teoria, mas também da interlocução entre as leituras constantes de obras que proporcionam diferentes formas de pensamento e escrita da história ao longo do tempo.

Particularmente, no século XX, a trajetória da historiografia brasileira estava marcada pela enorme presença de intelectuais que buscavam interpretar o país. Desta forma, a partir da leitura dos chamados “clássicos” percebe-se a escrita da história em seu tempo e contexto, principalmente, na medida em que esta designa a memória e o esquecimento das bibliografias que embasam nossas pesquisas, compreendendo-as para, assim, problematizá-las.

Neste sentido, escrever história ganha uma maior responsabilidade, onde o historiador deve adquirir sensibilidade ao tratar seu objeto, ao pesquisar, resumir e comunicá-lo para a sociedade, com o cuidado de eternizar estas histórias sem as tornar longas, enfadonhas e voltadas somente para o âmbito acadêmico, como destaca Levi (2014, p. 5):

O fato de os historiadores escreverem livros, muitas vezes chatos, é que nós não pensamos no leitor. Isso é fundamental, porque devemos pensar no leitor. Geralmente, os historiadores trabalham imaginando como leitores aqueles que estão no seu próprio departamento, os outros historiadores. É uma escrita muito corporativa.

Nesta perspectiva, uma narrativa com escrita de fácil entendimento ultrapassa as barreiras da academia, fortalecendo ainda mais a relação entre o contador de histórias e seu público, mais precisamente, da história e da literatura, pois o caráter particular da história misturava-se com o caráter universal da poesia, em que a história se concentrava na sociedade e na complexidade dos fatos e acontecimentos, e a literatura escapava do mundo concreto do historiador, narrando os fatos e as possibilidades de um universo imaginário e fictício.

Esta relação interdisciplinar possui tanto proximidades quanto distanciamentos e especificidades, no entanto, combinam o interesse na vida cotidiana no contexto social e nas subjetividades humanas. Neste sentido, Le Goff (2003, p. 48) afirma que “a história da história não deve se preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época”.

A partir das fontes, podemos perceber esta relação entre a história e a literatura, esta última servindo como fonte para a história, pois como evidencia Queiroz, Elgebaly e Ferreira (2020), elas “partilham cada vez mais o interesse por aquilo que diz respeito à vida cotidiana, às dimensões da subjetividade humana e às aproximações entre a vida social no seu sentido mais amplo e a vida literária”.

Dessa forma, a literatura ibiapiniana seria um exemplo desta escrita ampla. Fontes Ibiapina escrevia sobre si, seu povo, os ambientes que frequentava e as sensibilidades e sociabilidades que exercia. A alteridade presente em seus textos marcava a ideia de entender o “Outro”, pois, assim como nos mostra Burke (2004), “o Outro é visto como um reflexo do eu”. Desta forma, este paralelo viria demonstrar sua identidade, seus encontros culturais e, até mesmo, as imagens estereotipadas que uma cultura possui da outra. Esta seria considerada para além do consumo regional e, partindo do Piauí para o resto do Brasil, as obras do autor supracitado projetaram-se nacionalmente, como os romances *Palha de Arroz* (1968) e *Vida Gemida em Sambambaia* (1985), que conquistou o primeiro lugar no Concurso Nacional do Livro. Não obstante, escreveu outras obras clássicas piauienses, como *Chão de Meu Deus* (1958), *Brocotós* (1961), *Tombador* (1971), *Paremiologia Nordestina* (1975), *Terreiro de Fazenda* (2002) e *Eleições de Sempre e Até Quando* (1985), este último objeto deste capítulo.

Sentando “em volta da fogueira”, Fontes Ibiapina contava suas histórias com maestria. Utilizando como instrumento suas vivências, as brincadeiras nos terreiros de fazenda e seu flandar² pela cidade. O autor picoense conhecia e descrevia este universo narrativo com propriedade e atenção aos detalhes, percebendo todos os tipos humanos e “casos popu-

2. Referência ao termo utilizado por Walter Benjamin, que significa “andar ociosamente, sem rumo nem sentido certo”.

lares”, palavreados e comportamentos presentes no homem comum do sertão piauiense.

Com caneta e papel, Ibiapina escrevia sobre o sertanejo a qual estava habituado, destacando a simplicidade, a pobreza, os medos e o desejo de prosperar entre a iminência da seca. Nesta perspectiva, Luiz Romero Lima (2003) destaca que o romancista piauiense é dono de uma “linguagem simples, com tom coloquial e humorístico, reproduz e transforma a linguagem interiorana, utilizando-se de provérbios, modismos, máximas, dizeres regionais, oralidades, clichês e lugares-comuns”.

A partir desta perspectiva, surgem as obras do autor João Nonon de Moura Fontes Ibiapina, nascido em 14 de junho de 1921, no município de Picos (PI), mais precisamente na zona rural, no povoado Lagoa Grande. Sua vivência na fazenda e o flunar pela cidade picoense exerceu bastante influência sobre a sua literatura, tornando-se protagonista da sua narrativa e referência social intelectual sobre a cultura do Piauí.

Anos mais tarde, mudou-se para a capital Teresina, onde se graduou em Direito no ano de 1950. Além de juiz de direito, exercia outras profissões, como professor e literato. Por conta desta última, ocupou a cadeira n.º 9 da Academia Piauiense de Letras (APL), localizada na cidade de Teresina, como também foi patrono da cadeira n.º 9 da Academia de Letras da Região de Picos (ALERP). Ademais, foi membro do Conselho Estadual de Cultura do Piauí, além de ter sido um dos fundadores e o primeiro presidente da Academia Parnaibana de Letras.

Sendo um piauiense afiado³ e conhecedor da gente e dos costumes de sua terra, o premiado autor escreveu diversos livros, muitos foram publicados, mas outros ainda permanecem inéditos, que versavam entre contos, romances, folclore e peças de teatro. Segundo Rabelo (2009, p. 40), Fontes Ibiapina é “assumidamente uma narrativa regionalista, herdeira do regionalismo-tradicionalista nordestino; um realismo do espaço, portanto, disposto ora a denunciar politicamente o presente, ora a lamentar saudosamente o passado”.

DesSa forma, sua obra *Eleições de Sempre e Até Quando*, do ano de 1985, é escrita na linha de contos do autor. Contendo dez pequenos textos, aborda sobre os acontecimentos eleitorais e a política interesseira do interior piauiense. Mesmo contendo estórias, oriundas da criatividade de

3. Bem preparado para qualquer ato.

Fontes Ibiapina, as marcas destas práticas puras regionais se universalizam, sendo uma narrativa que transmite um conhecimento da diversidade cultural nordestina, como evidencia Ibiapina (1985, p. 09), “Nada de realidade com endereço de Fulano, Sicrano ou Beltrão. Todavia, com casos e personalidades encontradiços não apenas por estes brocotós⁴ piauienses, como pelo Brasil em corpo inteiro”.

Sob este viés, este capítulo tem como objetivo discutir acerca da opinião pública, trazida por Ibiapina em seus contos, sobre as experiências eleitorais do povo, evidenciando as consequências, positivas e negativas, na sociedade. Neste sentido, a escolha temática partiu da necessidade de destacar a importância deste tipo de historiografia para compreensão e valorização da cultura política de uma sociedade, onde esta desenvolve um papel importante não só para a cidade, mas para os indivíduos em si, gerando alianças e conflitos, como destaca Aquino; Nascimento (s.d.). Para Fontes Ibiapina “a melhor maneira de dizer a verdade é na ficção, que tem como característica fundamental a presença marcante e irrefreável da memória e da criatividade. Entretanto, o imaginário da ficção não pode ser confundido com a ilusão, pois, torna-se forma viva, variada e diferente”.

Para evitar maiores alvoroços, Ibiapina utiliza-se da ficção para transmitir seus ideais, desta forma, Levi (2014, p. 04) destaca que “isso não quer dizer que não haja verdade na Literatura. Há uma verdade literária que é diferente da verdade histórica. Enquanto esta tem o vínculo da documentação, a verdade literária tem ligação com entender o mundo descrito”.

Neste sentido, torna-se importante evidenciar a necessidade de preservar e divulgar estes materiais escritos, demarcando e difundindo a função social de tais acervos. O trabalho de campo realizado tratou de catalogar e digitalizar as obras do autor piauiense, presentes na Biblioteca Fontes Ibiapina da Academia de Letras da Região de Picos (ALERP).

Neste local, encontram-se diversas obras, algumas possuem apenas uma edição, que, por vezes, estão deterioradas devido ao avançar do tempo. Como postula Ana Maria Veiga (2014, P. 79):

Os acervos digitais e virtuais, ao contrário de representarem uma ameaça para as fontes de pesquisa histórica, apresentam-se como uma opção em benefício da preservação de tais documentos – esta, uma obsessão para

4. Vizinhanças, sertanias.

os profissionais do campo da História. A organização e a digitalização dos documentos acontecem como trabalho intermediário entre o material físico e seu suporte virtual.

Neste ínterim, as obras digitalizadas eternizam os ideais de Ibiapina, tornando possível novas pesquisas historiográficas, lendo suas obras a fim de um conhecimento científico, ou apenas uma leitura entretida, para aqueles que desejam conhecer a historiografia piauiense e as culturas do sertão nordestino, onde “o escrito, oral ou filmado, o arquivo é sempre o produto de uma linguagem própria, que emana de indivíduos singulares ainda que possa exprimir o ponto de vista de um coletivo (administração, empresa, partido político etc.)” (Russo, 1996, p. 88).

A cidade-ímã: conhecendo a urbe picoense

Localizada ao centro-sul do estado piauiense, no principal entroncamento rodoviário do Nordeste, ligando o Piauí aos estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, a cidade de Picos (PI) é considerada o terceiro maior PIB do estado, ficando atrás apenas da capital Teresina e o litoral Parnaíba.

Conhecida como a Capital do Mel, o município teve o início do seu povoamento devido à construção de uma capela, de Nossa Senhora da Conceição, por Antônio Borges Leal Marinho. Partindo da Fazenda Currálinho, da família Borges Leal, foi se desenvolvendo, atraindo diversos sertanistas e comerciantes.

Os primeiros indícios de formação da sociedade surgiram no século XVIII, a partir das fazendas de gado e a chegada de imigrantes portugueses e italianos, principalmente. Por ter uma área considerada fértil, utilizando-se das águas do rio Guaribas, Picos teve grande desenvolvimento através da agropecuária, com influência econômica da plantação da maniçoba, cera de carnaúba, do algodão e da produção de couro e mel,⁵ tornando-se um grande centro de produtos têxteis, de distribuição de insumos e promoção de mão de obra, fazendo com que indivíduos de todo país tivessem interesse neste comércio.

5. Para maiores informações sobre a história e o desenvolvimento da cidade de Picos, confira a dissertação *Picos: história, desenvolvimento e transformação do centro histórico* (1970), de Mara Gonçalves Carvalho (2015).

A cidade se desenvolveu entre cadeias montanhosas, se articulando e fragmentando, sendo responsável por atender demandas de toda macrorregião, em relação à saúde, economia e comércio. Segundo os dados divulgados pelo último censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), com uma população estimada em aproximadamente 78.431 habitantes, distribuídos em uma área de 577.304 km².

Sendo assim, o estado estava inserido num contexto onde a principal riqueza era a terra, o que promoveu um desenvolvimento desigual desde a sua origem, pois a terra seria utilizada como instrumento de dominação e afirmação de poder político por parte dos proprietários rurais.

Neste sentido, por ter se tornado uma cidade que recebe pessoas de diferentes lugares, com culturas diversas, a cultura política torna-se algo além do voto secreto, adquirindo correlações de força e diversos padrões de competição e pesos assumidos pelos partidos nos estados brasileiros, assim como o legado histórico de dominação de grupos de uma mesma família, detendo o poder político e econômico, marcas de uma tradição oligárquica anterior que deixou marcas na construção democrática estadual.

Ter esta herança histórica em mente é imprescindível para compreensão da trajetória democrática do estado. Girando em torno de poucos atores, limitava o processo de abertura para participação de novos integrantes nos postos políticos, deste modo, a ascensão estaria ligada apenas aos grupos políticos tradicionais.

Esta desigualdade, causada por quem detinha a maior parte das terras produtivas e ligadas à atividade comercial, permaneceu por bastante tempo, sofrendo abalos durante a “política dos governadores” e o coronelismo que, durante a década de 1920, junto ao movimento tenentista, a Coluna Prestes e a Revolução de 1930,⁶ causaram reflexos na estrutura piauiense.

Contudo, com o fortalecimento do estado perante o poder privado, a maior participação da vida política teve um controle elevado. A entrada de novos atores políticos neste cenário devido às diversas revoluções neste período motivaram a diferenciações na composição social dos grupos que disputavam o poder no estado.

Não obstante, a ampliação da competição política não significa necessariamente que haja maior democratização na formação de governos.

6. Para saber mais sobre como estas revoluções afetaram o cenário político piauiense, ver o texto “Herança e história política no Piauí: das origens à redemocratização”, de Vítor Eduardo Veras Sandes-Freitas.

Pensar esta história política nos ajuda a analisar estes processos políticos e compreender suas influências na sociedade.

“O preço da Liberdade é a eterna Vigilância”: o Brasil em busca de democracia

Nesta obra, Ibiapina (1985, p. 11) destaca a política com resquícios da Guerra Mundial e da Ditadura, como, também, a falta que sentiam de poder participar abertamente das campanhas políticas, o que ele caracteriza como a “passagem de um regime de exceção, de força, para uma democracia de bandeira desfraldada aos quatro ventos. Abertura na cuia grande, em caixa alta”.

Neste momento, duas classes se enfrentavam, uma em busca da liberdade de pensar, dizer e agir em prol dos seus direitos. Outra, velhos políticos de envergadura moral e intelectual, que viviam no ostracismo. Ademais, surgiram os jornais combatentes, que transmitiam, sem papas na língua, os caprichos de um totalitarismo governamental existente, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O autor evidencia que para haver uma República Democrática, devem existir, em síntese, cinco poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário, Imprensa e Povo, pois, para ele, seria neste momento, onde ocorriam os comícios, que haveria a maior confraternização entre o povo, que estava sedento de liberdade e justiça, onde ninguém seria incentivado por interesses individuais e materiais. Assim, a ditadura iria se apagando enquanto a democracia ressurgia.

No entanto, esses momentos de convivência nem sempre eram calmos. As oposições se enfrentavam, apelando para insultos pessoais, difamações e até violências e, para eles, quanto mais isso acontecia, mais a campanha era impulsionada, promovendo diversos comícios, passeatas, festas dançantes, excursões pelos interiores e fazendas e, até mesmo, a criação de hinos, como, por exemplo:

Oh! Brigadeiro, Pendão da Liberdade,
Teu nome vibra em nosso coração;
E em dezembro, para bem da humanidade,
Serás eleito Presidente da Nação

Entre milhões, tu foste escolhido,
Abençoado por Cristo Redentor;
Pra salvação deste povo oprimido
Da tirania do monstro Ditador

Combatente valoroso,
Sempre foste, Brigadeiro;
Sempre honraste nossa Pátria,
Mostrando ser brasileiro...⁷

Este hino, composto para o Brigadeiro Eduardo Gomes,⁸ que propunha livrar o Brasil da ditadura, pregando a democracia, “fui menos um pretendente ao governo que um defensor da liberdade democrática” (Ibiapina, 1985, p. 17).

Neste sentido, o conto *O Processo*, contido no livro *Eleições de Sempre e Até Quando*, demonstra o processo das campanhas políticas no estado do Piauí. No entanto, não se trata da campanha em si, mas dos escândalos e trapanças eleitorais que ocorrem nesse período. Neste conto, o autor evidencia a fraude que ocorre durante a apuração, mostrando o Piauí como um dos estados que lideram a classificação de “corrupção”, seguido por Maranhão e Minas Gerais.

Essa competição, de ganância e ambição, partia além dos eleitores, pois os próprios candidatos traíam seus companheiros, invadindo currais eleitorais, agindo na surdina com seus cabos eleitorais nas compras de votos, cada candidato com uma proposta mais vantajosa, seja em forma de dinheiro, saúde ou emprego. Contudo, isto nem sempre funcionava, “o interessante era que eles vendiam seus eleitores para dois, três e até mais candidatos. E, no fritar dos ovos, o tiro saindo pela culatra pra todos” (Ibiapina, 1985, p. 72).

Não obstante, o plano de alterar as urnas apuradas não funcionou, pois os candidatos esqueceram do Boletim Eleitoral, publicado após o encerramento da apuração de cada urna. Todavia, estes “chefes das fraudes” permaneciam com a opinião pública favorável, simpática a eles, mesmo

7. Hino ao Brigadeiro.

8. Ganhou ganhar apelo popular, o Brigadeiro Eduardo Gomes passou a ser designado como “candidato do povo”, “brigadeiro da libertação”, “herói dos 18 do Forte”. Para mais informações, visitar o site: Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <http://memorial-daresistencia.org.br/pessoas/eduardo-gomes/>. Acesso em: 2 mar. 2023

com suas peripécias eleitorais, fazendo com que estes não tivessem mais a coragem de candidatarem-se outra vez.

Considerações finais

Contar história, enriquecer momentos, registrando-os na história, é algo que Fontes Ibiapina tratava em todas as suas obras. Captava todos os sinais, comportamentos, palavreadores presentes no sertão piauiense e contava, de forma abrangente, a vida do sujeito nordestino com suas tradições, com o clima, a vegetação e o medo iminente da seca.

Considerado um contista, romancista, folclorista e literato, Ibiapina se expressava como ninguém, com uma linguagem simples, acessível, escrevia de forma coloquial e humorística, empregando sua técnica realista e documental, utilizava sua pesquisa como um apego à memória, identificando-se com a região nordestina, os personagens ali presentes, o homem rural e seus problemas geográficos, econômicos, sociais e políticos.

Em sua obra, mesmo se tratando de um livro ficcional, suas histórias evidenciam bastante da realidade brasileira, seja em relação ao caos eleitoral ou à importância necessária que os indivíduos impõem sobre suas opiniões políticas e seus candidatos. Conhecer aquilo que passou se torna importante para não repetirmos os mesmos erros.

Referências

AQUINO, Jakeline Rodrigues de; NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Fontes Ibiapina: cultura e identidade do sertão piauiense**. s. l, s. d.

ARAÚJO, Jhonny Santana. Os caminhos da interação entre história, historiografia e teoria. **Revista de Teoria da História**, v. 13, n. 1, p. 225-249, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo** – Obras escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BURKE, Peter. Estereótipos do outro. In: **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

FRISCH, Michael. A História como memória. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

IBIAPINA, Fontes. **Dicionário de Brasileirismos no Piauí**. Teresina: C.G. do Banco do Nordeste, 2002.

IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. **Eleições de sempre e até quando**: contos. São Paulo: Ed. Soma, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, Niterói, v. 20, n. 36, 2014.

LIMA, Luiz Romero. **Presença da Literatura Piauiense**. 3. ed. Teresina, 2003.

MEMORIAL da Resistência de São Paulo. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/eduardo-gomes/>. Acesso em: 2 mar. 2023

QUEIROZ, Teresinha; ELGEBALY, Maged; FERREIRA, Ronyere. História e Literatura. **Contraponto – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da UFPI**, Teresina, v. 9, n. 2, 2020.

RABELO, Elson de Assis. Desatinos do tempo: História e Temporalidade na ficção Ibiapiniana. In: BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo (Org.). **História e ficção**. Imperatriz: Ética, 2009. p. 39-61.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996.

VEIGA, Ana Maria. Acervos acadêmicos de pesquisa: possibilidades

e desafios. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 68-85, ago. 2014.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras. Herança e história política no Piauí: das origens à redemocratização. **Revista eletrônica do mestrado acadêmico de história da UECE**, v. VII, n. 12, 2019.

SAÚDE E MORTE NOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DO CEARÁ OITOCENTISTA (1837-1889)

Daniel de Sá Aguiar¹

No século XIX, as novas formas de olhar e disciplinar os sepultamentos, presentes ou não, nos registros escritos oficiais, evidenciam conflitos entre a visão religiosa e a visão científica, que foram levando a Igreja Católica a perder espaço diante do corpo morto. Esse cenário consta nos Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará, cujos discursos sanitaristas e higienistas passam a disciplinar a morte e o sepultamento nos cemitérios públicos, em substituição ao sepultamento em igrejas.

Os Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará do século XIX estão divididos por assuntos considerados de grande relevância para a época, com uma variedade de temas, a depender dos acontecimentos e interesses de cada momento. Nesta documentação temos: secretaria do governo ou somente secretaria, tranquilidade ou segurança pública, estatística, finanças, mapa populacional, culto público, justiça, instrução pública, corpo policial, agricultura e indústria, guarda nacional, obras públicas, catequese, civilização dos indígenas, saúde pública. Dentre estes temas, a saúde pública, instrução, culto, justiça/segurança, administração são recorrentes nos relatórios.

Os relatórios dedicam um espaço privilegiado à saúde pública e mostram preocupação com o estado sanitário da província, consistindo numa prestação de contas do governo provincial para as autoridades imperiais. Ações, opiniões, constatações e sempre preocupações com higiene, salu-

1. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

bridade e aplicações ou não de medidas sanitárias que afetam as condições de saúde do Ceará. Aparecem ainda subtemas como: cemitérios, vacinas, salubridade pública, hospitais.

Salubridade, civilidade e cemitérios públicos

A morte se torna um problema não só do universo espiritual religioso, mas também uma preocupação dos discursos de saúde pública e, em determinados momentos, o discurso secular chama a atenção para a constatação da morte/vida.

Estes relatórios trazem a problemática do discurso higienista como política pública e pensamento do século XIX. Os cemitérios fazem parte da atenção de infraestrutura das vilas da província pela preocupação estatal de combater os enterros nas igrejas, como se constata no relatório de província do Ceará, de 1838, quando alerta para a danosa prática de sepultamento em uma pequena igreja, pois,

A saúde pública reclama com instância que em a única e pequenina Igreja que existe nesta Capital; cesse o dannoso uzo de sepultarem-se todos quantos aqui fallecem. He da maior importancia que com a brevidade possivel para o Poente da Cidade, na altura pouco mais, ou menos do Paiol da Povora, que fica no caminho de Arronches se construa hum cemiterio. Excusando he estender-me sobre a necessidade desta medida; vós sois testemunhas do pestifero ar que se respira na Igreja do Rozario, e deveis estar convencidos que graves males podem provir da inspiração dos miasmas exalados continuamente de innumerous corpos em putrefração, apenas cobertas com pequenas camadas de terra mal apertado e algumas taboas apresentado grandes fendas (Mello, 1838, p. 7-8).

O texto do presidente da província mostra uma nova perspectiva sobre os sepultamentos, expondo a necessidade da construção de um cemitério, em local tido como adequado. Também aponta as implicações sanitárias do enterro nas igrejas com a proliferação de miasmas que contaminavam e difundiam doenças. A racionalidade médica passa a interferir nas práticas fúnebres, ao enxergar no cadáver um disseminador de doenças, devendo, portanto, o sepultamento passar pelo controle estatal a partir da ordenação de enterro dos corpos nos cemitérios públicos. Estes passam a ser alvo das preocupações das autoridades nos relatórios

de província, sob a influência dos estudos médico-sanitários vindos da Europa. João José dos Reis, ao refletir sobre o pensamento médico no Brasil do século XIX, expõe que:

Em sua tese, Manuel Maurício repetiu fatos e métodos de investigação que lera na literatura médica francesa. O cúmulo da ilustração nas teses higienistas da época era a teoria dos miasmas, segundo a qual a decomposição dos cadáveres produziria gases ou eflúvios pestilenciais, que atacavam a saúde dos vivos. Estes deviam se cuidar transferindo os mortos para cemitérios localizados fora do perímetro urbano, em lugares elevados e arejados, cercados de árvores frondosas que ajudassem a limpar o ar, longe de fontes de água potável e fora da rota de ventos que soprassem sobre a cidade. O ar, como se vê, era uma preocupação central; limpá-lo de fluidos miasmáticos tomou-se uma grande obsessão do século (Reis, 1997, p. 134).

Esta perspectiva passa a afetar diretamente a visão sobre a morte e o morrer no século XIX, que enxergará o corpo morto além da sua transcendência espiritual, passando este a ser analisado sob o ponto de vista da matéria corporal em decomposição e suas consequências nocivas e palpáveis. Nesse cenário, vários poderes passam a se envolver nessas políticas públicas, seja pelas legislações, pela execução por parte dos presidentes de província ou pela cobrança judicial, como em uma representação sofrida pelo presidente Motta em 1855, quando

O Dr. juiz de direito de Baturité representou-me a necessidade da construção de um cemiterio n'aquella villa, a despesa é orçada em 600 \$ 000 existem já 400 \$ 000 réis provenientes de donativos e esmolas, faltando 2000 \$ 000 réis para completar a quantia: ordenei que principiassem os trabalhos (Motta, 1854, p. 7).

Nesse cenário, observam-se compreensões sobre o morrer, morte e enterramento com visão diferente da religiosa, pois Martins, presidente da província, deseja a “construção de hum cimiterio na visinhança da Cidade, a fim de evitar-se que multidão de corpos se enterrem no acanhado espaço da pequena Capella do Rosario”. O presidente citado fala das vantagens para saúde da capital da província, tal afirmação se repete no período estudado, buscando combater os enterramentos nas igrejas e in-

centivar a construção de cemitérios públicos como infraestrutura de saúde pública. Continuando neste relatório, Martins afirma que:

Basta fazer-se um muro em roda com hum portão na frente, e plantar o interior de arvores dispostas em alamedas, a fim de que o jazigo dos mortos também possa servir aos vivos de passeio contemplativo, e recreativo. Ao depois indispensável será a construção de uma pequena capella no interior, onde se cumprão as ultimas cerimoniaes religiosas que costumão preceder o eterno descanso dos mortos (Martins, 1840, p. 4).

Ao mesmo tempo que lemos e escrevemos sobre a preocupação sanitária relacionada à construção de cemitérios, o caso acima citado não mostra uma preocupação de engenharia com a racionalidade das medições de utilizações dos espaços, demonstrado pelo uso da expressão “basta fazer-se”. Outro ponto relevante para a análise é enxergar que a construção do cemitério era pensada como algo além de um lugar para enterro dos mortos, pois considera a dimensão espiritual, visando associar a infraestrutura de política pública estatal em parte racionalizada com a tradição religiosa, ao falar da construção da capela, pois “há séculos, os sepultamentos eram realizados nas igrejas ou ao seu redor, sem que a maioria dos indivíduos se incomodasse com esta prática, que era adotada por grande parte da população da Corte, no século XIX” (Rodrigues, 1997, p. 53).

O cemitério deve afastar e, ao mesmo tempo, manter próximo os vivos e os mortos, isto é, os vivos não deveriam ser contaminados pela insalubridade dos corpos mortos e, ao mesmo tempo, os vivos não queriam seus defuntos isolados, dada a necessidade de serem lembrados e reverenciados. Essa lembrança e reverência é permeada de religiosidade, e no caso deste estudo, o catolicismo é o centro do debate, devido a sua presença constante na documentação estudada. A indispensável construção da “capella” constata a necessidade de cerimônias religiosas e a ligação do espaço do cemitério com o mundo católico no decorrer do século XIX, que tenciona com a crescente racionalidade de explicação do mundo deste período, sendo que

No início do XIX, através de Carta-régia determinava-se a proibição dos enterramentos nas igrejas e ordenava-se a construção de cemitérios pelo bem da saúde pública. Em 1825 uma nova portaria legisla sobre os sepultamentos. Em 1828 o Imperador decretava, através da Lei de 28 de

outubro, o fim dos sepultamentos nos recintos religiosos, conferindo às câmaras o dever de zelar e fazer cumprir as normas. Apesar destas leis não terem sido colocadas em prática, de forma efetiva, revelam a crescente preocupação do poder público na matéria concernente ao lugar dos mortos, bem como o interesse em sanear e higienizar as cidades (Almeida, 2007, p. 105).

A crescente perda do poder da Igreja não é tão drástica, numa sociedade na qual o Estado professa a religião católica e está presente nos relatórios de província. A seção “culto público” mostra as preocupações estatais com as manutenções, construções de igrejas e “propagandas” religiosas como instrumento de promoção da civilidade, da formação e mantimento de uma sociedade ordeira e harmônica. Neste período enxergamos que a formação do Estado nacional vai paulatinamente assumindo algumas responsabilidades que eram da Igreja, a exemplo do trato com os mortos. Assim,

O parcho desta freguezia pede instatemente auxilio para que pelas rendas da provincia esta obra seja levada a sua conclusão, bem como para que se faça uma pequena sacristia na capella do cemitério, a fim de que melhor e mais commodamente se possam celebrar ali os officios funebres (Rego, 1851, p. 13).

Vemos na relação entre Igreja e Estado, que, no tocante aos enterramentos dos mortos, a responsabilidade passa para o Estado, mas com participação da Igreja católica, que é a instituição tradicional promotora da ritualização que necessita dos espaços físicos dos novos cemitérios públicos. Há uma busca de aliar os discursos e as práticas científicas e religiosas, tendo em vista a necessidade da presença do Estado nacional em formação, diante das alternativas apresentadas pela ciência para o combate das doenças e mortes. A realidade epidemiológica da província com a presença de algumas epidemias mostra a relação entre Igreja e Estado, no tocante às questões sanitárias. O relatório de Antônio Herculano Pereira da Cunha, na seção “cemitério”, relata que “diversas tem sido as requisições das comissões sanitárias, e dos parochos das freguesias no sentido de se construirem cemitérios” (Cunha, 1851, p. 20).

A relação entre religião e espiritualidade do Estado/ciência se repete nos registros sobre o combate aos enterramentos nas igrejas, sendo

alertado, sempre, sobre as condições de insalubridade desta prática. Esse combate tinha amparo legal, pois a legislação nacional vinha garantido a proibição desde 1828, afirmando:

§ 2º Sobre o estabelecimento de cemiterios fóra do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade ecclesiastica do lugar”. (Brasil, 1828. p. 74) Estas ordenações legais estão presentes em outros momentos no século XIX e no Ceará “A lei nº 12 de 29 de setembro do ano passado, proibindo a inhumação dos cadáveres nas igrejas, atendeu às reclamações da saubridade publica, e ao respeito devido as mesmas igrejas. Sua execução será um benefício público (Motta, 1855, p. 7).

É relevante perceber que o inciso citado está no título “Posturas policiaes”, mostrando a necessidade de aplicabilidade da lei, com caráter punitivo, pois a implantação de medidas de salubridade se tornou também caso de polícia. A legislação e os debates sobre a construção e os cuidados dos cemitérios não se descolam totalmente do mundo eclesiástico, ao existirem tensionamentos entre a perspectiva espiritual e a biológica/sanitária.

As representações simbólicas em relação ao morrer e à morte vão sofrendo mudanças diante do avanço de novos conhecimentos e modos de enxergar o mundo, que se verificam nos Relatórios de Província, encontrando na morte uma preocupação com a vida, tão ameaçada pelas epidemias do século XIX. A racionalização do olhar sobre as doenças, mortes e mortos vão pautar as políticas públicas de saúde do império, pois a ordenação era: “§ 5º Estudar as epidemias, as epizootias e todas as molestias reinantes, bem assim os meios de prevenil-as e combatel-as, e fiscalisar sob o ponto de vista da salubridade os cemitérios” (Brasil, 1882. p. 97).

Vemos nos textos dos relatórios a formação da infraestrutura pública da província com atenção para questões de higiene e, para além dos cemitérios, lemos o desejo e ações na busca de melhorar, na perspectiva da época, as cadeias, escolas, hospitais, drenagem de águas, tudo isso para combater a insalubridade dos ambientes. Outra legislação no Ceará regulando os sepultamentos está presente na Lei n.º 68 de 12 de setembro de 1837, que diz:

76. Logo que hajão cemiterios, nenhum cadaver será enterrado dentro das igrejas, sacristias, ou quaesquer outros lugares no recinto das mesmas, sob pena de seus administradores pagarem vinte mil réis de multa ou

vinte dias de prisão, e os sacristães soffrerão dez dias de prisão por cada infracção.

§ 2º Não se poderá abrir cova em ditos cemiterios em lugares já occupados por outros cadaveres, sendo no chão, sem decorrerem dezoito mezes, e sendo em catacumbas dous annos, salvo se fôr por ordem dos juizes criminaes. As covas ou catacumbas não ficarão abertas por mais de vinte e quatro horas, e os infractores pagarão a multa de doze mil réis ou doze dias de prisão.

§ 3º Os corpos sepultados serão cobertos com seis palmos de terra bem socada, e em cada sepultura não poderá ter mais que corpo, e quando a mortandade fôr excessiva se alargará a sepultura, de maneira que fiquem os corpos em distancia de tres palmos, isto é, para os corpos adultos, que os de menos de sete annos terão a metade de altura e distancia declaradas: os infractores pagarão oito mil réis de multa e oito dias de prisão (Oliveira; Cordeiro, 2009, p. 132).

O amparo na legislação nacional e no pensamento da época se processam na primeira metade do século XIX, sendo a presença do Estado o direcionador e ordenador no combate aos problemas de saúde pública, provocando um deslocamento do papel do sagrado e das tradições secularizadas. Esta lei mostra que a política pública de construção de cemitérios públicos ainda estava se fazendo, pois a província não tinha cemitérios públicos para atender toda a população e, assim, não poderia haver enterros nas igrejas, “logo que hajão cemitérios”.

Outra análise da lei está na punição à desobediência deste regramento, chamando atenção para a possibilidade de prisão de um representante da Igreja efetuada pelo Estado, em um Brasil que ainda atribuía grande poder cultural ao catolicismo no tocante às crenças e comportamentos. Punir o sacristão revela um Estado impositivo nesta questão e, conseqüentemente, um novo momento que envolve a secularização dos corpos mortos.

O discurso racionalista-higienista quanto à ordenação legal possui relação com a difusão de doenças no século XIX, quando “a morte sitiava a cidade, pois acampara no Império em meados do século. Epidemias de febre amarela ocorreram em 1850, 1852, 1853 e 1854 [...] 1856 foi sobretudo o ano do cólera” (Mattos, 2004, p. 77). Diante desta realidade e do crescimento das cidades, que passaram a ser o alvo das autoridades, enquanto discurso disciplinador das classes mais pobres, apontado por Chalhoub (1996) em “O surgimento da ideologia da higiene”.

A busca de controle sobre o corpo vivo e morto vai diferenciando esse século dos anteriores, pois Ariès (1982, p. 197), quando discute o homem perante a morte ao longo da história, identifica que, a partir da Idade Média, “a morte vai ser durante muito tempo ‘clericalizada’. É uma grande mudança, a maior, antes das secularizações do século XX”. No relatório de província de 1841, há a preocupação com os enterros nas igrejas, pois:

A Cidade da Fortaleza conta uma só Igreja, em cujo estreito recinto se sepultão no correr do anno inumeros cadaveres: de maneira que a Casa de Deos se tem tornado um fóco de podridão e peste!!! Não permitti, senhores mais tempo, que os fieis, que no Templo, em que se celebrão os sagrados mysterios do seu Culto, vão buscar remédio para a vida d’Alma, encontrem no ambiente epidêmico, que ali circúla, germens destruidores da vida do corpo!!! Afastai quanto antes do meio da vossa nascente Capital esse manancial de molestias, e corrupção (Coelho, 1841, p. 17).

Os enterros nas igrejas nesse período configuram ações que prejudicam as próprias igrejas, ao colocar em risco a vida dos que a buscam na esperança de obter “remédio da alma”. Embora chamando a atenção para proibir uma prática religiosa, o texto acima não visa condenar o catolicismo e outras práticas religiosas que permeavam a sociedade. Em meio às explicações racionais da ciência, o texto do relatório alerta para a manutenção do acesso ao templo onde se faz cultos ao “sagrado mysterios”, isto é, a racionalidade e o mistério da espiritualidade estão presentes quando o assunto é o corpo morto. Os enterros nas igrejas possuem um contexto internacional e nacional, como se pode constatar no trecho que segue:

Os funerais de outrora, e em particular enterros nas igrejas, revelam a enorme preocupação de nossos antepassados com seus próprios cadáveres e os cadáveres de seus mortos. Por razões diferentes, os médicos da época da Cemiterada se preocupavam com o mesmo objeto. Eles viam os enterros dentro dos templos mesmo dentro da cidade, além de outros costumes funerários, como altamente prejudiciais à saúde dos vivos. Morros e vivos deviam ficar separados. A novidade vinha da Europa, e foi divulgada no Brasil independente por meio de uma campanha que fazia da opinião dos higienistas o testemunho da civilização (Reis, 1991, p. 28).

Diferentemente do acontecimento “Cemiterada”, quando houve revolta contra a ordem dos enterros em cemitério público na Bahia, no re-

latório de Coelho há um discurso que visa justificar os não enterros nas igrejas, a partir da preservação da vida diante da realidade das doenças, combatidas, nessa época, com medidas médico-sanitárias. A preocupação do combate aos enterros nas igrejas do Ceará está presente também no relatório de Bitancourt (1841, p. 13) que afirma: “Não he fóra de proposito tornar a lembrar a necessidade de hum Cemitério. O mal que pode occasionar o pessimo costume de sepultar os mortos dentro dos Templos he tão geralmente reconhecido, que niguem o contestará”.

Percebemos embate entre o pensamento científico/sanitarista e os registros de mortes feitos por representantes da Igreja que não possuíam competência médica. No relatório do presidente Esmerino Gomes Parente, temos um texto do inspetor de saúde pública, Dr. Antonio Domingues da Silva, da Província do Ceará de 20 de junho de 1875, que escreve:

Não devo concluir sem solicitar a benefica intervenção de V. Exc. para um ponto que reputo de maximo interesse: refiro-me à verificação dos obitos que deve ser competemente feita por medicos. É tristissima verdade que entre nós nada se tentou ainda no intuito de regularisar semelhante serviço; sendo que ainda hoje fazem-se as inhumações precipitadas dos cadáveres por um simples bilhete passado por um particular, e com a licença do vigário. [...] pôde dar-se a horrível possibilidade de vivos serem sepultados sob falsas apparencia da morte (Esmerino, 1875, p. 03).

É evidente a problemática da higiene como política pública do estado do Ceará e o avanço do conhecimento médico e de normatização das práticas de cura, constatação da morte e cuidados com o cadáver, a partir do poder da ciência médica do século XIX. A citação se choca com o poder de membros da Igreja Católica quanto à identificação e registro de mortes da população, mostrando a presença crescente das normatizações científicas estatais. Em outro trecho, esse inspetor elucida de forma mais clara a questão entre as práticas de religiosos e o que deveria ser feito para combater doenças e haver melhor proveito da ciência, pois,

Além de que, admittido que o obtuario exprima a realidade, vê-se que os passadores de bilhetes para o enterramento declaram a molestia, segundo a informação do interessado; podendo succeder que nao só a molestia seja mui contrária á assigalada, como que o doente tenha fellecido de molestia infectuosa, e n´este caso acontece que á vista da licença do vigario, base-

ado no falso bilhete, sito sepultados os cadaveres no cemiterio commum, provindo necessariamente d'ahi grandes males, quando se tiver de abrir essas sepulturas; factó este que, em minha opinião, deve-se ter dado mais de uma vez não só n'esta cidade, como tambem, e em maior escala, em toda a provincia, e que é, sem duvida, a causa do reaparecimento de algumas graves enfermidades que se tem desenvolvido. Além d'aquelle mal de consequencias incalculaveis, com a verificacao medica, a estatistica obtuaria seria mais aproximada da verdade, e de mais proveito para a sciencia (Esmerino, 1875, p. 3-4).

O disciplinamento da morte está relacionado à vida, tendo em vista o combate a doenças e a busca de erradicar as práticas dos religiosos, enxergadas como “invasão” do espaço de competência da medicina, chamando a atenção para uma preocupação mais relacionada com a ciência e a estatística, sendo essa última uma característica da racionalidade que se relaciona à medição e ao controle dos eventos da vida. O poder médico sanitarista vai se impondo em detrimento da presença da Igreja nos acontecimentos do morrer/morte. Vemos também diferenciações de cemitérios, por haver um alerta de que os padres podem não identificar corpos com doenças contagiosas enterrados em cemitério comum.

O texto do inspetor destaca o pensamento racionalista e a incorporação deste pensamento pelo Estado e por seus agentes, atuando no Ceará do século XIX, quando fala em “consequências incalculáveis da ausência de verificação médica” e da “falta de estatísticas confiáveis”, o que prejudicava a “sciencia”. As palavras “estatísticas”, “verdade” e “ciência” enfatizam o novo contexto das transformações nacionais que incorporam os saberes europeus no campo biológico e médico-sanitarista. O discurso pautado na ciência passa a orientar a educação, engenharia, finanças e políticas públicas de saúde no século estudado. Esse discurso não é absoluto e é alvo de alguns questionamentos, quando diz: “apertasse-me o coração, tendo de communicar-vos, que o terrivel flagello da febre amarella, que tanto asolára esta capital. [...] a existência d'um foco d'infecção maritima, e convendo-nos d'um factó até agora duvidoso na sciencia” (Rego, 1852, p. 8).

O combate às doenças e, conseqüentemente, à possibilidade de mortes, deve ser orientado pela ciência, pois, em 1878, o presidente Barros fala das suas ações no combate à varíola, que estava atingindo o Ceará e

que deveria “tratar da desinfecção e empregar todos os meios hygienicos aconselhados pela sciencia” (Barros, 1858, p. 39). Neste mesmo relatório há reflexões sobre os currículos educacionais europeus para orientar a nossa educação e, ao citar o italiano, aponta para questões sanitárias em que o “6º principios de sciencias phisicas e naturaes, e elementos de hygiene” (Barros, 1858, p. 14). Embora o documento não registre a aplicação desta orientação pedagógica no Ceará, mostra os vínculos da Província com o pensamento médico-sanitário europeu. Ainda sobre educação e hygiene, lemos:

Pode-se dizer que é o grande problema século, o objectivo de incessantes esforços dos legisladores e estadistas, mirando á preparar o homem para o melhor desempenho de suas funcções, pelo aperfeiçoamento moral, desenvolvimento intellectual, hygiene publica, melhoramento dos individuos, e melhoramento da raça; o que, como reflecte Tempels, significa o aperfeiçoamento do homem no corpo, espirito e coração; designa o objecto real do ensino popular, fazendo das faculdades instrumentos mais perfeitos para corresponderem á seu destino (Velloso, 1881, p. 56).

A hygiene passou a ser critério de civilidade e aprimoramento do ser humano sob a responsabilidade também dos governantes que deveriam, por meio do ensino, promover uma educação com foco na hygiene pública e no ideal de salubridade. Um ponto relevante para entendimento do século XIX está na questão racial apresentada na citação, pois no final deste século temos a disseminação de teorias que classificavam os indivíduos e nações por critérios raciais, tornando objetivo também da educação o melhoramento da raça. Isso pois,

A hygiene pública passou a ser uma pauta para as principais discussões no século XVIII e, sobretudo, no século XIX, período em que a preocupação com a saúde pública gerou estudos e discursos a respeito dos espaços públicos, da vida privada e da prática social das pessoas, pois estes se mostravam fatores contribuintes para a disseminação de doenças. A partir dessa premissa, eram considerados espaços insalubres aqueles que não tinham boa circulação de ar, fazendo com que se acumulassem pessoas e, conseqüentemente, estivessem mais propícios à forma de contágio (Azevedo, 2020, p. 52).

Considerações finais

A temática do morrer e da morte carrega uma importância historiográfica em si, tendo em vista que é um evento carregado de significados simbólicos no decorrer da história, pois povos e classes sociais em qualquer parte do mundo e em qualquer tempo histórico reagem de formas diferentes diante da morte. Nos relatórios de província do Ceará poderemos perceber as mudanças em relação ao disciplinamento do corpo no processo de morrer e da morte, momento em que se acende o debate sobre o reconhecimento do corpo morto como veículo de contágio. A política de sepultamentos nos cemitérios públicos envoltos em discursos sanitaristas provocou novas formas de enxergar o corpo morto, construindo novas sensibilidades por meio de decretos, leis, outras normas e ações de políticas públicas.

Fontes

BITANCOURT. José Maria da Silva. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1841.** Disponível em: <http://ddsnnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 10 jun. 2023..

BARROS. José Julio de Albuquerque. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1858.** Disponível em: <http://ddsnnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Lei 1º de Outubro de 1828.** Coleção de Leis do Império do Brasil – 1828, Página 74 Vol. 1 pt I. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html. Acessado em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto N.º 8.387, De 19 De Janeiro de 1882. Manda observar o Regulamento para o serviço da saúde pública.** Coleção de Leis do Império do Brasil – 1882, Página 97 Vol. 1 pt II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8387-19-janeiro-1882-544934-publicacaooriginal-56615-pe.html>. Acessado

em: 20 abr. 2023.

COELHO, José Joaquim. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1841.** Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 4 abr. 2023.

CUNHA, Herculano Antonio Pereira da. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1851.** Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 13 mar. 2023.

MARTINS, Franciso de Sousa. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1840.** Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 7 ago. 2023.

MELLO, Manuel Felizardo de Sousa. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1838.** Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 10 ago. 2023.

MOTTA Vicente Pires. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1854.** Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 20 out. 2023.

OLIVEIRA e CORDEIRO (Orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania. Tomo III (1856 – 1861)** Ed. Facsimilada. Fortaleza: INESP, 2009

REGO, Almeida. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1852.** Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 14 mai. 2023.

VELLOSO Pedro Leão. **Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. 1881.** Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 25 fev. 2023.

Referências

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Morte, Cultura, Memória: Múl-**

tiplas Interseções. Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: F. Alvez, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado imperial. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello (Orgs.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 96-175.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

POLÍTICAS PÚBLICAS E EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE AGRICULTORES NA SECA DE 1970 EM SOBRAL – CEARÁ

Luciane Azevedo Chaves¹

Introdução

Este trabalho aponta para uma discussão sobre as políticas públicas pensadas pelo Estado para os agricultores durante a década de 1970, na microrregião de Sobral no Ceará, tendo como prioridade as políticas destinadas aos períodos de seca. O número de secas ocorridas no século XX foi maior que em séculos anteriores, tendo sido registradas doze ocorrências (CPT; CPAC; IBASE, 1983, p. 40).

Na década de 1970 aconteceram duas grandes secas, a primeira em 1970 e a segunda em 1979 até 1983. Esta última foi para muitos estudiosos considerada como a pior e mais catastrófica seca do século XX, tendo se estendido para todo o Nordeste, registrando um grandioso número de mortos, numa estimativa de um milhão. Foi profundamente debatido entre pesquisadores de diversas áreas pelo fato de ser considerado um período de genocídio do Nordeste e, devido ao aproveitamento da situação pelos latifundiários, que se beneficiaram dos recursos das políticas públicas no intuito de ampliar seu poder de dominação (CPT; CPAC; IBASE, 1983).

Um fator determinante da escolha do recorte temporal está relacionado às fontes. Ao realizar um estudo aprofundado no decorrer do mestrado, pude perceber que produzir uma pesquisa voltada ao início da

1. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

década de 1970, significaria considerar a conjuntura da ditadura, qual a historiografia qualifica como um período onde o Estado prometia mudanças na esfera econômica do país.

Para a construção deste trabalho, foi constituído um diálogo com alguns periódicos cearenses e entrevistas realizadas com agricultores dos distritos de Taperuaba e Aracatiaçu, pertencentes a microrregião de Sobral. O diálogo com Thompson (1998) sobre cultura é de fundamental importância, contribuindo para a compreensão do cotidiano dos agricultores de Sobral diante da seca ocorrida no ano de 1970, bem como as modificações no ritmo de vida devido à realidade da ausência de chuvas.

A implementação das entrevistas ajudou a entender o cotidiano dos agricultores a partir de suas próprias reminiscências sobre a seca na microrregião de Sobral, pois são pessoas comuns que podem apresentar em suas falas outro olhar sobre a história. Para ajudar a pensar sobre essas questões, foram realizadas leituras de Alessandro Portelli.

As condições de vida dos agricultores em períodos de estiagem

Um dos pontos pertinentes na fala dos entrevistados diz respeito às condições de vida em períodos de estiagem. Nos periódicos *Correio da Semana* e *Correio do Ceará*, é possível evidenciar tais questões, como veremos nas notícias selecionadas e citadas nas Figuras 1 e 2.

Nas Figuras 1 e 2, trago para reflexão diferentes notícias produzidas e publicadas pelo *Correio do Ceará* e pelo *Correio da Semana* e que indicam a percepção dos jornais a respeito da situação dos sertanejos durante a estiagem de 1970. No primeiro periódico, o jornal *Correio do Ceará*, sinalizo para duas notícias da edição de 22 de maio de 1970, pois, dentre outras regiões do estado do Ceará, tratam de dois municípios da microrregião de Sobral: Cariré e Groaíras. Optei por destacar trechos da segunda notícia, referente a Groaíras, pois me chamou a atenção a maneira como se referem aos sertanejos: “[...] milhares de famílias passando privações”. “[...] O quadro atual do camponês é simplesmente dramático e constrangedor. [...] Gente que passa muita fome porque não há de onde tirar alimento” (*Correio da Semana*, 1970).

Figura 1 – Iguatu, Cariré e Itapiúna: outros que requerem frentes. Drama

desolador em Groaíras também campeia a fome



Fonte: Jornal *Correio do Ceará*. Fortaleza, 22 mai. 1970, p. 10. Setor de Periódicos. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – Ceará.

Figura 2 – Flagelo ainda continua em nosso estado



Jornal *Correio da Semana*. Sobral, 14 nov. 1970. Página rasurada. Acervo do Jornal *Correio da Semana*, Cúria Diocesana, Sobral – Ceará.

Segundo o jornal, é um “*drama desolador*”, onde “*campeia a fome*”.

No decorrer do texto, são tecidas concepções de que os sertanejos são pessoas totalmente desprovidas de condições para sobreviver no sertão, tratando-se de “*gente que passa muita fome porque não há de onde tirar alimento*”. Suas vidas estariam resumidas a dramas devido à estiagem.

Na primeira notícia, é colocada a situação de alguns municípios do Ceará – Iguatu, Itapiúna e Cariré – para se enfatizar, junto ao poder público, a urgência em providenciar frentes de serviços para essas localidades, uma vez que estariam sendo “*invadidas*” por sertanejos famintos e flagelados. Em relação ao município de Cariré, na microrregião de Sobral, o título da notícia destaca o clamor pela instalação de frentes de serviço e o texto indica a sugestão do correspondente Felinto Elísio para que a obra de motivação para a instalação dessa frente seja a reforma da estrada que liga Araras à BR 222.

Araras se localiza na microrregião de Ipu, vizinha à microrregião de Sobral. Foi distrito do município de Reriutaba e, após sua emancipação, passou a chamar-se município de Varjota. Em Araras, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) construiu o Açude Araras que, em 1952, ano do início de sua construção, era considerado o maior do Nordeste; atualmente, é o terceiro.

O segundo periódico citado, o jornal *Correio da Semana*, também se posiciona como a apontar para o que seria a “real” situação dos sertanejos. Menciona que nem mesmo as frentes de serviço e outros trabalhos realizados por agricultores nas fazendas dos pequenos, médios e grandes proprietários rurais estavam sendo suficientes, pois ainda era possível observar grupos de famintos a vagar pelas ruas da cidade de Sobral: “[...] ainda vemos em nossa cidade, famílias inteiras ao desabrigo a pedir de porta em porta, o pão para saciar sua fome” (*Correio da Semana*, 1970).

Esses sentidos que se construíam nas reportagens desses periódicos sobre os agricultores da microrregião de Sobral conduziam para o olhar de um sertanejo pedinte, faminto e desamparado. Isso me faz reportar novamente às reflexões de Marta Emisia Jacinto Barbosa, ao falar sobre história, imprensa e memória, que alertam para a distorção das notícias por meio não só de jornais impressos, mas eletrônicos, bem como revistas e outros veículos da informação, constituídos pelos grupos empresariais que monopolizam os veículos de comunicação (2006, p. 263).

A relação homem e natureza em períodos de estiagem

O encontro com os agricultores sertanejos que vivenciaram aquele período e aquela experiência de estiagem noticiada por esses jornais propiciou identificar e conhecer uma outra história. Ao contar sobre seus modos de vida e como faziam para se manterem no sertão em épocas de estiagem, os agricultores de Aracatiaçu e Taperuaba revelaram suas estratégias diante da escassez de alimentos e de trabalho. Durante os bons invernos, procuravam estocar os alimentos produzidos, como o feijão, o milho, o arroz e a farinha de mandioca. Em períodos de estiagem, embora sejam tempos difíceis marcados pela escassez de alimentos, os agricultores buscam alternativas para permanecer no sertão. Eles fazem isso estocando alimentos ou criando animais, como porcos, galinhas e capotes, tanto para a subsistência como para a venda. Com o dinheiro proveniente da venda dos animais criados, eles compram o que não conseguiram estocar.

Para complementar a alimentação, recorriam à caça e à pesca nas barragens. Aqueles que não iam em busca de frentes de serviços em outras localidades, ofereciam serviços nas propriedades vizinhas. Era o chamado “trabalho alugado”, como evidenciam os agricultores Édson Dias Gomes e Raimundo Alves, conhecido também como Senhor Vigário:

Luciane: — O Senhor falou em “trabalho alugado”. O que é mesmo “trabalho alugado”?

Édson: — Trabaio alugado é assim: o patrão tem um recurso, quer plantar mais, aí quer trabaiaador pra capinar a roça dele, né; aí, a gente vai, vai capinar. Por exemplo: eu capinava, tirar leite de gado, ali no Xavier; ele ia vender e se arremediava, arrumava alguma coisa pra pagar nós, também, trabaiaando, capinando, roçando capoeira. Trabaio alugado é assim: trabaiaar pros outro pra pagar a gente. Porque num é salário. Alugado é três dia por semana, quatro... Tem semana que tem não (Gomes, 2015).

Quando o Senhor Édson mencionou a expressão “trabalho alugado” durante a entrevista, perguntei-me sobre o que poderia ser esse tipo de trabalho. Quando o agricultor explicou sobre o que seria esse trabalho, recordei-me que essa prática ainda existe no sertão, embora não a conhecesse anteriormente por esse nome. No decorrer da entrevista, o Senhor Édson explicou as atividades realizadas no trabalho alugado. Esse tipo de

serviço tinha os dias certos, geralmente tomavam de três a quatro dias na semana e, no fim da semana, o agricultor recebia os valores correspondentes aos dias trabalhados. Tratava-se, então, de mais uma alternativa encontrada pelo agricultor para sobreviver no sertão nos períodos de seca. Esse serviço também é evidenciado pelo Senhor Vigário, no momento em que indago sobre como fazia para se manter no sertão em períodos secos:

Luciane: — Como é que fazia pra se manter?

Senhor Vigário: — A gente trabaiava assim numa diarinha de serviço, quando aparecia. Trabaiava, arrumava um pedacim de vazante e plantava... Isso aí era como nós passava, né. Platava um pedaçim de vazante, plantava aquelas coisinha e aí aparecia um serviço assim, assim de fazendeiro. Trabaiava na diária e... Tinha o meu tio, Joaquim Tônico, que morava em Macapá e ele também trabaiava na serrinha, nessa época. Aí, nós sempre trabaiava a ele. Era uma pessoa que nós sempre trabaiava. Eu trabaiando em Macapá ou ia trabaiar na serrinha pra ele. Uma diarinha de serviço (Alves, 2015).

Na fala do Senhor Vigário, percebi que o trabalho alugado acontecia dentro de um círculo familiar: aqueles que possuíam algumas terras e que tinham mais recursos para se manter no sertão acordavam serviços entre parentes. Outra observação: o trabalho alugado não consistia em contrato formal. Quando ocorria de o agricultor faltar algum dia de serviço, o proprietário das terras poderia descontar o dia de ausência no pagamento semanal ou o agricultor poderia pagar esse dia de serviço em outro momento.

Essas narrativas evidenciam que a opção de permanecer no sertão fazia com que esses agricultores sertanejos buscassem alternativas de sobrevivência até chegar o bom inverno para poderem plantar. Diante das lembranças dos entrevistados, percebi que, para esses agricultores sertanejos, o que importava era a capacidade de se manter no sertão. Enfatizam que, embora em alguns momentos fosse preciso sair para trabalhar nas obras emergenciais de localidades próximas, seus objetivos eram de voltar para continuar lidando com a terra no seu próprio lugar, pois acreditavam que migrar significaria partir sem destino, sem segurança a respeito do que iriam encontrar em outros lugares, e que não seria a melhor solução.

O Senhor Vigário também enfatiza constantemente seu esquecimento: *“Eu... num sei nem que que eu posso lbe contribuir, porque... eu sou muito*

esquecido, até dum dia pro outro". A entrevista foi realizada na Fazenda São Sebastião, propriedade de seu tio, onde o agricultor reside, como morador das terras. Embora dissesse estar esquecido, se dispôs gentilmente a contribuir para a pesquisa: "[...] se você me perguntar alguma coisa dessa época, se eu me lembrar eu respondo" (Rodrigues, 2015).

O olhar da imprensa sobre os agricultores

Além de problematizar as notícias sobre as políticas públicas, houve a necessidade de analisar as conjunturas dos jornais *Correio da Semana*, *O Povo* e *Correio do Ceará*, atentando para como as notícias estavam dispostas nas páginas e quais ganhavam maior visibilidade: a construção dos textos, a forma como cada notícia era apresentada, a utilização de palavras depreciativas em referência aos agricultores, como "*famintos*", e a ênfase nessa imagem com o recurso a expressões "*flagelados famintos*", "*sertanista sofredor*", "*sertanejos flagelados*", "*agricultores famintos*", "*cassacos*", "*vítimas da seca*". Foram pertinentes pontos no percurso para perceber a relação entre o recurso à carga dramática e a intencionalidade da notícia, como se vê no trecho citado abaixo, publicado no jornal *Correio do Ceará* no dia 16 de maio de 1970:

Também de Sobral chega-nos a idêntica notícia: agricultores famintos apreenderam três reses de propriedade do senhor Francisco 197 Figueiredo, para saciar a fome, tendo sido presos pela polícia, que os acusou de insufladores da ordem pública. Estes dois exemplos (se refere também a cidade de a Santa Quitéria) dizem bem sobre a realidade da situação da Zona Norte do Estado que ficou a parte do plano da SUDENE no que se referia a abertura de frentes de serviço, pelo que espera-se a atenção das autoridades públicas para a região (*Correio do Ceará*, 1970, p. 17, grifos nossos).

Além de considerar os agricultores famintos, a reportagem também diz que eles estariam causando desordem. Associando essa situação com a falta de frentes de serviços, a reportagem reclama providências das autoridades públicas e de órgãos responsáveis como a SUDENE, pela implementação dessa política em Sobral e demais cidades da região da Zona Norte. Outro fator presente na notícia é a legitimação de que aquela situação era uma realidade da cidade que só mudaria com a che-

gada de políticas públicas como as frentes de serviços. O texto também evidencia que as políticas dos governos militares não eram suficientes para atender todas as cidades que as solicitassem. No periódico *O Povo* também se constata essa forma de referência sobre os agricultores:

O DNOCS vai começar o alistamento de seus 6.500 flagelados, nas quatro primeiras frentes de serviço, dividindo-os em turmas de 27 homens, no mesmo sistema em que deveram ser distribuídos os 5.500 operários a serem empregados pelo DAER e 1º Grupamento de Engenharia. Sômente para o Departamento nessa primeira etapa de três meses de trabalho a SUDENE destinou 2 milhões e 800 mil cruzeiros, e dispõe êle de todos os implementos que serão empregados nas obras. Ao todo, incluindo Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte serão atendidas 50 mil pessoas. O Alistamento nas frentes de serviço, poderá começar nos próximos dez dias, segundo informação do DNOCS (*O Povo*, Fortaleza, 1970, p. 1).

A reportagem do jornal *O Povo* traz outra realidade: a chegada de frentes de serviços para os sertanejos. O Departamento de Estradas e Rodagens (DAER) seria o órgão responsável para empregar os agricultores. Seriam trabalhos temporários, voltados à construção de estradas. Assim como o jornal *Correio do Ceará*, *O Povo* refere-se aos agricultores como “*flagelados*”. Sinalizo também para o fato desse periódico usar termos que configuram uma linguagem predominante no discurso dos governos militares, como a palavra “alistamento”, presente em muitos dos textos dos referidos jornais cearenses.

Isso configura que o jornal possivelmente era um aliado da ditadura. Sobre a realidade da cidade de Sobral diante da estiagem, de acordo com os agricultores entrevistados, o cotidiano dos sertanejos em períodos de estiagem, embora não houvesse chuvas, era de trabalhar na lida do campo, “*arrancando tocos e limpando terrenos*”. Como diz o Senhor Édson, “*eram tempos difíceis, tinha que ‘trabalhar alugado’ para proprietários de terras da região*”

LUCIANE: — E que ano foi esse que o senhor disse que foi tão difícil?

Sr. ÉDSON: — 1987, 89, 90... Tudo num foi bom não.

LUCIANE: — Mas por quê?

Sr. ÉDSON: — Porque não tinha assim um recurso que desse assim uma ajuda a gente pra plantar. Quando era no tempo d’eu capinar um roçado,

precisava eu trabalhar alugado pra comprar coisa pra cumê. Aí se dava pouco, né. Por causa disso. Mas a gente fazia sempre. Essa muié aí, ela plantou numa baixa ali, ela engordou um porco que deu mais de cem quilo. Engordou com mais de seis alqueiro de milho, na baixa que ela plantou sozinha. Ela cuidava dos menino e capinava e criava as galinhazinha dela. Se nós num criasse nada, aí é que a precisão era grande! Pois é! Pra ocê vê cumá é as coisa. Aí, hoje, nós tamo numa vida de rosa, tamo aposentado, tamo morando na nossa casa....! Né! Mas ninguém deixa a agricultura de mão, porque é uma coisa que nascemo agricultor. Meu pai era agricultor, minha mãe era agricultor, meus avô... Tudim. Agora assim! Tem muita gente da mesma família que num é. Vive é em São Paulo, Rio de Janeiro e tudo, mermo. Mas eu, assim, nasci nos mato e prefiro aqui. Quando eu vou e tudo pra Fortaleza, lá pra casa da minha fia, com três dia, eu tô é chorando pra vim me embora [risos]. Ela diz: Pai, ocê num gosta de mim não. Vem não. Vem pra cá e com três dia quer vir s'embora! Eu digo: É porque eu não dou com o clima da cidade (Gomes, 2015).

Para o Senhor Édson, os momentos considerados difíceis de sua vida seriam os tempos das estiagens, nas memórias desse agricultor o tempo de 1970 não foi o mais difícil e sim os das décadas de 1980 a 1990; ao mesmo tempo em que enfatiza como ele e sua família buscavam alternativas para a sobrevivência no sertão, mesmo em momentos difíceis. Com as fontes orais, procurei evidenciar neste trabalho as experiências de vida desses agricultores, abordando o jeito como percebiam seus modos de vida antes e durante o tempo da estiagem de 1970, bem como suas experiências nos trabalhos emergenciais dos governos militares. Atento, nessas entrevistas, para o outro lado da história a partir daquilo que não consta nos noticiários.

Procurei ouvir esses agricultores – alguns haviam também participado das frentes de serviço em 1970 – e descobri que em suas memórias cada tempo tem um significado para cada um deles. Havia pontos em comum entre eles, como a questão dos hábitos alimentares e a vontade de permanecer no sertão.

Podemos evidenciar isso na fala do Senhor Édson bem como com os outros entrevistados, principalmente com o Senhor Valter e a Dona Maria Socorro, que não desejaram sair do sertão nem mesmo para a sede do Distrito de Taparuaba, porque acreditavam que as dificuldades seriam semelhantes.

Considerações finais

Diante disso, as memórias desses agricultores sertanejos evidenciam que a imprensa de 1970 continuava a reafirmar em seus noticiários uma memória hegemônica sobre as secas e essas pessoas, refletida desde a imprensa do século XIX. Uma memória de flagelo, da calamidade, de vitimização, através de notícias catastróficas que, por sua vez, construíam uma imagem de que os sertanejos viviam constantemente fugindo do sertão e, por conseguinte, a mercê da sorte de ter seus nomes alistados em frentes de serviços dos governos militares. Pensando nisso, temos, então, como diz Marta Emisia Jacinto Barbosa, uma “memória forjada [...] um circuito de difusão no passado, articulando-se também no presente, que alimentaria essa memória sobre o Ceará e seus habitantes” (2002, p. 20).

Durante a primeira metade do século XX, o pensamento pautado numa política de combater a seca vinha sendo questionado por críticos que defendiam a ideia da “*convivência com o semiárido*” em lugar da ideia de “*combate à seca*”. Mas, naquele momento, estas ideias não alavancaram, principalmente quando se instituiu a ditadura civil e militar no Brasil. Somente no final da década de 1970, esse debate voltou a fazer parte da política de desenvolvimento do país, quando movimentos sociais e intelectuais passaram a pressionar mais claramente por políticas que visassem o desenvolvimento econômico juntamente com o desenvolvimento social a partir da convivência com o semiárido, correlacionando a fixação do homem no campo à questão fundiária e à questão ambiental (Silva, 2008). A “*convivência*” traria uma mudança de pensamento, pois era preciso estabelecer outra relação entre os seres humanos e a natureza a partir de uma mudança cultural no modo de vida do agricultor sertanejo, quando incentivado por uma política de sustentabilidade com a contextualização de saberes e práticas tecnológicas, econômicas e políticas (Silva, p. 188).

Referências

Fontes

GOMES, Edson Dias. Taparuaba, Sobral-CE, 09 out. 2015. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Agricultor aposentado. Reside na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de Taparuaba, Sobral-CE. Nesta data, tinha 64 anos de idade. Nasceu em 17 de outubro de 1951, na Comunidade Estreito, uma zona de fronteira entre os municípios de Irauçuba-CE e Itapipoca-CE. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

NASCIMENTO, Maria Socorro do. Taparuaba, Sobral-CE, 09 out. 2015. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Agricultora aposentada, dona de casa. Reside na Comunidade Vila Bom Jesus, no Distrito de Taparuaba, Sobral-CE. Nesta data, tinha 60 anos de idade. Nasceu no ano de 1955. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

NASCIMENTO, Valter Alves do. Taparuaba, Sobral-CE, 09 out. 2015. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Agricultor aposentado. Reside no Distrito de Taparuaba, Sobral-CE. Nesta data, tinha 70 anos de idade. Nasceu no ano de 1945. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

RODRIGUES, Raimundo de Almeida. Conhecido como Seu Vigário. Sobral-CE, 9 out. 2015. Entrevista concedida a Luciane Azevedo Chaves.

Agricultor aposentado. Reside na Fazenda São Sebastião, no Distrito de Taparuaba, Sobral-CE. Nesta data, tinha 66 anos de idade. Nasceu em 11 de janeiro de 1949, na Comunidade Boa Vista, no Distrito de Taparuaba. Participa do movimento sindical pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

CORREIO DO CEARÁ. Fortaleza, 22 maio. 1970, p. 10.

CORREIO DA SEMANA. Sobral, 14 nov. 1970. Página rasurada.

CORREIO DO CEARÁ, 22 de maio de 1970.

CORREIO DO CEARÁ, 16 de maio de 1970, p.17.

O POVO, Fortaleza, 1970, p. 1.

Bibliografia

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Imprensa e fotografia: imagens de pobreza no Ceará entre o final do século XIX e o início do século XX. **Projeto História**, n. 24, p. 421-429, 2002.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006. p. 262-272.

CPT; CPAC; IBASE. **O genocídio do Nordeste (1979-1983)**. São Paulo: Hucitec, 1983.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 296-313.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral. A pesquisa como experimento de igualdade. **Projeto História**, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

THOMPSON, Eduard Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, Eduard Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Eduard Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ENTRE SERRAS, MATAS E RIACHOS UM GRANDE LAGO ESPELHA NO HORIZONTE: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE LAGO DOS RODRIGUES – MA (1970-1997)

Amanda da Costa Figueredo¹

Introdução

Os recentes estudos sobre a região do Médio Mearim do estado do Maranhão² nos lançam importantes informações até então desconhecidas pela historiografia tradicional. O que é apresentado não é apenas o básico, mas, necessariamente, uma parte do capítulo da história regional e que preenche lacunas que outrora eram impossíveis de serem completadas.

Assim, fontes e recursos perpassam para o campo do historiador que podem facilitar o desenvolvimento de novas pesquisas. Observamos que as pesquisas acadêmicas sobre a temática da região começaram a ganhar destaque ao identificar novas problemáticas como novas possibilidades de discussão e apresentá-las a outros pesquisadores, seja no campo da história, da sociologia ou da geografia.

São amplas as variedades de temas, cabendo ao pesquisador situar as suas fontes dentro do seu objeto para facilitar a compreensão de quem ler o trabalho. A região se torna importante quando notamos que muitos

1. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

2. A região de Planejamento do Médio Mearim é uma das 32 Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão, composta por 20 municípios, onde Pedreiras é a cidade satélite da região, sendo o maior polo comercial, industrial, de serviços e educacional da região.

dos municípios que a compõe fizeram e fazem parte da trajetória social do país; e entender o papel desses municípios é também dialogar com a história do Brasil, pois a região começa a ganhar destaque com o processo de migração decorrente de vários fatores durante o fim do século XIX e na primeira metade do século XX. Essas migrações foram responsáveis por formar importantes povoados que logo se tornaram municípios independentes. Assim aconteceu com Lago dos Rodrigues,³ objeto de estudo da presente pesquisa.

Desse modo, surgiu a necessidade de não apenas narrar, mas buscar entender como ocorreu o processo de emancipação política do município e procurar perceber suas particularidades para uma melhor compreensão da sociedade que se formou a partir desse novo processo emancipatório.

A relevância desta pesquisa é percebida de duas importantes formas: direciona seu olhar para o surgimento de um novo município no contexto das redes de migrações sociais durante o século XX, espaço de movimentação econômica e social e, com esse estudo, poderemos responder algumas lacunas a respeito do caráter político-social da região e contribuir, assim, com a bibliografia do município de Lago dos Rodrigues.

Por ser um espaço social aberto, a pesquisa possibilita compreender a trajetória emancipatória de Lago dos Rodrigues, pois, durante a catalogação de trabalhos escritos sobre a região, existe uma limitação quando se trata do município. Para o Médio Mearim, amplos são os estudos, mas até a presente análise não foi possível identificar algum esboço ou trabalho que tratasse da emancipação do município.

Para tanto, utilizamos de recursos metodológicos diversificados que nos possibilitam melhor compreender esse fenômeno em questão. Como ponto de partida, iniciamos com a leitura e fichamento de bibliografias que tratassem a respeito da temática. Autores como Ferreira (2015) e Braga Neto (2012), precursores nos estudos sobre o povoamento da região do Médio Mearim, foram importantes na compreensão da formação municipal de Lago dos Rodrigues.

O uso das fontes orais nesta pesquisa torna-se o principal recurso para entendermos o fenômeno emancipatório aqui estudado. Primeiramente,

3. Art.2º – O Município de Lago dos Rodrigues limita-se ao Norte com o município de Lago do Junco; a Leste com o Município de São Luís Gonzaga do Maranhão; a Oeste com o município de Lago do Junco e ao Sul com o município de Igarapé do Meio (Diário Oficial n.º 215 de 10 de novembro de 1994. Projeto de lei n.º 331/1994).

realizamos um mapeamento dos entrevistados, que em seus depoimentos oferecem fundamento para a construção da pesquisa, uma vez que tecer uma história oral da formação de um povoado e, conseqüentemente, de sua emancipação permite visualizar a experiência dos indivíduos em suas trajetórias e de suas relevâncias para a construção dos fatos.

O uso dessas fontes se torna importante, já que para a construção da pesquisa ainda são limitados os trabalhos e, com essa ferramenta, tornam-se documentos indispensáveis para estudar a trajetória do município. Oralidade e memória nessa pesquisa se entrelaçam e fundamentam este estudo.

Os entrevistados partem do grupo dos primeiros moradores e líderes religiosos que, com suas recordações, conseguem trazer informações essenciais para a pesquisa. Na reflexão e compreensão das memórias desses sujeitos, utilizam-se no campo da história oral as perspectivas de autores como Thompson (2002), Dermartini (2005) e Portelli (2016), que auxiliam na problematização das falas dos entrevistados. Sobre as reflexões acerca da memória, utilizam-se Halbwachs (1990) e Assmann (2011), para perceber como a memória dos moradores ganha um caráter coletivo e que, a partir dessa coletividade, sociedades surgem, redes de relações e integrações são tecidas, influenciando na formação político-administrativa de regiões.

Outras fontes aqui utilizadas foram jornais digitalizados encontrados na Hemeroteca Digital⁴ *on-line*, que contribuíram para uma maior percepção de políticas federais e estaduais para a região. Os jornais partem do discurso de desenvolvimento econômico e é onde encontramos a importante campanha de produção na qual o espaço aqui estudado também fez parte; percebemos, assim, como o distrito de Lago dos Rodrigues já aparecia nesses jornais enquanto um lugar de progresso.

Objetivos

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o processo de formação do município de Lago dos Rodrigues no interior do Maranhão, assim possibilitando identificar a emancipação política da localidade entre as décadas de 1970 e 1990, período em que é perceptível um maior movimento para a autonomia do município.

4. A Hemeroteca é uma plataforma digital onde é possível encontrar documentos sobre a história do Brasil, datados da época do Primeiro Reinado ao período de redemocratização.

Nesse contexto, a cidade se insere na região do Médio Mearim,⁵ um espaço de intensa mobilidade de migrantes advindos de outras localidades em busca de terras férteis para plantios e para a criação da pecuária. É a partir desse fenômeno que o povoado Lago dos Rodrigues começa a ganhar notoriedade em relação a sua economia e a seu desenvolvimento interno.

Estudar a independência política da sociedade rodriguense nos insere em certas nuances que para a história não devem passar despercebidas, analisando o processo de formação do município de Lago dos Rodrigues no interior do Maranhão, considerando a região do Médio Mearim e o modelo de organização do Distrito de Lago dos Rodrigues antes da sua emancipação.

Metodologia

Nessa perspectiva, para a construção deste trabalho utilizou-se como principal metodologia a História Oral, que por meio dos relatos dos primeiros moradores, bem como figuras políticas do município, foi possível obter uma melhor compreensão sobre o surgimento e organização deste, como também pesquisas em livros, teses, dissertações, artigos, livros e jornais, objetivando um melhor entendimento do tema analisado.

A partir disso, surgiu a necessidade de não apenas narrar, mas buscar entender como ocorreu o processo de emancipação política do município e procurar entender suas particularidades para uma melhor compreensão da sociedade que se formou a partir desse novo processo emancipatório.

A relevância desta pesquisa é percebida de duas importantes formas: direciona seu olhar para o surgimento de um novo município no contexto das redes de migrações sociais durante o século XX, espaço de movimentação econômica e social e, com esse estudo, pode-se responder algumas lacunas a respeito do caráter político-social da região e contribuir assim com a bibliografia do município de Lago dos Rodrigues. Por ser um espaço social aberto, a pesquisa possibilitou compreender a trajetória emancipatória de Lago dos Rodrigues, pois, durante a catalogação

5. O Médio Mearim se destaca no Maranhão como um dos territórios de maior expressão desta população camponesa. O território também se encontra em uma zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, onde, nas últimas cinco décadas, verificaram-se mudanças significativas no uso de seus recursos naturais.

de trabalhos escritos sobre a região, existe uma limitação quando se trata do município.

Para o Médio Mearim, amplos são os estudos, mas até a presente análise não foi possível identificar algum esboço ou trabalho que tratasse da emancipação do município. Para tanto, utilizou-se de recursos metodológicos diversificados que possibilitaram melhor compreender esse fenômeno em questão. Como ponto de partida, iniciamos com a leitura e fichamento de bibliografias que tratassem a respeito da temática.

Autores como Ferreira (2015) e Braga Neto (2012), precursores nos estudos sobre o povoamento da região do Médio Mearim, foram importantes na compreensão da formação municipal de Lago dos Rodrigues. O uso das fontes orais nesta pesquisa torna-se o principal recurso para entender o fenômeno emancipatório aqui estudado. Primeiramente, realizamos um mapeamento dos entrevistados, que em seus depoimentos oferecem fundamento para a construção da pesquisa, uma vez que tecer uma história oral da formação de um povoado e, conseqüentemente, de sua emancipação permite visualizar a experiência dos indivíduos em suas trajetórias e de suas relevâncias para a construção dos fatos.

Os usos dessas fontes se tornam importantes, já que para a construção da pesquisa ainda são limitados os trabalhos e, com essa ferramenta, tornam-se documentos indispensáveis para estudar a trajetória do município, sendo que a oralidade e memória nesta pesquisa se entrelaçam e fundamentam esse estudo. Os entrevistados partem do grupo dos primeiros moradores e líderes religiosos que, com suas recordações, conseguem trazer informações essenciais para a pesquisa.

Na reflexão e compreensão das memórias desses sujeitos, utilizam-se no campo da história oral as perspectivas de autores como Thompson (2002), Dermartini (2005) e Portelli (2016), que auxiliam na problematização das falas dos entrevistados. Sobre as reflexões acerca da memória, utilizam-se Halbwachs (1990) e Assmann (2011), para perceber como a memória dos moradores ganha um caráter coletivo e que a partir dessa coletividade, sociedades surgem, redes de relações e integrações são tecidas, influenciando na formação político-administrativa de regiões. Outras fontes aqui utilizadas foram jornais digitalizados encontrados na Hemeroteca Digital *on-line*, que contribuíram para uma maior percepção de políticas federais estaduais para a região. Os jornais partem do discurso de desen-

volvimento econômico e é onde encontramos a importante campanha de produção na qual o espaço aqui estudado também fez parte; percebe-se, assim, como o distrito de Lago dos Rodrigues já aparecia nesses jornais enquanto um lugar de progresso.

Utilizou-se, ainda, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão que produz inúmeros documentos acerca da história e geografia do país e, acerca desses documentos, podemos identificar fichas de controle da produção econômica do Médio Meirim, número de entradas da população nordestina na região, bem como compreender o discurso produzido pelos recenseadores da época sobre o distrito. Cabe ressaltar o Movimento dos Annales no século XX, em que se observou a existência de várias linhas historiográficas em contraposição à história tradicional.

A imparcialidade do historiador é questionada, pois ele faz parte de determinada categoria social, portanto, não existe apenas um estilo de fazer história. Os historiadores podem ter várias concepções e, conseqüentemente, diversas interpretações sobre determinado fato histórico, sendo, para isso, de fundamental importância destacar suas culturas e funções sociais; em síntese, a formação intelectual de cada pesquisador. Este trabalho se insere no campo da História Social porque analisa a formação e emancipação política de Lago dos Rodrigues como um processo social e compreende a evolução da sociedade – ou de um dos seus componentes – no decorrer do tempo. Sua definição e abordagem evoluíram constantemente de acordo com o tempo e com os historiadores que se dedicaram a ela. Dessa forma, a História Social depende da abordagem e do posicionamento científico e metodológico de cada historiador, que são, inevitavelmente, subjetivos.

Resultados e discussão

Portanto, este trabalho tem por título “Entre serras, matas e riachos um grande lago espelha o horizonte:⁶ a emancipação política de Lago dos Rodrigues – MA (1970-1997)”, cujo recorte temporal diz respeito ao período em que o antigo povoado começou a apresentar um caráter de desenvolvimento social e político, que o condicionou para a sua emancipação na década de 1990.

6. Trecho do hino do município de Lago dos Rodrigues.

No entanto, de acordo com o jornal *Diário de São Luís* (1945), o povoado já tinha destaque na economia do babaçu e do arroz; então é importante mencionar que a década de 1940 tratada nesta pesquisa diz respeito ao período de projetos políticos direcionados para o Médio Mearim. Já os anos 1970 e 1990, entendemos como o período de caracterização de um discurso maior sobre a emancipação política do povoado.

A pesquisa se encontra dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo tem por título “A escrita sobre o Médio Mearim: historiografia e desafios”, em que se buscou discutir autores que discorrem sobre a região do Médio Mearim e apontar os desafios que a historiografia da região tem perpassado devido à insuficiência de fontes, assim como contribuir com algumas outras – jornais, por exemplo – que até então não haviam sido analisadas e que de alguma forma contribuem com os estudos.

Em um segundo momento, analisou-se a campanha da produção do Maranhão na década de 1940 como precursora do movimento de emancipação política dos municípios do Médio Mearim. O segundo capítulo tem por título “A trajetória de Lago dos Rodrigues até a emancipação”. Nesta segunda fase da pesquisa, de início, buscamos traçar a trajetória da formação do povoado, como, por exemplo, a chegada dos primeiros movimentos religiosos na localidade. Nesse contexto, é possível afirmar que com essa chegada o povoado ganha mais impulsividade para o discurso de emancipação política.

Em continuidade, apresenta-se o cenário político por meio de fontes orais, o desmembramento político, a primeira eleição e, consequentemente, a consolidação de uma imagem urbana em Lago dos Rodrigues, fundamentada nos primeiros projetos políticos da década de 1990.

No balanço da literatura sobre o processo de criação de municípios brasileiros dentre as duas últimas décadas (1980-1990), no período recente, observou-se que a grande maioria dos trabalhos concentra suas reflexões nos estímulos dos atores envolvidos em alguma das etapas deste processo emancipatório. Isso significa que há uma tendência entre os observadores dos recentes desmembramentos municipais em explicar esse fenômeno a partir dos motivos que levaram os agentes locais – políticos, por exemplo – a optarem pela emancipação municipal como uma escolha política para solução de suas reivindicações.

Assim, fez-se necessário uma revisão bibliográfica de autores e pensa-

dores que ajudaram na construção de um aporte teórico significativo sobre a temática. Para tanto, ao se tratar da formação da região Médio Mearim é preciso entender o processo de migração cearense que ocorreu entre os séculos XIX e XX ao estado do Maranhão. As referências, ao se tratar da temática, nos levam ao trabalho de Marcia Ferreira (2011) que, ao abordar a trajetória de migrantes cearenses nas décadas de 1930-1970 para a região do Médio Mearim, aponta:

Duas monografias de conclusão de curso de graduação analisam migrações e políticas assistencialistas desenvolvidas na província durante a maldita dos três setes: a seca de 1877-1879. Apesar da distância de mais de dez anos na confecção dos dois trabalhos, não se observam mudanças significativas na construção do problema e no procedimento da análise. Nas palavras de Iracema Sá sua proposta é: “um estudo das migrações cearenses para o Maranhão no período de 1877-1879, analisando a estrutura econômica desta província e as medidas tomadas por seus governantes visando à assistência aos mesmos” (Ferreira, 2011, p. 11).

Uma importante lacuna, porém, é encontrada nas análises contidas nesta literatura. Trata-se da ausência de uma linha explicativa que associe o fenômeno migratório com o processo de ocupação territorial do país. A pesquisadora apresenta, também, autores que são capazes de associar essa migração a fatores que vão muito além de políticas públicas, mas, principalmente, os atrela ao desenvolvimento regional que as demais regiões receptoras desses migrantes apresentavam no contexto.

O Maranhão, durante essas décadas, se torna um espaço de recepção de migrantes que, flagelados pela seca e/ou conflitos rurais, encontram na região do “Médio Mearim o espaço favorável para o recomeço das atividades sociais e econômicas, os mananciais e as terras férteis favoreceram o fluxo migratório” (Ferreira, 2008, p. 10).

Do ponto de vista histórico, o debate sobre a criação de municípios ou sobre as condições mínimas para que uma coletividade possa almejar sua emancipação territorial tem acompanhado, de certa forma, o debate sobre a própria autonomia municipal, intensificado a partir dos anos 1960 e atingindo seu ápice na década de 1990. A abordagem do tema envolve os aspectos históricos, jurídicos, geográficos, políticos e econômicos, com relevância, neste último, para a consolidação dos projetos de emancipação. No caso do objeto de estudo da presente pesquisa, Lago

dos Rodrigues se insere no campo econômico quando se trata da sua própria emancipação.

Na ditadura militar, a Constituição de 1967, apesar de ter mantido o princípio da autonomia municipal, “limitou a criação de municípios e estabeleceu novos critérios para não cometer os excessos verificados após a Constituição de 1946 – o que explica o baixo crescimento de emancipações na década de 1970” (Nunes, 2001, p. 18). Como notamos anteriormente, a Campanha de Produção do Maranhão se beneficiou dos recursos econômicos diversos que o Médio Mearim apresentava e, Lago dos Rodrigues, ainda povoado de Ipixuna, foi destaque na cultura do arroz, o que beneficiou a campanha agrícola e favoreceu a chegada de migrantes.

Para entender o contexto histórico-social da emancipação de Lago dos Rodrigues, é necessária uma divisão cronológica por décadas na qual o povoado teve destaque importante.

Figura 1 – Usina de Beneficiamento de Algodão de Ipixuna, 1960.



Fonte: IBGE Cidades – 2022

O município de São Luís Gonzaga do Maranhão durante os anos 1960, ainda chamado de Ipixuna, detinha vastas regiões como os municípios atuais de Pedreiras⁷ e Lago do Junco. No decorrer da década e com o

7. Por lei provincial n.º 196, de 29 de agosto de 1844, foi criada a freguesia de São Luís Gonzaga, depois elevada à categoria de Vila pela Lei n.º 349, de 12 de junho de 1854 e transferida para o local “Machado”, pela Lei provincial n.º 485, de 21 de 1854. Este território sofreu sucessivas modificações que deram lugar à criação de municípios de Pedreiras e Bacabal. (Ferreira, 1959, p. 198).

crescimento econômico, notamos os primeiros discursos de emancipação política dos povoados que pertenciam ao município.

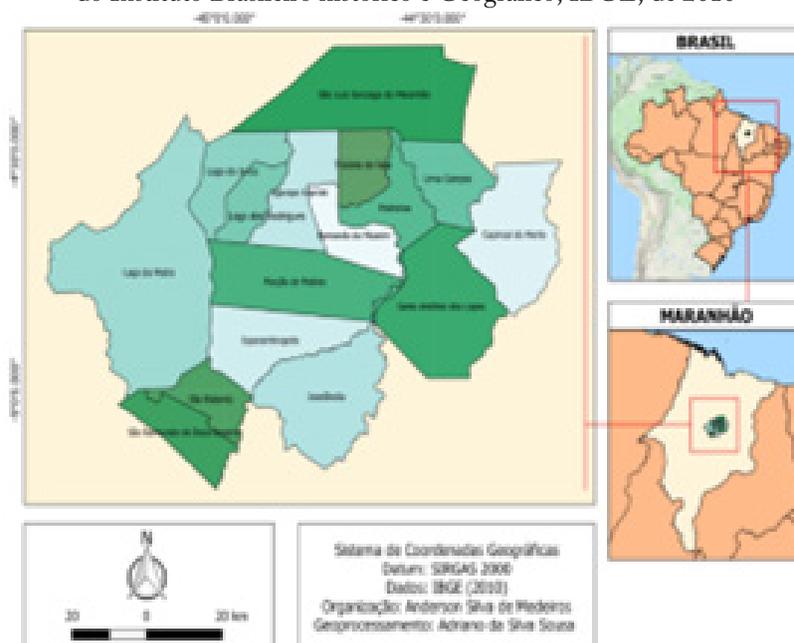
Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de São Luís Gonzaga, pela lei provincial nº 196, de 29-08-1844. [...] Pelo decreto-lei estadual nº 820, de 31-12-1943, o município de São Luís Gonzaga passou a denominar-se Ipixuma. Pela lei estadual nº 269, de 31-12- 1948, é criado o distrito de São Lourenço do Ipixuna e anexado ao município de Ipixuna. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município já denominado Ipixuna é constituído de 2 distritos: Ipixuna e São Lourenço de Ipixuna. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Pela lei estadual nº 2151, de 26-10-1961, desmembra do município de Ipixuna o distrito de São Lourenço de Ipixuna. Para formar o novo município de Lago do Junco. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 3178, de 14-10-1971, o município de Ipixuna voltou a denominar-se São Luís Gonzaga do Maranhão. Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2022).

Lago do Junco e Lago dos Rodrigues faziam parte, até a década de 1960, do município de Ipixuna; na época simplesmente povoados dessa região, mantinha como cultura econômica o arroz, o algodão, o fumo e o abacaxi, que movimentavam a economia local. O mapa a seguir apresenta o território do Médio Mearim quando os municípios de Lago dos Rodrigues e Lago do Junco ainda pertenciam à região de Ipixuna.

O primeiro povoado a desmembrar-se de Ipixuna foi Lago do Junco. Com o desmembramento, o povoado de Lago dos Rodrigues passou a ser subordinado ao novo município. Segundo o IBGE (2012, p. 3), a região no processo de povoamento teve “início em 1918, com a chegada do Sr. Gonçalo Rodrigues que, informado da expansão da Região do Mearim, ali se fixou, na tentativa de desenvolver a lavoura”.

Figura 2: Mapa representativo do Médio Mearim com base no censo demográfico do Instituto Brasileiro histórico e Geográfico, IBGE, de 2010



Fonte: IBGE 2010.

O povoado de Lago do Junco ganha uma dimensão territorial a partir da década de 1960 com a cultura do arroz e do abacaxi, e, no ano posterior, é desmembrado juridicamente do seu antigo município Ipixuma. Segundo o IBGE, este afirma que:

Formação Administrativa

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Lago do Junco, pela lei estadual nº 2151, de 26-10-1961, desmembrado de Ipixuma. Sede no atual distrito de Lago do Junco ex-povoado. Constituído de 3 distritos: Lagoa do Junco, Lago dos Rodrigues e Riachão criados pela mesma lei do município. Instalado em 27-12-1961. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 3 distritos: Lago do Junco, Lago dos Rodrigues e Riachão. Assim permanecendo em divisão territorial datada 1-VII-1983. Em divisão territorial datada de 18-VIII-1988, o município aparece constituído do distrito sede. Não figurando os distritos de Lago dos Rodrigues e Riachão. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2022).

Com a emancipação política de Lago do Junco, foi possível desmembrar de Ipixuma o povoado Lago dos Rodrigues e Riachão. No entanto, ambos entraram na categoria de distritos do recente município Lago do Junco. Vale ressaltar que, mesmo na condição de distrito, Lago dos Rodrigues já apresentava uma autonomia econômica bastante significativa para a época.

A região do Médio Mearim, durante toda a década de 1960, começou a ganhar e apresentar novas configurações sociais, advindas principalmente do adensamento populacional, proporcionado pelo contingente de migrantes que adentravam a região e se deslocavam para áreas propensas para a agricultura. Ferreira (2015, p. 128), pontua que “na década de 60, o afluxo significativo de migrantes nordestinos continua sendo dos estados do Ceará (33%) e Piauí (21%)”.

E esse fator implica na mudança do imaginário, que antes concebia a região do Médio Mearim como a região das terras livres. Além do adensamento populacional, há também o surgimento das práticas de grilagem, que contribuíram também para o enfraquecimento dessa visão.

Ao analisar Lago dos Rodrigues nas décadas de 1970-1980 por meios dos recursos orais como fontes importantes para a presente pesquisa, notamos que durante a formação do povoado temos a presença da Igreja Católica na região como fator importante para a sua futura emancipação na década de 1990.

Em entrevista com a senhora Zenita Ramos Amorim (2022), uma das moradoras mais antiga da localidade, conhecida como Dona Zena, foi contado que após a chegada do padre alemão, o frei José Schlütter procurou algumas famílias para a construção de uma igreja. Os movimentos religiosos são também responsáveis por apresentar um caráter emancipatório das regiões nas quais pregam o evangelho.

Para Tavares (2016, p. 33), é com a “entrada e saída de líderes religiosos que os lugares vão ganhando autonomias sociais e se desenvolvendo frente as transformações que os cercam”. Notamos, no caso do povoado Lago dos Rodrigues, que a presença de líderes religiosos e a assistência prestada por eles provocaram uma condição favorável para o início do desmembramento político.

Nesse dinamismo, durante a construção da Igreja, a segunda rua é criada. Esta “ligava ela até a Rua do Comercio, essa entrava e saía do

Lago dos Rodrigues” (Mendes, 2021). A Rua do Comércio foi a primeira estrada que interligava o povoado com o município-sede. A construção da segunda rua foi batizada pelo frei José, que levou o seu próprio nome.

Na década de 1970, aos sindicatos rurais foram atribuídos serviços assistenciais da parte do governo. Engajamento pelos direitos de propriedade de terra para os lavradores era ainda uma área desconhecida. Muitos sindicatos, descentralizados em nível municipal, foram manipulados pelos políticos e/ou fazendeiros; no entanto, presente no Livro do Tombo, notamos que o frei José foi também um dos responsáveis pela articulação e formação do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Lago dos Rodrigues.

No dia 16.07.1971, foi fundado o Sindicato em Lago dos Rodrigues. O primeiro Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é um dos melhores dirigentes – José Ribeiro Nascimento. Ao Sindicato de Lago dos Rodrigues ajudamos financeiramente e pela orientação sem que fosse tão público. O Sindicato de São Luis Gonzaga é uma “tapeação” completa. Não houve possibilidades de ajudar e parece que os lavradores ainda não têm bastante consciência de verificar a contabilidade e depois de ter verificado fraude, despachar o atual presidente. Mesmo sendo o Sindicato mais assistencialismo, muita gente fica prejudicada (Livro do Tombo III, fls. 18, 1971).

Em 1976, o governo federal decretou a Lei n.º 63.83, mais conhecida como “ação discriminatória de terras devolutas”. Essa lei estabelecia a delimitação das terras pertencentes ao Estado, bem como a separação das terras particulares e terras públicas; na prática, favorecia políticos, fazendeiros latifundiários e grileiros de terras.

Mas frei José soube desta providência e encontrou no advogado Dr. João Batista Sandes Macedo, um colaborador competente.⁸ O advogado orientou os lavradores a declarar o direito de propriedade e de posse e documentar assim sua reivindicação sobre a terra.

Considerações finais

A região do Médio Mearim, como apresentada nesta pesquisa, foi palco de importantes redes migratórias durante o século XX na sua segun-

8. Livro do Tombo III, fls. 13, 1971.

da metade; isso se deu, principalmente, pela região agrupar localidades de terras férteis para o cultivo de culturas relativamente necessárias para o desenvolvimento local, como as plantações de laranja, arroz, coco babaçu, algodão e na criação da pecuária.

A população migrante do Ceará, bem como do Norte do país, adentrou o Médio Mearim e se concentrou nesses territórios, com Lago dos Rodrigues sendo uma das inúmeras localidades que se destacou devido à entrada de migrantes. Lago dos Rodrigues é na década de 1960 um povoado ainda pertencente ao Lago do Junco, receptor de migrantes que adentram em razão de suas terras férteis e propensas para o cultivo de diferentes culturas e criação de animais.

É nesse exercício da migração que a localidade se tornou um ponto discutível para a sua emancipação política decorrente na década de 1990. A consolidação dos resultados só foi possível, principalmente, devido ao uso de fontes orais com a utilização de entrevistas dos moradores do município que vivenciaram o fenômeno da emancipação política da cidade, mas também no uso de jornais e de documentos primários referentes ao município.

A partir dos resultados percebeu-se, primeiramente, que Lago dos Rodrigues não surge por acaso. Por meio da Campanha de Produção do Maranhão de 1946 notamos que essa expedição econômica, ao adentrar o povoado, o reconheceu como um local relevante para concretizar os seus objetivos: a construção de estradas para o escoamento da produção, bem como a instalação de escolas de treinamento para formar trabalhadores mais aptos ao trabalho de campo, pois o povoamento era um importante centro agrícola na época.

Outro aspecto de relevância destacado nos resultados desta pesquisa é sobre a questão econômica da localidade. A economia de Lago dos Rodrigues, durante os anos 1980 e 1990, foi um fator importante para a consolidação do discurso de emancipação política. Nesse sentido, vimos sobrepor à ideia de que um novo município, ao se desvincular do município matriz (Lago do Junco), não interferiria na economia deste.

A pesquisa, ao ouvir os primeiros habitantes do município como também as primeiras figuras políticas (vereadores e ex-prefeito) da localidade, encontrou em suas falas uma rede de independência e ajuda mútua nos primeiros anos que influenciaram na construção da cidade. Isto é, o caso

dos movimentos religiosos, que, de maneira singular e importante, se tornaram também os pioneiros na elevação da categoria de distrito desenvolvido. A Igreja Católica, na liderança do frei alemão José Schlütter, iniciou os primeiros passos na construção da capela em honra a São Francisco, que depois se tornaria a primeira paróquia do município.

A Lei Orgânica de 1999 passou a organizar o município, bem como ditar as funções de cada membro da prefeitura. A pesquisa buscou lançar novos olhares aos já lançados para a região do Médio Mearim, que trouxe como novidade a trajetória de emancipação política do município de Lago dos Rodrigues.

O intuito não foi limitar a história do município, que, salvo este trabalho, se torna pioneiro nos estudos dessa categoria sobre a cidade. Assim, a pesquisa traz possibilidades até então indiscutíveis para complementar novas fontes para o Lago dos Rodrigues.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**: Um estudo sobre as formas de organização dos trabalhadores rurais de 1950 a 1980. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. Questões agrárias no Maranhão Contemporâneo. **Pesquisa Antropológica**, n. 9 e 10, 1976.

ASSELIN, Victor. **Grilagem**: Corrupção e violência em terras do Carajás. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

BARACHO, Maria Amarante Pastor. Impactos da emancipação na arrecadação de ICMS dos municípios. **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte, p. 57-66, abr./set. 2000.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense**: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884). Tese (Doutorado em História), Programa de Estudos Pós-graduados em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo. In. FERREIRA, Marcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto O; ROCHA, Cristiana Costa da. (Orgs.). **Histórias Sociais do Trabalho: uso da terra, controle e resistência.** São Luís: Editora UEMA, 2015. p. 30-50.

BRAGA NETO, Edgar. **Emigração cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 15 de 12 de setembro de 1996.** Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc15.htm. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. **Lei Federal n.º 6.383, de 1976.** Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6383.htm#:~:text=LEI%20No%206.383%2C%20DE,Uni%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20Provid%C3%AAncias.&text=Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico. Acesso em: 29 mar. 2024.

BREMAEKER, François E. J. de. Os novos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 200, p. 82- 92, jul./set. 1991.

BURNETT, Frederico Lago (Org.). **Planejamento e Gestão de cidades no Maranhão.** São Luís: UEMA, 2016.

COSTA, Marcelo Lima. Para o “Maranhão novo” um novo subúrbio: a formação do bairro anjo da guarda, em São Luís do Maranhão, no contexto do milagre econômico (1968-1970). **Anais... XIX Encontro de História da ANPUH-Rio**, 2020.

DERMARTINI, Zeila de Brito. Pesquisa histórico-sociológica, relatos orais e imigração. In. DERMARTINI, Zeila de Brito; TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 87-113.

GUISSEL, Ferdnád. **Pegadas de um peregrino franciscano no Brasil: frei José Schlütter**. Bacabal: OF, 2021.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. **Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim – MA (1930-1970)**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. Migração de nordestinos para o Médio Mearim-MA (1930-1960): literatura regional e narrativas orais. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1960**. Brasília: IBGE, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1983**. Brasília: IBGE, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Lei de Criação do Município Lago dos Rodrigues**. Brasília: IBGE, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**. Brasília: IBGE, 2000.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A campanha de produção**. Associação Comercial do Maranhão: São Luís, 2004.

LAGO DO JUNCO (MA). **Lei nº 05, de 22 de agosto de 1997**. Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a tornar a atividade extrativista do Babaçu uma atividade livre no Município e dá outras providências. Câmara Municipal de Lago do Junco, 1997.

LIMA NETO, Evaristo José de. O associativismo em áreas de babaçuais: a experiência das organizações de trabalhadores rurais do município de Lago do Junco – MA associadas à ASSEMA. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2007.

MARANHÃO. **Lei Orgânica do Município de Lago dos Rodrigues**. Disponível em: <https://cmlagosrodrigues.ma.gov.br/lei-organica/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MEDEIROS, Anderson Silva de. **O Maranhão era bom, era chuvoso, tinha inverno**: o processo de emigração cearense para o distrito de Lago dos Rodrigues (1950-1960). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

MENDES, Inácia. **Entrevista concedida ao canal Rede Vida de Bacabal**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GaYZSBDQC2I>. Acesso em: 15 mai. 2022.

NUNES, Marcos A. **Estruturação e reestruturações territoriais da região do Jequitinhonha em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Geografia e Organização Humana do Espaço), Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

NUNES, Marcos A. Surto emancipacionista no Brasil na década de 1990 e seu reflexo no balanço migratório dos municípios recém-criados. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 108-127, 2015.

PARÓQUIA SÃO JOSÉ. **Livro de tombo III** – LT – SLG I, 64v-65, São Luís Gonzaga.

PORRO, Roberto *et al.* **Sebastião e Maria de Fátima**: produção aliada à conservação: Povoado Jenipapo, Esperantinópolis, MA. Brasília, DF: Embrapa, 2020.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Edições 70, 1966.

SANTOS, Ana Raquel Mesquita dos. **As lutas e conquistas das quebra-deiras de coco babaçu da comunidade Ludovico município de Lago do Junco – MA na década de 1980**. Monografia – Curso de Ciências Humanas – História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2021.

SANTOS, Murilo (org.) **Fronteiras**: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense. São Luís: EDUFMA, 2009.

SIQUEIRA, Cláudia G. Surgimento de municípios nos 90: a influência da distribuição populacional e do novo arranjo político-institucional no processo emancipatório paulista. III **Anais...** Encontro Nacional sobre Migrações. Campinas, 2003.

TAVARES, Fábio Roberto. **Movimentos Religiosos Contemporâneos**. Indaial: UNIASSELVI, 2016.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, v. 22, p. 341-364, 2002.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

RAMOS, Zenita Amorim. **Entrevista concedida a Amanda da Costa Figueredo**. Lago dos Rodrigues – MA, 2022.

CORRUPÇÃO ELEITORAL E A DISPUTA DE PODER: CASSAÇÃO EM MASSA DE PREFEITOS ELEITOS NAS ELEIÇÕES DE 2008 NO PIAUÍ

Ana Geórgia Bezerra¹

Introdução

Partindo da cassação do prefeito eleito em Alagoinha do Piauí, Cloaldo de Moura Rocha, nas eleições municipais de 2008, iremos analisar os relatos orais de dois alagoenhenses que vivenciaram esse processo em lados opostos – de um lado o apoiador da chapa vitoriosa e, do outro, o da derrotada – com o intuito de observar como enxergaram esse acontecimento. E, partindo dessa perspectiva, averiguar, tendo em vista a repercussão do jornal *O Dia*, o fenômeno de cassação em massa de prefeitos eleitos em 2008, no Piauí. Número que foi considerado pelo periódico como sendo um dos maiores da história do Brasil e da Justiça Eleitoral piauiense. Trata-se de uma pesquisa acerca da quantidade expressiva de mandatos cassados no Piauí, utilizando como fio condutor a cassação do candidato eleito em Alagoinha do Piauí.

Atribuímos, portanto, importância significativa ao evento percebendo as relações estabelecidas e as influências sofridas, para sua ocorrência, entendendo que “a história política não se reduz ao acontecimento” (Ré-

1. Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI/CSHNB) (2021), onde foi bolsista CAPES pelo Programa Institucional Residência Pedagógica (RP) atuando no Centro Estadual de Tempo Integral (CETI) Marcos Parente (2018-2020).

mond, 1999, p. 54), mas olha para o evento com interesse mais acentuado que outros campos da história. Contudo, sem ignorar a interação que ocorre entre os autores que configuraram esse enredo, nesse caso, políticos, eleitorado e sociedade. Cada ator social envolvido nesse processo, seja de maneira direta ou indireta, possui uma participação significativa que merece ser estudada, independentemente da classe social ou da função que ocupa na sociedade. Essa abordagem se alinha com os aspectos da nova história política, conforme discutidos por René Rémond, que enfatiza a importância de considerar uma ampla variedade de influências e contribuições individuais ao analisar os desenvolvimentos históricos e políticos.

Essa história política ressignificada, que passa a não mais priorizar somente o individualismo e o estudo das “grandes” figuras, trabalha com novas possibilidades de fontes e, entre elas, se encontra a fonte oral. A história oral compreende uma história com testemunhas e está interligada a história do tempo presente, contudo, em uma perspectiva tradicional não poderia ser considerada história algo que se encontrasse próximo. Nesse sentido, a história oral estava a todo instante sob suspeita e, ainda, está. O método da história oral não é único, e a depender da concepção que o estudioso defende, a forma como é construída a fonte oral pode ser contestada e descredibilizada. É, portanto, nesse aspecto de participação do pesquisador na construção da fonte que a credibilidade atribuída a história oral se diferencia de outras fontes, mas é inegável a sua subjetividade, sejam elas escritas ou orais, partem de um tempo e lugar. Sendo assim, uma não possui maior ou menor valor que a outra.

Na realidade, as fontes escritas e orais não são mutuamente mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra). Dessa forma, requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos (Portelli, 1997, p. 26).

Nesse sentido, utilizamos de fontes orais na construção deste trabalho porque se faz necessário compreender a visão de sujeitos que não participaram da construção da fonte escrita, na qual buscamos apreender o fenômeno de cassação, tendo em vista as disputas de poder, a participação do eleitorado e os interesses individuais dos sujeitos envolvidos, partindo das seguintes questões norteadoras: as disputas de poder na política muni-

principal do estado influenciaram para o alto número de cassações? Como os alagoanhenses entrevistados enxergaram a cassação do candidato eleito no município? Como o jornal *O Dia* repercutiu essas cassações?

Para tal, analisamos duas matérias do jornal *O Dia* que repercutem o elevado número de cassações de prefeitos eleitos em 2008 no Piauí, além de matérias dos portais de notícias, que versaram acerca do processo de cassação de Clodoaldo de Moura Rocha e Acórdãos referente a decisões acerca da ação impetrada contra o seu mandato. E, com o objetivo de perceber como alagoanhenses enxergaram a cassação do prefeito eleito no referido ano, no município de Alagoinha do Piauí, utilizamos os relatos orais de dois colaboradores, que nos concederam entrevista no ano de 2021 para a construção da monografia *Política e Relações de Poder: práticas sociais durante as eleições municipais de Alagoinha do Piauí – PI, em 2008-2011*. Estes serão identificados ao longo do trabalho por “José” e “Antônio”, nomes fictícios respeitando o pedido dos mesmos de não terem suas identidades reveladas. Ambos moradores da zona rural e, quando nos concederam entrevista, “José” estava com 22 anos e “Antônio” 42.

O trabalho é dividido em duas seções, sendo que a primeira aborda a cassação do mandato de Clodoaldo de Moura Rocha, eleito em 2008 no município de Alagoinha do Piauí, tendo em vista a repercussão em portais de notícia no decorrer do processo e com base na análise de Acórdãos. Além de ressaltar a forma como alagoanhenses enxergaram a cassação, por meio dos relatos de “José” e “Antônio”. E, a segunda discute acerca do elevado número de cassações no Piauí por meio da repercussão no jornal *O Dia*.

A cassação de mandato do prefeito eleito em Alagoinha do Piauí nas eleições de 2008

No ano de 2008 ocorreram as eleições para o Executivo e o Legislativo municipal em todo território brasileiro, assim, a disputa eleitoral nos municípios do Piauí configuraram um dos principais acontecimentos do estado naquele ano. Posicionando a lupa no mapa do Piauí, em direção à região Sudeste, é possível enxergar uma cidadezinha, de 6. 819 habitantes (IBGE, 2022), localizada a 392,2 km da capital Teresina. Esse município

piauiense protagonizou uma campanha eleitoral agitada, cujas relações de poder transcorreram no processo eleitoral, assim como apresenta Ana Geórgia Bezerra (2021).

Na disputa eleitoral do município de Alagoinha do Piauí, a chapa para o Executivo que saiu vitoriosa em 2008 tinha como candidato a prefeito Clodoaldo de Moura Rocha, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Francisco João de Carvalho de vice, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O pleito sucedeu com os candidatos adversários, Pedro Otacílio de Sousa Moura (PSD) e José Adilson Nunes (PP).

O processo de cassação

Após o resultado das eleições, o mandato que deveria ocorrer conforme previsto, foi desestruturado pela aparição de fatores que vieram a comprometer a incumbência dos gestores eleitos, dando início a uma nova jornada rumo às disputas por poder. Poucos meses separaram a posse da cassação. Ainda em dezembro de 2009, a Juíza Eleitoral da 29ª Zona/PI, Nilcemar Rodrigues de Araújo Carvalho, cassou, em Primeira Instância, o mandato eletivo do prefeito, o afastando imediatamente do cargo. Devido à porcentagem de votos dos candidatos eleitos ter sido superior a 51%, a decisão se estendeu também ao vice-prefeito.

Alguns portais noticiaram o ocorrido, o *GPI*, em texto breve, publicado dia 23 de dezembro de 2009, destaca que a justiça cassou o mandato do prefeito e do vice de Alagoinha do Piauí, afirmando que “a cassação foi motivada por captação ilícita de sufrágio (compra de votos)”. Já o *Cidadeverde.com* ao noticiar o caso não declara com certeza que a causa da decisão foi devido à compra de votos, colocando somente como possível motivação, ressaltando que o advogado de Clodoaldo Rocha declarou a pretensão de recorrer à decisão para que ele retomasse o cargo até o julgamento do caso, pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Isso porque, ao acatar a proposta de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), ajuizada por Pedro Otacílio de Sousa Moura, adversário de Clodoaldo Rocha nas eleições de 2008, cassando o mandato do prefeito e vice-prefeito, também determinou que a Presidente da Câmara fosse empossada como prefeita interina do município até que fosse realizado um novo pleito, que deveria ocorrer em 90 dias.

Entretanto, segundo o portal *O Tempo*, a vereadora Maria de Lourdes Silva, a Lurdinha, não conseguiu adentrar os muros da prefeitura, tendo que realizar os despachos direto da calçada, já que Clodoaldo saiu da cidade levando consigo as chaves do prédio. Em texto publicado dia 28 dez. 2009 e atualizado em 26 abr. 2013, discorre:

A prefeita interina de Alagoinha do Piauí, a presidente da Câmara Municipal, vereadora Maria de Lourdes Silva, a Lurdinha (PSB), está despachando numa mesa instalada na calçada em frente à prefeitura, porque o prefeito Clodoaldo de Moura Rocha (PT), que foi cassado acusado de abuso de poder econômico e compra de votos, fechou a prefeitura e fugiu com as chaves do prédio.

A justificativa para tal atitude, apresentada pelo prefeito cassado, é a de que ele não foi comunicado oficialmente da decisão e nem houve a publicação do Acórdão, além de seus advogados estarem recorrendo, e por isso não iria passar o cargo para a vereadora. Não conseguimos encontrar o Acórdão no *Diário de Justiça Eletrônico* do TRE-PI, mas mesmo que não tenha sido publicado nos dias subsequentes, tendo em vista que, como apontado pelos portais, a juíza inferiu a decisão em 23 de dezembro de 2009, início do recesso de fim de ano, não justificaria a fuga com as chaves da prefeitura.

Como sinalizado pelas publicações dos portais citados anteriormente, a defesa de Clodoaldo de Moura Rocha entrou com recurso no TRE contra a decisão da juíza eleitoral. O portal *Tribuna* revelou em publicação de 30 dez. 2009, atualizada em 19 jan. 2013, que nove dias após a decisão o prefeito cassado retornou ao cargo por meio de uma liminar concedida pelo desembargador Raimundo Eufrásio Alves do TRE-PI, “O desembargador diz que a sentença de primeiro grau contraria resolução do Conselho Nacional de Justiça e normas do Tribunal Eleitoral”.

Tivemos acesso ao Acórdão publicado em 27 de maio de 2010, Ação Cautelar N.º 5227419 – Classe AC, em que Clodoaldo de Moura Rocha requer liminar, com pedido de suspensão de decisão da MMª. Juíza da 29ª Zona Eleitoral. No relatório incluso no Acórdão, consta que o requerente alega, no pedido de liminar, não ter sido notificado formalmente da decisão, que havia sido publicada somente em cartório. Por isso, e tendo em vista que “a sentença se fundamentou apenas em cinco depoimen-

tos testemunhais, contraditórios, não havendo qualquer outro elemento, sequer indiciário, a corroborar a compra de votos e a ligação do ora requerente com as pessoas que supostamente aliciavam eleitores” (Brasil, 2010, p. 03), o prefeito e vice teriam direito a retornarem ao cargo até o julgamento do recurso pelo TRE.

Após a análise da Ação Cautelar, os juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, concederam, por unanimidade de votos, a liminar que restituiu aos respectivos cargos, o prefeito e vice-prefeito de Alagoinha do Piauí, até o julgamento do mérito da AIME. Assim, permaneceram em seus mandatos até 2 de agosto de 2011, quando em sessão extraordinária o recurso da defesa foi negado, mantendo a cassação dos mandatos e determinando a realização de eleição suplementar. Assim segue a decisão:

RESOLVEU o Tribunal, à unanimidade, nos termos do voto do relator e em consonância com o parecer do douto Procurador Regional Eleitoral exarado às fls. 1414/1432 dos autos, rejeitar as preliminares arguidas e, no mérito, à unanimidade, nos termos do voto do relator, em consonância parcial com o parecer verbal do douto Procurador Regional Eleitoral que retificou, em parte, o parecer escrito, conhecer e negar provimento ao recurso interposto por Clodoaldo de Moura Rocha, para manter o dispositivo da sentença de primeiro grau, que desconstituiu os mandatos de Clodoaldo de Moura Rocha e de Francisco João de Carvalho, respectivamente, Prefeito e Vice-Prefeito de Alagoinha do Piauí/PI, eleitos no pleito de 2008, e conhecer e negar provimento ao recurso adesivo interposto por Pedro Otacílio de Sousa Moura e pela Coligação “TRABALHO, COMPROMISSO E UNIÃO”. RESOLVEU, ainda, determinar a realização de novas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito no referido município, na modalidade direta, nos termos do art. 224 do Código Eleitoral (Brasil, 2011, p. 8).

Na publicação da decisão no *Diário da Justiça Eletrônico*, em 9 de agosto de 2011, é descrito:

As provas colhidas nos autos demonstram que o recorrente e seu vice praticaram captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico com o fim de serem eleitos aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito de Alagoinha/PI nas eleições de 2008, pois revelam que houve a oferta de dinheiro e/ou benesses a vários eleitores a fim de que votassem nos mesmos ou se abstivessem de votar nos seus adversários políticos, inclusive com

retenção de título eleitoral e documento de identidade em alguns casos (Brasil, 2011, p. 6).

O trecho citado acima, que apresenta um dos pontos que acarretaram na decisão de cassação, revela a prática de compra de votos ou tentativa de abuso de poder econômico por parte do prefeito e vice-prefeito eleitos nas eleições de 2008. O que torna irrefutável a presença de corrupção eleitoral na eleição de Alagoinha do Piauí. Os apontamentos subsequentes do documento revelam que a oferta de benesses e dinheiro aos eleitores influenciou o resultado das eleições, assim podendo ser entendido que o eleitorado negociava o voto a favor de benefício individual. Bezerra (2021) observa a presença de indícios de que o ato de barganhar voto faz parte da cultura política de Alagoinha do Piauí e, portanto, a população não observa essas práticas com estranheza. Sobre cultura política, Serge Berstein (1998, p. 357) entende que:

A ação é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. Esta adquire-se no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de ideias ou à adoção [sic] de comportamentos convenientes.

Por se encontrarem imersos em modelos que tendem a repetição, os indivíduos acabam adotando comportamentos que vão de encontro a esses modelos. Portanto, acabam agindo de maneira que visto de fora pode parecer absurdo, mas para eles é conveniente seguir aquele curso. Não se trata de alienação, mas uma espécie de acordo invisível, onde mesmo ao perceberem as disfunções, não enxergam benefícios no ato de se rebelar.

A visão de alagoinhenses acerca da cassação

Diante desses aspectos, é interessante observar como os alagoinhenses enxergaram o processo de cassação, mediante suas subjetividades. Serão, assim, apresentados os relatos orais de “José” e “Antônio”, que por serem moradores do município durante o processo eleitoral das eleições

de 2008, vivenciaram o desenrolar desses acontecimentos. Os dois colaboradores nos concederam entrevista em 2021. Na ocasião foram levantados questionamentos acerca da maneira como se deu o processo de cassação, como eles receberam a notícia e se posicionaram perante o evento.

O entrevistado “José” relata que sua família acompanhava o grupo político que não foi eleito, ao perguntarmos se votaram em Clodoaldo de Moura Rocha, ele responde: “Não. Era o do outro lado”, e ainda acrescenta: “foi essa época aí que lá em casa passou três ano sem ter sido feito a estrada, porque nós era do partido adversário” (José, 2021). Esses três anos são referentes ao período do mandato do petista, isso porque, como vimos, após a decisão de cassação em Primeira Instância, Clodoaldo conseguiu liminar para permanecer no cargo até o julgamento pelo TRE, que só foi ocorrer em agosto de 2011.

Em relação à falta de manutenção das estradas, que ligam a estrada vicinal às residências dos moradores da zona rural, por eles não terem votado nos candidatos eleitos, Bezerra (2021) observa que compreende parte do processo de trocas de favores, prática corriqueira entre os políticos e a população. Tendo em vista que existe “um interesse particular, nas disputas eleitorais, fica nítido a não atribuição de importância as necessidades coletivas” (Bezerra, 2021, p. 54).

É importante ressaltar que a família do colaborador “José”, não acompanhou o grupo que venceu as eleições e, por isso, não foi beneficiada com sua vitória. O inverso do entrevistado “Antônio”, que não só votou no candidato eleito, como também foi cabo eleitoral da campanha, “lembro que nós andávamos de noite aí, com a cara para riba. [...] Nós era só os cabo eleitoral, cuidando dos nossos votos [...]” (Antônio, 2021). Com isso, a vitória do petista lhe proporcionou benesses. “Antônio” (2021) relata que após a eleição o prefeito passou a lhe repassar uma quantia mensal em dinheiro, “depois que ele ganhou, ele me pagava uma porcentagem pouca”.

Apresentados esses pontos, para nos situarmos em relação à subjetividade dos colaboradores, passamos a analisar a forma como eles enxergaram a cassação do prefeito e vice-prefeito do município, eleitos em 2008. Em relação ao transcorrer do processo, ao ser questionado se a cassação influenciou no resultado da eleição suplementar, que acabou sendo vencida pelo grupo oposicionista, “José” discorre:

Sim, porque de certa forma foi uma das piores gestões que ocorreu em Alagoinha foi nessa época de doutor Clodoaldo. A única benfeitoria que ele fez, foi uma passagem molhada. Porque desde o início já começaram o processo de cassação, aí ele... pelo que falavam, ele começou a gastar muito pra não deixar ser tirado (José, 2021).

Versão que coincide com o relato de “Antônio” (2021), “eles ficaram com ele na justiça os três anos que ele passou, aí como é que ele ia conseguir fazer nada”. Através dos relatos citados percebemos que ambos os entrevistados, mesmo partindo de lugares diferentes, já que um era apoiador e o outro adversário do prefeito cassado, utilizaram como justificativa para a má gestão do município a ação que havia sido movida contra o prefeito, o que havia prejudicado o grupo político que acabou sendo derrotado na eleição suplementar. Entretanto, não é perceptível em seus relatos nenhuma indignação em relação à acusação de corrupção eleitoral.

Quando perguntado se tinha achado a cassação uma decisão correta, “José” (2021) responde, “eu sou contra a compra de votos, mas todos os partidos compram voto, então para mim quem conseguir comprar mais, que vença (risos)”. Mesmo afirmando que não apoia a prática, através de sua fala percebemos que a compra de votos parece algo corriqueiro e não lhe causa nenhuma estranheza, pelo contrário, vê a corrida eleitoral como uma competição de quem consegue comprar mais votos.

O trecho “todos os partidos compram votos” nos leva a outra questão, a denúncia feita por Pedro Otacílio provavelmente não ocorreu devido à preocupação com o descumprimento de leis diante de uma prática ilícita, o problema está em seu adversário ter sido eleito, sendo perceptível uma disputa por poder. Partindo dos dados apresentados não seria certo afirmar, mas existe a possibilidade que este também tenha comprado votos ou ofertado algum quantia, ou benefício em troca de votos, porém, não o suficiente para sair na frente na disputa e vencer a eleição, sendo que a forma encontrada para reverter a situação foi por meio da denúncia de crime eleitoral, tanto que na eleição suplementar Pedro Otacílio é eleito.

Contudo, mesmo acreditando que ambos os lados haviam cometido captação ilícita de sufrágio, dando a entender que não seria justo que o prefeito fosse cassado por violar uma lei, sendo que o outro grupo também

havia violado, “José” (2021) não escondeu o quanto ele e sua família ficaram ansiosos pelo resultado do julgamento e felizes com a decisão.

Tipo, na época eu não lembro. **Mas eu só me lembro que nós tava... até eu me lembro, tavam destalando castanha e o radinho.** Todo mundo na **Verdes Campos Sat**, esperando o momento tal esperado, que todo mundo tava esperando essa cassação, por compra de voto, só que falaram que foi por conta dessas compra de voto, mas ao que eles encontraram pra poder dizer que realmente aconteceu a compra de voto eu não sei falar. Só sei que o motivo foi compra de votos. Tiveram provas, eu não sei se as pessoas mermo que foram tomados os título denunciaram alguma coisa. **Foi a maior animação, como eu falei nós fomos pra roça destalar castanha e com o radinho lá, nessa época só tinha rádio. E todo mundo esperando o tal momento que ia ser cassado, porque tinha saído do poder tinha de voltar novamente.** Aí quando falaram foi a maior animação, comemoração, soltaram fogos e foi um rebuliço da peste. Tanto é que logo em seguida já teve a eleição e aí finalmente doutor Pedro conseguiu entrar na prefeitura [grifo nosso].

Ao ser questionado sobre como recebeu a notícia da cassação, “José” relata o que estava fazendo naquele momento, mas acima de tudo discorre acerca dos sentimentos que habitavam aqueles corpos que aguardavam a notícia de cassação, a animação seguida de comemoração. Poderíamos, então, afirmar que a memória despertada através do questionamento seria aquela dita voluntária, que é racionalizada e, portanto, apreciada pela história, mas não seria de bom grado ignorarmos as afetividades presentes naquelas memórias e que transpareceram no relato instigante do nosso colaborador. Nesse sentido, “a memória é, portanto, algo que ‘atravessa’, que ‘vence obstáculos’, que emerge, que irrompe: os sentimentos associados a este percurso são ambíguos, mas estão sempre presentes” (Seixas, 2001, p. 41).

Ao relatar que estavam trabalhando, sintonizados na rádio *Verdes Campos Sat* esperando sair a decisão do julgamento pelo TRE, em nenhum momento pareciam estar interessados no cumprimento da justiça perante a prática de um crime. Esperavam pela cassação para que houvesse chance do grupo que apoiavam voltar ao poder, agora e finalmente com Pedro Otacílio como prefeito. O que estava em jogo era a disputa por poder, a preocupação com o cumprimento de leis era coadjuvante nesse

processo, a cassação era o meio para atingir o objetivo de voltar ao poder do município.

Nesse sentido, são utilizados de artifícios, dentro da lei, para que aquele grupo voltasse ao poder, sem que fosse preciso utilizar de força bruta para tal, podendo contar com o poder simbólico “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, p. 7-8), presente nas relações estabelecidas entre os sujeitos, de forma que, para o seu exercício, contam com a cumplicidade da parcela da população, que o apoiam, sendo que, quando o objetivo é alcançado esses sujeitos permanecem com o mesmo papel de antes, só que agora podendo contar com certos benefícios. Estes se sentem integrantes daquele grupo, quando o grupo que apoiam é eleito, se sentem parte da gestão. Isso fica claro também na fala de “Antônio”, principalmente no seguinte trecho: “nós estava na maior felicidade recebendo nossos pagamentos direitinho, aí veio este homem e cassa nosso mandato” (Antônio, 2021). E reitera que essa cassação o prejudicou bastante, porque após a decisão deixou de receber a quantia que o prefeito lhe pagava mensalmente.

[...] aí nós acabou toda felicidade, que a felicidade do pobre é quando está recebendo o dinheiro, né. (palavras ditas de uma forma bem descontraída, com muitas risadas) nós todo mês tinha o dinheiro da feira aí quando perdeu, perdeu tudo. Perdeu ele e perdeu nós, cadê o dinheiro de fazer a feira! Aí não tinha pra onde correr, fiquemos aqui, apelando pra ver se chegava outro. Aí veio cinco ano de sofrimento, porque eles... foi um que eles cassaram e quatro que Doutor Pedro comandou (Antônio, 2021).

Portanto, é perceptível que tanto “José” quanto “Antônio”, mesmo que um tenha sido favorecido e o outro prejudicado com a decisão, enxergam a cassação sob a mesma perspectiva, pensando em seus interesses particulares. Seus relatos não contêm indícios de que estes estivessem preocupados com os interesses coletivos do município, tendo em vista a confirmação da ocorrência de corrupção eleitoral.

O fenômeno de cassação de prefeitos eleitos em 2008 no Piauí

No município de Alagoinha do Piauí vimos que o pedido de cassação possuiu relação com as disputas pelo poder entre os grupos políticos

que pleitearam as eleições de 2008. Mesmo que a motivação da cassação tenha sido a comprovação de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico, o que pairava eram os interesses individuais. Para os denunciantes, o crime em si parecia possuir pouca importância, desde que o resultado fosse a perda do mandato de seus adversários.

Tratando como um caso isolado, poderíamos afirmar que essas práticas ilícitas fazem parte da cultura política daquele município, por se tratar de uma cidade do interior, citando um fragmento do documento de cassação, “principalmente levando em conta as peculiaridades de um município pobre do interior do Piauí” (Brasil, 2011, p. 07). Mas as escolhas políticas, assim como ressalta Rémond (1999) possuem mais relação com a cultura e educação do que com fatores sócio-econômicos e, portanto, as decisões do eleitorado dificilmente teriam relação com a pobreza da população, mesmo que esta fosse comprovada. Discussão que não aprofundaremos, mas é passível de reflexão. Entretanto, o que explicaria o fenômeno de cassação em massa de prefeitos eleitos em 2008, apontado pelo jornal *O Dia*?

Elevado número de prefeitos cassados no Piauí: *O Dia* repercute

Em publicação de 21 de fevereiro de 2011, o jornal *O Dia* põe em destaque a seguinte manchete de capa: “TRE julga dois prefeitos hoje e tem mais de 90 na mira”. Segundo Maiara Martins (2011, p. 02) um dos prefeitos julgados nesse dia foi Manoel Emidio, do município de Marcos Parente, que juntamente com a “vice-prefeita Maria de Fátima Carnib de Castro Santos são acusados de captação ilícita de sufrágio, abuso de poder econômico e político”. Ação, que assim como em Alagoinha do Piauí, também foi movida pelo candidato que ficou em segundo lugar na disputa eleitoral.

O que nos chama mais a atenção na manchete de capa é o trecho: “e tem mais 90 na mira”, o resumo que acompanha o título ressalta que, desde a eleição de 2008, mais de 40 prefeitos foram cassados pela justiça, essas informações revelam um fenômeno de cassação em massa, cujos alvos eram os prefeitos eleitos nas eleições daquele ano. Números que levantam questionamentos acerca do que poderia estar acontecendo no estado. No capítulo anterior, observamos através dos relatos do entrevistado que a prática ilícita, que motivou a cassação do prefeito de Alagoinha do Piauí,

parecia corriqueira, será que o mesmo ocorreu nas outras tantas cidades que tiveram mandatos cassados?

Desde 2009, com a posse dos eleitos na eleição que ocorreu no ano anterior, foi dado início às denúncias da ocorrência de crime eleitoral, *O Dia* repercute essas movimentações. Em publicação de 12 de março 2009, o repórter João Henrique Bezerra ressalta que 54 políticos estão na mira da Justiça Eleitoral, acusados de crime eleitoral, sendo a maioria por compra de votos, cujas denúncias partiram de adversários políticos. Pela data da matéria é perceptível que as ações movidas contra gestores municipais tiveram início logo nos primeiros meses de gestão, o que nos leva a crer que foram preparadas com antecedência, antes mesmo do resultado das eleições, configurando uma disputa de poder bem articulada. Algumas dessas ações resultaram em cassação, outras, não, e ao longo dos meses seguintes surgiram também novas denúncias, resultando em mais de 40 prefeitos cassados até fevereiro de 2011, como podemos ver no trecho a seguir:

O Piauí tem até agora mais de 40 prefeitos eleitos em 2008 com mandatos cassados. **O número é um dos maiores do país e da história da Justiça Eleitoral piauiense.** Apesar do número significativo, apenas em 14 deles os prefeitos foram realmente afastados. Os demais mantêm-se no cargo por força de liminar. O número pode ser ampliado nos próximos dias. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ainda tem pelo menos 93 gestores “na mira” das cassações [grifo nosso] (Martins, 2011, p. 3).

Provavelmente, nem todas as cassações se deram por compra de votos; contudo, isso não diminui a gravidade da situação envolvendo o alto número de mandatos que foram cassados, além de vários outros que ainda aguardam julgamento. Mesmo que muitos tenham conseguido liminar para se manter no cargo, a quantidade de ações acatadas pela justiça, o que sinaliza fraude eleitoral em massa, nos leva a questionar o porquê desse número expressivo ter ocorrido no Piauí e nas eleições de 2008. Em se tratando das ações movidas, principalmente aquelas cujo requerente é o candidato derrotado, entendemos que possui relação com a disputa de poder. Não conformados com a derrota, e provavelmente já se articulando antes mesmo do resultado nas urnas, utilizaram de artifícios legais para retirar o adversário do poder. Mas para que a cassação ocorra é necessário

a comprovação do crime, e a sede pelo poder, sozinha, não daria conta de justificar tantas denúncias a não ser que uns tenham sido encorajados pelas atitudes dos outros, gerando um alto volume de contestações e resultando nesse fenômeno nada positivo para o Piauí.

Contudo, não foram apenas solicitações, como aponta o jornal *O Dia* as cassações aconteceram e, perante isso, podemos concluir que foi comprovado o cometimento de crimes eleitorais, sejam eles os que já citamos ao longo do trabalho ou outros que venham a configurar pena de cassação. Caso contrário, estaríamos levantando a hipótese que o TRE, e os juízes que tomaram essas decisões, estariam tendo condutas imparciais, o que não seria cabível de comprovação neste trabalho. Nesse sentido, a prática de barganhar voto não seria parte da cultura política somente de Alagoí-nha do Piauí, se estendendo a vários outros municípios do estado.

Ao longo da matéria de fevereiro de 2011 *O Dia* apresenta várias cidades que já haviam realizado eleições suplementares, como é o caso de Pimenteiras, Francinópolis, Barras – primeira cidade a realizar a escolha de novos gestores, ainda em 2010 – Oeiras, Dom Expedito Lopes, entre outras, reiterando que, “a ‘onda de cassações’ ainda não tem data para terminar. O presidente do TRE em 2011, desembargador Raimundo Eu-frásio, frisou que o Tribunal está apenas ‘cumprindo seu papel’, fazendo com que o processo de escolha se dê com lisura e respeitando a vontade popular” (Martins, 2011, p. 03). Poderíamos substituir “vontade popular” por “interesse particular” se levássemos em consideração que o eleitorado dos outros municípios segue a mesma linha dos dois alagoinhenses que nos concederam entrevista.

As decisões de cassação vieram acompanhadas de eleições suplementares em grande parte dos municípios, o que permitiu aos candidatos derrotados em 2008 terem a chance de se elegerem. Não podemos ignorar esse fato e tratá-lo como uma coincidência, isso porque é possível perceber estratégias muito bem elaboradas, nessas ações de impugnação de mandato, para que os derrotados nas eleições de 2008 consigam sor-rateiramente ascender ao poder, vencendo as novas eleições.

Afinal, se ocorrerão novas eleições, o que impediria que as práticas ilícitas se repetissem? Embora as práticas em si possam não parecer tão relevantes, o que está em jogo são as disputas por poder. Se um candidato é condenado por corrupção eleitoral, os olhares se voltam para o grupo

ao qual ele pertence, dificultando a repetição dos atos ilícitos e deixando-os enfraquecidos financeiramente. Isso, por sua vez, pode beneficiar o grupo adversário.

Considerações finais

Ao iniciar a pesquisa, buscávamos entender as questões que norteariam o elevado número de cassação de prefeitos eleitos em 2008 no Piauí, partindo da cassação do prefeito de Alagoinha do Piauí, Clodoaldo de Moura Rocha, e levando em consideração a forma que dois alagoinhenses enxergaram esse processo. Portanto, percebemos que as ações de impugnação, movidas contra os prefeitos denunciados por crime eleitoral, partiam de uma disputa de poder e a corrupção eleitoral era apenas o meio para chegar ao objetivo final, possibilitando ascender ou voltar ao poder, sendo eleito na eleição suplementar. Os colaboradores “José” e “Antônio” nos permitiram, por meio dos seus relatos, compreender que a prioridade desses sujeitos são os interesses individuais. Nesse sentido, o fenômeno da cassação poderia estar atrelado a essas concepções.

Tendo em vista os aspectos abordados, o estudo nos levou de encontro a uma outra possibilidade, se as disputas pelo poder motivaram as denúncias de crime eleitoral e, partindo dos relatos dos nossos colaboradores, se os interesses individuais prevaleciam nas suas escolhas e tomada de decisões, poderiam os eleitores juntamente com o grupo opositor dos prefeitos eleitos produzir provas com o objetivo de derrubar seus mandatos? Não cogitaremos afirmar essa possibilidade por não possuímos fontes basilares para tal, mas fica o questionamento para o leitor e a construção de trabalhos vindouros.

Referências

AGÊNCIA ESTADO. TRE suspende cassação de prefeito no Piauí. **Tribuna**, Curitiba, 30 dez 2009, atualizado em 19 jan. 2013. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/tre-suspende-cassacao-de-prefeito-no-piaui/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

ANTÔNIO. **Entrevista concedida a Ana Geórgia Bezerra**. Alagoinha

do Piauí, 30 abr. 2021.

BEZERRA, Ana Geórgia. **Política e relações de poder**: práticas sociais durante as eleições municipais de Alagoinha do Piauí – PI, em 2008-2011. Monografia (Curso de História), Universidade Federal do Piauí, Picos, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL, Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí. Alagoinha do Piauí (29ª Zona Eleitoral-Pio IX). Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - Eleições de 2008 - Prefeito - Vice-Prefeito - Vereador - Captação Ilícita de Sufrágio- Abuso do Poder Econômico E Político - Conduta Vedada - Fraude - Corrupção - Procedência Parcial - Pedido de Reforma e Decisão Recorrente: Clodoaldo de Moura Rocha, prefeito eleito nas eleições de 2008. Relator: Dr. Luiz Gonzaga Soares Viana Filho. Teresina, 08 ago. 2011. **Diário da Justiça Eleitoral - Tribunal Superior Eleitoral**, 09 ago. 2011. Ano II, n.º 147, 2011.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí. Alagoinha do Piauí-Pi (29ª Zona Eleitoral - Pio IX). Ação Cautelar - Eleições 2008 - Prefeito e Vice-Prefeito - Aime - Captação Ilícita de Sufrágio - Procedência - Cassação de Mandato Eletivo - Afastamento Imediato - Interposição de Recurso - Pedido de Liminar - Para Conferir Efeito Suspensivo A Recurso Requerido: Pedro Otacílio de Sousa Moura Requerente: Clodoaldo de Moura Rocha, Prefeito do município de Alagoinha/PI. Relator: Dr. Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira. Pio IX, PI, 24 de maio de 2010. **Diário de Justiça Eletrônico do TRE/PI**, 27 maio 2010. v. 4, n.º 096, p. 1-10, 2010.

ESCÂNDALO: No Piauí, prefeita interina despacha na calçada há 8 dias. **GP1**, Teresina, 29 dez. 2009. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/politica/noticia/2009/12/29/escandalo-no-piaui-prefeita-interina-despacha-na-calçada-ha-8-dias-117168.html>. Acesso em: 29 jul. 2023.

JOSÉ. **Entrevista concedida a Ana Geórgia Bezerra**. Alagoinha do Piauí-PI. 02 maio. 2021.

JUSTIÇA cassa o mandato do prefeito de Alagoinha (PI) por compra de votos. **GP1**. Teresina, 23 dez. 2009. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/politica/noticia/2009/12/23/justica-cassa-o-mandato-do-prefeito-de-alagoinha-pi-por-compra-de-votos-116467.html>. Acesso em: 29 jul. 2023.

LIMA, Fábio. Juíza cassa prefeito do PT por compra de voto em Alagoinha. **Cidadeverde.com**, Teresina, 23 dez. 2009. Disponível em: https://cidadeverde.com/noticias/50266/juiza-cassa-prefeito-do-pt-por-compra-de-voto-em-alagoinha#google_vignette. Acesso em: 29 jul.

MARTINS, Mayara. **O Dia**, Teresina, ano 60, 21 fev. 2011. Disponível em: <https://issuu.com/jornal-o-dia/docs/capa-00000>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BEZERRA, João Henrique. **O Dia**, Teresina, 12 mar. 2011, p. 03.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Revista Projeto-História**, São Paulo, EDUC, v. 14, fev. 1997.

PREFEITA interina tem que despachar da rua. **O Tempo**, Belo Horizonte, 28 dez. 2009, atualizado em 26 abr. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/prefeita-interina-tem-que-despachar-da-rua-1.227786>. Acesso em 29 jul. 2023.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 37-58.

ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CAXIAS (1994-2000): ARTICULAÇÕES COM OS MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS LOCAIS

Bianca Lorrana Barros Nascimento¹

Antonia Valtéria Melo Alvarenga²

Introdução

O ato de mergulhar nas águas turbulentas e profundas do imediatismo que era comum para Heródoto e Tucídides, pensadores que não hesitavam em escrever sobre o tempo presente, a partir do século XIX, tornou-se uma ação considerada perigosa por alguns historiadores que evitavam se banhar nas águas profundas da sua temporalidade. Essa prática de afastar-se do presente e olhar para o passado era justificada pela necessidade de o historiador estar distante do objeto estudado, pois dessa forma seria possível preservar a imparcialidade do sujeito e a produção de uma verdade histórica.

Vinculada à escola metódica alemã, a crítica à história do presente defendia que o historiador deveria preservar o seu profissionalismo e reafirmar o seu compromisso com a verdade através do estudo dos eventos passados, relacionando o estudo dos acontecimentos presentes às disciplinas como a literatura e a antropologia. Essa tese passou a ser questionada pelos pensadores do século XX, a exemplo dos franceses Émile Durkheim

1. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

2. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

e François Simiand, que afirmavam que o pesquisador não poderia atingir a total imparcialidade, pois independentemente da temporalidade, o historiador ainda estaria banhado de subjetividade, já que os indivíduos são determinados pelo seu meio social. Diante da questão da subjetividade enfrentada, caberia ao historiador buscar uma metodologia adequada para que a objetividade do estudo não fosse comprometida.

Portanto, a história imediata além de ser uma possibilidade concreta para as produções historiográficas sobre os processos recentes é, ao mesmo tempo, uma necessidade histórica, pois a compreensão dos eventos no presente é um instrumento na luta contra as injustiças sociais, tendo em vista que o estudo sobre o contemporâneo contribui para a desnaturalização das configurações sociais, econômicas, políticas e expõe que as relações estabelecidas são resultadas de processos históricos que se desdobram na atualidade.

Sob esse viés, o presente capítulo não se esquivava do campo da história imediata social, e se debruça sobre o cenário brasileiro a partir da segunda metade do século XX, um período marcado por movimentos sociais que reivindicavam direitos e reformas em diferentes setores da sociedade. Nesse cenário se encontram os debates ocorridos em torno da saúde pública brasileira, que desaguarão na 8ª Conferência Nacional, realizada em 1986, um evento significativo para a história da saúde pública no Brasil. Sua contribuição se concentra na produção de um debate sobre a posição do Estado frente às questões de saúde pública, a respeito dos direitos necessários para o gozo pleno da cidadania, e sobre os fatores que condicionavam e determinavam as condições de saúde do povo nacional. Esse movimento serviu como fundamento para aspectos da Constituição de 1988 e foi crucial para a reorganização dos serviços de saúde no país, notadamente para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Tendo em vista esse período de grandes debates e transformações em torno da saúde, objetivando que os brasileiros tivessem sua cidadania garantida pelo poder público através de uma saúde igualitária, universal e integral. É interessante aqui analisar e explorar o projeto da Reforma Sanitária Brasileira, com intuito de compreender seus fundamentos, propostas e qual direcionamento assumiu enquanto processo. Além disso, busca-se abordar a criação do SUS e a organização dos serviços de saúde pública, enquanto fruto desse movimento.

A Reforma Sanitária no Brasil

No que se refere à segunda metade do século XX, é importante destacar que o país foi palco de tensas relações, decorrentes do levantamento de movimentos sociais que lutavam contra as injustiças sociais e pelo estabelecimento de direitos que reconhecessem as necessidades históricas, individuais e coletivas da população nacional. Entre os movimentos ocorridos nesse período, encontram-se a luta pela reforma agrária e o movimento estudantil, este último buscava a ampliação do acesso ao ensino por meio do aumento de vagas e da melhoria na qualidade da educação pública ofertada.

Nesse cenário de embates entre grupos insatisfeitos com a estrutura social vigente e as classes dominantes, as discussões em torno da questão da saúde pública no país foram se tornando mais presentes e calorosas, isso ocorria porque uma parcela da população, formada pelas massas, não estava sendo assistida satisfatoriamente pelo poder público, o que significa, que o sistema de saúde necessitava de uma reforma que oferecesse a todos, igualmente, direitos no que diz respeito à saúde.

Diante dessas lacunas que a saúde no Brasil apresentava, se pensou em uma reforma sanitária para que os serviços fossem melhorados e atendessem toda a população. Essa reforma foi o ponto de partida para a idealização de uma Reforma Sanitária Brasileira, que buscava não apenas uma mudança no setor específico da saúde, mas também, a democratização da saúde, do estado e da sociedade, sendo assim, as modificações seriam mais amplas e profundas.

Assim, a RSB, enquanto projeto não se restringia ao campo da saúde, pois dialogava com outros projetos sociais que buscam modificações nos aspectos econômicos e políticos da sociedade, pois o movimento previa a necessidade de que o Estado assistisse não somente aqueles que estavam acometidos por enfermidades, propondo medidas de tratamento e prevenção de doenças, ou até mesmo provendo serviços de saneamento básico. A saúde deveria ser reformada juntamente com seus fatores condicionantes sociais, desse modo, a reforma proposta não deveria ser apenas parcial. É o que afirma Jairnilson Paim:

A reforma parcial pretende a transformação de setores particulares ou instituições da sociedade. É formulada por especialistas de um dado setor e

acionada mediante campanhas de opinião pública cujas ações de massa são efêmeras e entram em refluxo rapidamente. Segundo a autora, este tipo de práxis é muito vulnerável à manipulação, pois se concentrando em setores ou instituições concretas criam uma aparência de mudança da ordem social (Paim, 2010).

Tendo como base a definição de Paim sobre reforma parcial, é possível compreender que para a concretização da RSB, era crucial que houvesse a participação popular na luta contra à ordem social e que, se assim não fosse, o movimento corria o risco de ser sufocado. Pensá-lo limitado a profissionais e estudiosos da saúde, inviabilizaria a transformação geral necessária, que deveria atingir todas as instituições.

Com a ampliação do movimento da Reforma Sanitária, através do diálogo com outros movimentos sociais, um projeto complexo foi idealizado por profissionais estudiosos da área da saúde, materializado a 8ª Conferência Nacional de Saúde, um evento que foi de extrema importância para a história da saúde pública brasileira ao definir conceitos, parâmetros e ações que norteariam as medidas a ser tomadas pelos governantes do país.

A 8ª Conferência, ocorrida entre 17 e 21 de março de 1986, abordava três pontos principais: a saúde como dever do Estado e direito do cidadão; a reformulação do Sistema Nacional de Saúde e o financiamento setorial, que deveria ser assistido pelo poder público, para que os indivíduos advindos das áreas periféricas e dos centros urbanos gozassem de saúde integral, igualitária e da seguridade social. É importante dizer, que esse evento almejava que o projeto da RSB saísse do campo das ideias e se tornasse uma realidade concreta por meio de uma ampla reforma social. Isso pode ser constatado na afirmação do presidente da referida conferência:

Outra grande questão é que a reforma sanitária deve ser ampla. Não pode ser confundida com reforma administrativa nem apenas com a transferência burocrática de instituições ou com a simples mudança da direção dessas instituições. A reforma sanitária pressupõe a criação de um organismo que, reunido tudo o que existe a nível da União, possa, a partir de um grande fundo nacional de saúde, promover uma política de distribuição desses recursos mais justa e igualitária, alcançando, assim, a universalização, isto é, garantindo a cada pessoa neste País o direito aos serviços básicos de saúde (Arouca, 1986).

O médico sanitário e político brasileiro Sergio Arouca considerava fundamental mudanças no setor da saúde, mas também no setor agrário, urbano e financeiro, pois os brasileiros deveriam ter seu bem-estar físico, mental, social e político assegurados para que pudessem estar numa condição saudável. Portanto, era uma urgência realizar mudanças gerais no país e criar um sistema de saúde que atingisse toda a população.

Desse modo, a Reforma na Saúde Brasileira proposta e discutida na 8ª Conferência, marcou positivamente a história da saúde e obteve resultados positivos para o movimento, tendo em vista que houve uma reorganização no sistema de saúde e a Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, observou as lacunas existentes relacionadas aos serviços, ampliando os conceitos de saúde-doença e estabelecendo direitos sociais fundamentais nesse setor. Os Art. 196 ao Art. 200 expressam essas modificações ao determinarem a saúde como um direito universal e igualitário que deve ser garantido pelo Estado.

Em relação à ampliação do conceito de saúde previsto no projeto RSB, a Constituição de 1988 reconheceu que a qualidade de vida dos cidadãos não depende apenas do cuidado dos corpos adoecidos e, que para que se construa uma sociedade saudável, outros aspectos da vida social e econômica devem ser assistidos pelo poder público:

Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social (Constituição Federal Brasileira, 1998).

De fato, a Reforma Sanitária trouxe bons frutos para os brasileiros, levando em consideração a mudança de postura perante as questões de saúde que alteraram as relações sociais. Contudo, a reforma geral proposta na Conferência de 1986, não foi ainda alcançada e, enquanto processo, adquiriu caráter de uma reforma setorial, por ter se limitado ao âmbito da saúde, não conseguindo atingir outros setores. Isso ocorreu porque a participação popular no movimento não teve forças para sustentá-la e conduzi-

-la rumo a uma reforma nacional, tornando-se cada vez mais estreita. Por outro lado, a RSB na década de 90 consolidou-se como um movimento de base política e ideológica sustentada por gestores, representados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS), o que reafirma o caráter setorial do movimento enquanto processo. Além de o movimento ter apresentado uma estreita participação das massas e, conseqüentemente, ter perdido o caráter militante, passando a ser conduzido por especialistas da saúde, nota-se também o seu desaparecimento das discussões nacionais em torno da saúde:

Esse esvaziamento do movimento sanitário chega ao ponto de a RSB não se apresentar na agenda do governo, nem mesmo no discurso do CEBES e da ABRASCO. A expressão “reforma sanitária” esteve ausente dos editoriais do CEBES entre 1999 e 2000, exceto na homenagem a David Capistrano Filho, um dos seus fundadores. No que diz respeito à ABRASCO, o jejum foi mais longo (1994- 2000), reinserido na agenda na gestão iniciada em 2000, desaparecendo novamente entre 2003 e 2006. No que se refere às conferências nacionais de saúde, a Reforma Sanitária também esteve ausente dos relatórios finais desde a 9ª. CNS (1992), só voltando a aparecer na 12ª. CNS, em 2003 (Paim, 2010).

A 8ª Conferência de Saúde Nacional ampliou o conceito de saúde-doença e projetou uma reforma geral na saúde brasileira. Entretanto, a reforma sofreu um esvaziamento e assumiu uma natureza de reforma parcial enquanto processo que ocorre até os dias atuais, o que revela que a organização do sistema de saúde e a criação no SUS são resultados de uma reforma setorial e o SUS não pode ser confundido como sinônimo da Reforma de Saúde Brasileira.

A importância do Sistema Único de Saúde

Após décadas de lutas do movimento da Reforma Sanitária, as propostas da RSB elaboradas por técnicos e gestores da área da saúde, que visavam o atendimento das necessidades históricas dos brasileiros, foram absorvidas em grande parte pela Constituição Federal, o que resultou na criação de um sistema público de saúde unificado. Esse sistema foi intitulado como Sistema Único de Saúde (SUS), e tinha como característica

central a saúde como um direito dos cidadãos que deveria ser garantido pelo Estado.

Conforme os direitos e deveres estabelecidos pela Constituição de 1988, em consonância com a Reforma Sanitária e a criação do SUS, a questão da saúde assumiu uma relevância pública e passou a ser gerida e garantida pelo Estado. A saúde se tornou uma questão de interesse nacional e público, em que todas as instituições e serviços, sejam elas públicas, privadas ou filantrópicas, pertenciam ao sistema. Então, conseqüentemente, seriam reguladas, fiscalizadas e controladas por ele. Sendo assim, hospitais, clínicas, consultórios e laboratórios bioquímicos pertencem a esse complexo de saúde e, portanto, estão regulados por ele.

Dessa forma, passou a ser dever do SUS estabelecer as regras para que os serviços de saúde funcionem e apresentem resultados positivos. A primeira regra da saúde começa na legislação brasileira, com a definição do direito à saúde. A partir desse ponto, outras regulamentações menores foram desenvolvidas. Além disso, o SUS define os parâmetros para a atuação dos profissionais de saúde e como devem ser tratadas e prevenidas determinadas doenças. Em relação à fiscalização e ao controle, são avaliados: a ação de saúde, do serviço, da instituição, dos profissionais, dos planos e seguros de saúde, etc.

No que diz respeito aos objetivos, o SUS entende que, tanto na esfera pública quanto a privada, a cura dos corpos adoecidos é associada com o cumprimento do direito à saúde, contudo, o sistema se baseia na CF e parte do pressuposto de que a saúde não depende apenas do tratamento de doenças, pois é determinada por outros fatores que provocam impactos no bem-estar dos indivíduos:

Na CF art.196 consta: “saúde é direito de todos e dever do Estado garantido mediante... o acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

CF art.198: “atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais”.

CF art.200: “ao SUS compete, além de outras atribuições no termo da lei... (a listagem de várias ações do SUS)”. A lei que regulamentou a CF foi a 8.080,5 que definiu, bem claramente, os objetivos do SUS: identificar e divulgar os condicionantes e determinantes da saúde; formular a política de saúde para promover os campos econômico e social, para

diminuir o risco de agravos à saúde; fazer ações de saúde de promoção, proteção e recuperação integrando ações assistenciais e preventivas (Carvalho, 2013).

Portanto, um indivíduo saudável deve gozar dos direitos à saúde, mas, também, deve ter acesso ao trabalho, alimentação, educação, moradia, lazer e saneamento básico garantidos, e o sistema de saúde tem como obrigação reconhecer esses aspectos para que seja possível identificar e divulgar as causas das doenças a partir de seus condicionantes e determinantes. É dever do SUS ofertar as ações de assistência às pessoas, atuando na melhoria da qualidade de vida e saúde, proteção e trabalhando para mitigar os riscos de adoecer através de medidas diretas como as vacinas e exames preventivos, bem como cuidando daqueles que já estejam doentes ou tenham sido submetidos a todo e qualquer agravo.

Com o intuito de seguir os princípios-base do direito à saúde que se referem a universalidade e a igualdade da assistência e dos serviços públicos, o SUS se articulou para atuar nas esferas nacional, estadual e municipal, atendendo os quase 5600 municípios do Estado brasileiro, para que todos os cidadãos, independente da classe social e econômica, usufruíssem das ações e serviços de saúde necessários para uma vida saudável e de qualidade. Diante dessa necessidade de tornar o acesso à saúde viável, visando garantir os princípios básicos desse direito, em 2006, foi criada e aprovada a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB):

Na PNAB, atenção básica é definida como ‘um conjunto de ações de saúde desenvolvidas em âmbito individual e coletivo que abrangem a promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde’. Essas ações se desenvolvem por meio de uma equipe multidisciplinar, em um território geograficamente definido e com sua respectiva população, tornando-se o primeiro ponto de contato da população com o sistema de saúde (Mendonça, 2018).

Diante disso, conclui-se que a PNAB foi idealizada para concretizar os princípios da Atenção Primária de Saúde, primeiro nível de atenção no âmbito individual e coletivo, no Sistema Universal de Saúde: universalidade, acessibilidade, coordenação, integração, responsabilidade, humanização, equidade e participação social, foi definida a reorganização da rede de atenção primária da sociedade. Tendo em vista esse objetivo, o aten-

dimento primário foi reorganizado de acordo com o modelo Estratégia Saúde da Família (ESF).

A ESF se apresenta com uma proposta de não apenas tratar doenças, mas combatê-las através da prevenção, além de objetivar que os habitantes de todas as regiões brasileiras sejam acompanhados por equipes de profissionais da saúde formadas geralmente por um médico, enfermeiro, técnico e um agente comunitário de saúde que atuam no tratamento das enfermidades, estabelecendo vínculos com os pacientes, conhecendo aspectos qualitativos, como o trabalho, a moradia e a escolaridade dos integrantes da família. Essa relação entre os profissionais é importante porque eles podem identificar os fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva. Dessa maneira, essa rede de atenção básica busca melhorar a qualidade de vida dos pacientes locais ao oferecer um atendimento e assistência mais completa, atuando para garantir a cidadania dos brasileiros.

Considerações parciais

Conclui-se, até o momento, a partir o trabalho de pesquisa realizado, que o movimento da Reforma Sanitária se estruturou no Brasil na segunda metade do século XX, visando a reformulação do sistema de saúde pública, a ampliação dos conceitos de saúde e doença e financiamento setorial, desaguando na 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), um importante movimento realizado pelos profissionais e pesquisadores da área, que idealizaram mudanças necessárias no âmbito da saúde pública para que os cidadãos brasileiros pudessem gozar de assistência social e cidadania plena. O projeto da reforma tratado na 8ª Conferência teve suas propostas absorvidas em grande parte pela Constituição Federal de 1988, tendo em vista que a lei suprema do Brasil apresentou previsão à saúde como um direito universal, integral e acessível que deveria ser garantido pelo poder público e, além disso, decretou uma reforma no sistema de saúde brasileira que culminou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). É importante dizer, mesmo que a Reforma Sanitária tenha tido seus princípios fundamentais reconhecidos na Carta Constitucional, o projeto da RSB não atingiu seu fim, pois era almejado um resultado geral, o que não aconteceu devido ao esvaziamento do movimento à medida que as massas

se desmobilizaram, fazendo com que a luta perdesse o seu caráter militante e assumisse características setoriais, enquanto processo.

Sendo assim, embora esteja associada à criação do Sistema Único de Saúde, a reforma na saúde brasileira, enquanto projeto, englobava a democratização da saúde, do Estado e da sociedade, o que significa que ela deveria ser mais expansiva, transcendendo o âmbito da saúde. Em relação à criação do SUS, é indiscutível que a sua atuação faz parte do processo de democratização da população, levando em consideração que ele se dedica às ações de assistência às pessoas por intermédio de promoção, proteção e recuperação da saúde, visando garantir o direito à saúde integral, universal e igualitária para todos os brasileiros sem distinção.

Por fim, ao direcionar o estudo para as reformas na saúde pública, nota-se que ocorreram mudanças significativas nesse setor, tendo em vista o reconhecimento das necessidades coletivas e individuais que estavam previstas na Constituição de 1988 e na criação do SUS, responsável pelos serviços e ações que devem garantir o cumprimento do direito à saúde, observando os seus condicionantes e determinantes. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) faz parte desse aparelho e se caracteriza como uma rede de atenção básica que deve atuar nos municípios como a ordenadora do cuidado, estabelecendo e orientando as demandas para os demais níveis ou serviços de saúde.

Referências

BRASIL. Relatório Final da 8ª. Conferência Nacional de Saúde. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8., 1986, Brasília. **Anais...** Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987, p. 381-389.

CARVALHO, Gilson. A saúde pública no Brasil. **Estudos avançados**, v. 27, p. 7-26, 2013.

DOS SANTOS, Andrea Paula. Imagens e sons de histórias do tempo presente e do imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2007.

FLEURY, Sônia. **Saúde e democracia: a luta do CEBES**. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 216-239.

MACINKO, James; MENDONÇA, Claunara Schilling. Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 18-37, 2018.

MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2297-2305, 2011.

PAIM, Jairnilson Silva. **A reforma sanitária brasileira e o CEBES**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), 2010.

PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

PATSCHIKI, Lucas. As lutas da história imediata: para quem serve a verdade histórica?. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 12, n. 48, p. 225-240, 2012.

PROGRAMA MAIS MÉDICOS NO MARANHÃO (2013-2020): O CUIDAR DO CORPO E DA MENTE COMO ATO POLÍTICO

*Georgia Maria Vieira Cruz*¹
*Antonia Valtéria Melo Alvarenga*²

Introdução

No Brasil, a luta por melhoria nos serviços de saúde mostra um histórico complexo. A existência de um sistema de saúde pública e suas transformações ao longo do tempo refletem uma sociedade conturbada que passou por mudanças políticas, sociais e econômicas, com impactos perceptíveis sobre esse setor. A título de exemplo, o movimento “Sanitarismo Campanhista”, liderado por Oswaldo Cruz, que promoveu a vacinação em massa da população do Rio de Janeiro no início do século XX, contexto de implantação do regime republicano, produziu reações que se misturaram às questões políticas, tornando os objetivos da campanha nem sempre identificáveis, em um momento em que as cidades brasileiras enfrentavam graves surtos de varíola em decorrência de um processo de urbanização acelerado sem a infraestrutura básica necessária. A vacinação obrigatória, realizada de maneira compulsória, gerou a Revolta da Vacina, que apesar do caos instaurado, contribuiu para a melhoria das condições de saúde

1. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

2. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

pública da capital federal e abriu caminho para a instauração de agendas públicas que colocaram em execução as políticas sanitárias necessárias à implementação de um Sistema Nacional de Saúde Pública, ao longo do referido século. Esse processo resulta de uma longa jornada de avanços e retrocessos, integrada por debates sociais, acordos políticos e pesquisas que tiveram seu ponto alto na Reforma Sanitária, com destaque para a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986.

Seguindo esse fluxo, a segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1970, caracterizou-se pela ampliação das lutas sociais no Brasil. Movimentos pelas reformas da estrutura agrária e universitária encontraram-se entre os que mobilizaram diferentes setores da sociedade, com a finalidade de discutir padrões sociais e institucionais estabelecidos, que favoreciam o surgimento e ampliação de formas excludentes de pensar e organizar a sociedade. Tais mudanças alcançaram os grandes centros urbanos, as áreas periféricas e os diversos segmentos que compõem a sociedade, principalmente as camadas populares menos assistidas pelo poder público, preparando cenários dos quais emergiram alguns fundamentos que embasaram a Constituição Federal de 1988, entre eles a incorporação da saúde e da seguridade social como bens públicos, unificando saúde, previdência e assistência social (Paim, 2013).

Com essa finalidade, o presente estudo objetiva analisar a importância do Programa Mais Médicos (PMM) no estado do Maranhão, como política pública de saúde inclusiva voltada para áreas mais vulneráveis. A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental. O suporte bibliográfico visa o aprofundamento teórico da discussão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) como parte do processo de democratização da população maranhense, entre os anos de 2013 e 2020.

A parte documental, relatórios estaduais e locais, boletins, documentos disponibilizados pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Saúde do Maranhão e informações que circularam em periódicos especializados, constituem a segunda parte da pesquisa. Sua finalidade é permitir compreender como o Programa Mais Médicos – PMM vem contribuindo para a consolidação de direitos e garantias constitucionais, especialmente, no estado do Maranhão. A pesquisa encontra-se em fase de execução e, no momento, está sendo realizada a etapa bibliográfica na área da Saúde Coletiva, Políticas Públicas e História do Presente,

e o levantamento de dados iniciais sobre a atuação do Programa Mais Médicos no Maranhão.

A Reforma Sanitária e a 8ª Conferência Nacional de Saúde

A Reforma Sanitária Brasileira (RSB) surgiu no contexto dos movimentos sociais de luta contra a ditadura militar em 1970, com seu ápice em 1986 na realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Sérgio Arouca, presidente da conferência, organizou a RSB com a participação de professores, pesquisadores, profissionais da saúde, representantes da sociedade civil organizada, gestores, políticos e outros setores importantes para discutir e deliberar sobre um projeto da saúde coletiva.

A Reforma Sanitária Brasileira é algo vivo e faz parte das lutas sociais para a melhoria das condições de vida e saúde de todos os brasileiros. Importante destacar que, desde sua origem, suas metas não se limitavam apenas à instalação de um Serviço Único de Saúde (SUS) no País. Essa ideia, cingida do movimento, foi construída nas décadas de 1980 e 1990, com finalidade de dar maior protagonismo a gestores, secretarias de saúde e secretários municipais e estaduais desses órgãos, reduzindo os seus desafios a problemas financeiros e de gestão do Sistema Único de Saúde. Ao contrário, o Movimento de Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) é considerado um projeto de caráter reformista social geral, com transformações por toda a sociedade através de mudanças parciais, conquistadas pela democratização da Saúde, do Estado e da sociedade (Paim, 2010). É o que afirmam Souto e Oliveira:

O Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) constituiu-se no processo de amplas mobilizações da sociedade brasileira pela redemocratização. Expressou a indignação da sociedade frente às aviltantes desigualdades, a mercantilização da saúde (Arouca, 2003) e, configurou-se como ação política concentrada em torno de um projeto civilizatório de sociedade inclusiva, solidária, tendo a saúde como direito universal de cidadania (Souto e Oliveira, 2016, p. 205).

É nesse sentido que trataremos da Reforma Sanitária neste estudo. Mesmo tomando a saúde como ponto focal desse debate, sua finalidade é tentar acompanhar os propósitos que orientaram o MRSB, enquanto par-

te de um processo de democratização social. Assim, a Reforma Sanitária Brasileira foi um movimento que visou uma profunda transformação no sistema de saúde. As diretrizes para essa transformação foram definidas ou reforçadas durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), destacando-se a implementação de um sistema único e público de saúde, considerado como um dever do Estado. A 8ª CNS tinha três eixos temáticos principais: “A saúde como dever do Estado e direito do cidadão”, “A reformulação do Sistema Nacional de Saúde” e “O financiamento setorial”. As discussões produzidas pela 8ª CNS alcançaram os grandes centros urbanos, as áreas periféricas e os diversos segmentos que compõem a sociedade, principalmente as camadas populares menos assistidas pelo poder público, preparando cenários dos quais emergiram alguns fundamentos que embasaram a Constituição Federal de 1988, entre eles a incorporação da saúde e da seguridade social como bens públicos, o que resultou na unificação da saúde, previdência e a assistência social (Paim, 2013).

Assim, a 8ª Conferência Nacional, realizada entre 17 e 21 de março de 1986, foi um marco histórico para o país: primeiro, como resultado dos movimentos sociais, pôde envolver várias camadas sociais; segundo, o Brasil passava pelo processo de redemocratização, o que lhe permitiu contribuir para a ampliação da consciência política dos grupos sociais envolvidos, principalmente no que diz respeito às garantias fundamentais, como a saúde pública. Nesse contexto foram criadas instituições como o CEBES (Centro de Estudos da Saúde) e a ABRASCO (Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva) que ofereceram importantes contribuições no debate sobre a saúde pública; terceiro, foi a primeira Conferência Nacional de Saúde a contar com a participação da sociedade civil, dos representantes da classe política – deputados, senadores e do Presidente da República do período, José Sarney, além dos profissionais da área –; quarto, reconheceu-se a saúde coletiva como um estado de bem-estar que se configurava para além da inexistência de doença, quebrando os esquemas médicos, remédios e hospitalares que normalmente limitavam essa área.

A partir daquele momento, a saúde coletiva envolveu outros termos, como educação, trabalho, alimentação, transporte, renda, habitação, meio-ambiente, lazer, liberdade, acesso à posse da terra e aos serviços de saúde, sendo congruente com a definição de saúde da Organização Mun-

dial de Saúde (OMS), definida em 1964, como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Assim, o Estado brasileiro, corroborando com a concepção preconizada pela OMS, assumiu o dever de promover políticas públicas para a melhoria das condições de vida e superação das desigualdades sociais dos seus cidadãos, desenvolvendo um conjunto de ações orientadas para a prevenção e assistência preventiva e curativa, nos diferentes níveis de complexidade, mas também para redução de grandes abismos sociais e culturais que caracterizam a situação do seu povo.

Colaborando para esse propósito, a Constituição Federal de 1988 trouxe previsão para superação de necessidades históricas apresentadas pela população brasileira, ao integrar as atividades de assistência à saúde pública, com os direitos sociais constitucionais. Do Art. 196 ao Art. 200, a Carta Constitucional tratou da saúde como direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas, com objetivo de reduzir o risco de doenças e de outros agravos, bem como favorecer o “acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Essa política social teve um dos seus projetos garantidos na Lei n.º 8.080 de 1990, que no seu Art. 1º apresentou a finalidade de regular, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde. O Art. 4º da referida Lei criou as condições para a instituição do Sistema Único de Saúde, ao estabelecer:

O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

O referido trecho da Lei n.º 8.080 de 1990 é importante para se compreender o papel atribuído ao Estado como garantidor desse direito fundamental, tornando-o titular da produção das estratégias sociais e econômicas que favoreçam a prevenção e o tratamento de doenças, bem como de ações que tenham reflexos em outras dimensões da vida do cidadão, a exemplo da moradia, trabalho e educação, tendo em vista a melhoria de sua qualidade de vida.

O Sistema Único de Saúde (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) é responsável por proporcionar o acesso à assistência médica, independentemente do gênero, sexualidade, etnia, religião e/ou situação socioeconômica do usuário, desde a Atenção Primária nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) até as situações mais complexas como transplantes de órgãos. O sistema é baseado em cinco princípios fundamentais: universalização, entendendo a saúde como direito de todos e é dever do Estado; equidade, que estabelece maior assistência onde a carência for mais expressiva, com o objetivo de redução das desigualdades; integralidade, que prevê a saúde como resultado de um conjunto de cuidados, a saber, prevenção, tratamento e reabilitação ao entender o paciente como um todo; a reorganização e hierarquização, que busca promover uma articulação entre serviços já existentes e organizá-los em níveis crescentes de complexidade em áreas geográficas específicas e a descentralização do comando único, ao fornecer serviços de qualidade e garantir o controle e a supervisão por parte da sociedade, além de conceder responsabilidade ao município.

Segundo Gastão Wagner, o modelo neoliberal assumido pelo Estado brasileiro, tem sido o principal responsável pelos problemas à implementação e funcionamento pleno do Sistema Único de Saúde – SUS, em acordo com os princípios da Reforma Sanitária Brasileira e da Constituição de 1988. Mesmo com as resistências e lutas dos movimentos sociais e de categorias da saúde, a Reforma Sanitária estaria perdendo sua força vital e seu real significado, apagados da memória nacional em decorrência de circunstâncias acentuadas com a permanência de uma estrutura administrativa inadequada e incapaz aos fundamentos estabelecidos para essa política de saúde:

Primeiro, porque não o financia de modo conveniente; segundo, porque, ao gerenciá-lo, não tem buscado qualidade e eficácia da atenção; terceiro, porque não realiza reformas da máquina administrativa e assistencial sem as quais o SUS não conseguirá passar do papel. Depois, estes mesmos atores da destruição ou da inércia bradam contra o estatismo do SUS, alegam que a legislação sanitária não seria razoável e propõem esquemas para destruí-la. Sugerem retorno à privatização, esquecendo-se de que no Brasil a atenção individual sempre esteve privatizada e a coisa nunca

funcionou. É um descaramento; mas, com certeza, virão distintos governistas falar em parceria, em desmonte da rede pública, em privatização dos hospitais públicos, etc. (Campos, 1997, p. 113-114).

Ocorre, frequentemente, caracterizar a proposta do SUS como inadequada aos problemas brasileiros, quando, na verdade, os fatores negativos identificados resultam da má gestão de governos que se inibem de responsabilidades, favorecendo argumentos de porta-vozes midiáticos a serviço de interesses “neoliberais”, além de que médicos foram responsabilizados injustamente por problemas administrativos e de gerenciamento, na qual ele também se tornam vítima. A hegemonia liberal coloca o dinheiro da saúde como valor à vida humana, transformando-a em uma área de disputas e reviravoltas. Dentro dessa lógica mercadológica, muitos programas de saúde e assistência social acabam tornando-se inoperantes por motivos localizados em outras dimensões e desvinculados diretamente da esfera da saúde propriamente dita, o agravante é a falta de vontade política para implementar ações efetivas (Campos, 1997).

Como um projeto social, o SUS prevê soluções que podem funcionar de maneira efetiva para diversos problemas, exigindo para isso que governos federais, estaduais e municipais passem a atuar em sintonia com os interesses coletivos. O SUS desempenha um papel crucial na oferta de serviços de saúde para a população brasileira, especialmente para aqueles que não têm acesso a planos privados de saúde e outros serviços fundamentais ao seu bem-estar, oferecendo uma ampla gama de serviços, desde atenção básica até procedimentos mais especializados. Ao tornar prioritária a atenção básica, pela implantação do Programa Saúde da Família, permitiu a instalação de equipamentos e de uma metodologia, que favorecem a concepção de saúde defendida pela OMS, não restrita à assistência à doença, mas integrada à promoção da qualidade de vida da população.

O Programa Mais Médicos: uma abordagem do tempo presente

O Programa Mais Médicos (PMM) foi apresentado em 2013 pelo governo federal brasileiro, através da Medida Provisória (MP) N.º 621, de 8 de julho de 2013, posteriormente convertida na Lei n.º 12.871, de 22 de outubro de 2013. Constituiu-se como uma ação efetiva para a democratização do direito ao acesso à saúde de qualidade, em áreas em que se identificava a

escassez ou ausência desses profissionais, situação prevalente no Norte e no interior do Nordeste do país, permitindo a presença de recursos humanos da área médica que atuassem através do Sistema Único de Saúde (SUS). O PMM elegeu três frentes estratégicas: a diligência de médicos brasileiros e estrangeiros para municípios adeptos ao programa, o investimento e reformas em Unidades Básicas de Saúde e a abertura de mais vagas e mais turmas em cursos de graduação em medicina baseados em diretrizes curriculares revisadas. A medida visou a implementação da Atenção Primária de Saúde (APS), que abrange o tratamento, a prevenção e diagnósticos de doenças, ou seja, atuação na porta de entrada da saúde pública o que, segundo os profissionais da área, resolveria 80% dos problemas de saúde da população.

Assim, médicos foram integrados nas equipes da Saúde da Família, uma equipe multiprofissional que atende e acompanha todas as pessoas integrantes da família vinculadas às Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou nos domicílios, para uma intervenção coerente e completa, que fortalece e expande a capacidade de intervenção, buscando resultados positivos para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) numa tendência de adoção de um modelo que englobe a promoção da saúde por meio de prevenção, diagnóstico e tratamento. De acordo com Santos, *et. al.* (2015) em relação a esse programa:

Observou-se junto a 263 usuários do SUS estudados, alto grau de satisfação nas dimensões “tempo de espera para agendar a consulta” e “atendimento durante a consulta”. A maioria relatou que sua privacidade foi respeitada, que os médicos ouviram com atenção suas queixas, deram as informações necessárias, explicaram de forma clara o tratamento e que eles compreenderam as orientações dadas (Santos. 2015, p. 3550).

O Programa Mais Médicos serve aos municípios mais precários, com o uso da razão médicos/população mais baixos, pobreza extrema e elevadas necessidades de saúde. As classificações relativas são realizadas a partir do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), resultado de dados sobre a infraestrutura urbana, o capital humano, a renda e o trabalho, além de considerar áreas indígenas e de povos originários. Em 2014, o relatório da Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou o crescimento de 33% no número de consultas realizadas e de 32% nas visitas domiciliares, em relação a 2013, que registrava a razão de 1,8 médicos/1000 habitantes.

Apesar dos resultados apontados, a política foi inicialmente executada sob muita polêmica, dividindo opiniões entre setores da população nacional. A pesquisa de Gallas *et. al.* (2017), aponta o papel da mídia nesse sentido, destacando que a mesma exerceu importância crucial para o quadro instalado, ao defender que embora o Programa Mais Médicos tenha recebido aprovação de 95% dos entrevistados, o viés político em que foi engendrado promoveu a polarização de opinião pública, possibilitando a mudança de enfoque. Parte da polêmica esteve ligada ao acordo estabelecido entre os governos brasileiro e cubano, para a vinda de médicos de Cuba ao Brasil, para atuarem no programa. Em um dos resultados analisado pelos pesquisadores, foi observado que o termo “cubano” foi mais utilizado que “saúde” e “profissional”. A título de exemplo, a pesquisa de Santos (2015), apontou que entre 263 usuários do Programa e do SUS, demonstraram alto grau de satisfação em termo de tempo de espera para agendamento de consulta e atendimento durante a consulta. O resultado foi um atendimento respeitoso, com escuta atenciosa por parte do médico, receberam informações sobre tratamentos e cuidados de forma clara e, em relação aos médicos estrangeiros, a língua espanhola não foi um empecilho para a comunicação.

Nesse sentido, reside uma das importâncias atribuídas a trabalhos como o aqui desenvolvido, ou seja, o papel de uma análise historiográfica, notadamente sobre uma questão do tempo presente que recebeu intensa atenção das mídias sociais. Segundo Lacouture (1990), o jornalismo não é demasiadamente rigoroso com temas que produzem grandes polêmicas porque, geralmente, é praticado e/ou controlado por profissionais inseridos no mercado genuinamente capitalista, que agem de maneira tirânica e obsedante. Ao contrário, o historiador preocupa-se em dar palco para os atores da história ao buscar os motivos pelos quais a situação encontra-se daquela forma.

A interpretação da história imediata é crucial para entender as divisões ideológicas na sociedade e ajudar a contextualizar eventos atuais como o Programa Mais Médicos, proporcionando uma compreensão mais profunda de como situações específicas se desdobram e influenciam o presente. A análise de eventos recentes revela os debates e conflitos que moldam as opiniões públicas, destacando diferentes perspectivas e interesses em jogo. Isso contribui para uma compreensão mais profunda

das ideologias predominantes e das lutas de poder subjacentes na sociedade contemporânea. O Programa Mais Médicos é uma das experiências sociais que, do ponto de vista epistemológico, permite esse tipo de exercício ao historiador.

Para além dos interesses historiográficos e da importância que a política apresenta para a Atenção Primária de Saúde (APS) em algumas regiões remotas do Brasil, faz-se necessário destacar outros reflexos produzidos, como o acadêmico, pela previsão da ampliação de novas vagas de graduação, residência médica e instalação de cursos de medicina nas regiões necessitadas, ao formar profissionais capacitados para atuar e entender a complexidade e importância do SUS, mas esses profissionais sofrem pelos interesses neoliberais, que caracterizam o SUS como desprestigiado, além de reafirmar a concentração de instituições de ensino superior de medicina na região Sudeste e metropolitana do Brasil. A medida contempla, ainda, investimentos e melhorias na infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio da adesão municipal obrigatória ao Requalifica UBS, o que auxilia na expansão dos postos de trabalho ao gerar um ambiente estruturado para o atendimento e recepção do usuário do SUS. Ou seja, o programa foi uma proposta que procurou gerar resultados diretos e indiretos ao instaurar uma infraestrutura de qualidade para os municípios adeptos. Como resultado dessas evidências, as classes menos assistidas possuem mais perspectiva de saúde, qualidade de vida e equidade social.

O Programa Mais Médicos no Maranhão

Um dos fatores que tem dificultado a Atenção Primária de Saúde (APS), está relacionado ao baixo número de médicos e de profissionais especializados em medicina da família e comunidade, para compor as equipes de saúde da família. Conforme dados do Ministério da Saúde, em 2012, o Maranhão era o estado do país com o menor número de médicos, apresentando um percentual de 0,58 por 1.000 habitantes. Dois anos depois do lançamento dessa política pública, os Ministérios da Saúde e da Educação lançaram um documento no qual discutiram as dificuldades e os resultados obtidos pela iniciativa. Mostraram, que embora no início tenha ocorrido uma certa insegurança da população em relação à metodo-

logia aplicada para a execução do Programa Mais Médicos, notadamente relação à presença de profissionais estrangeiros em algumas regiões, aos poucos as inseguranças foram sendo superadas, fazendo surgir os resultados do programa no cotidiano das pessoas que antes possuíam muita dificuldade de acesso a essa assistência.

Os municípios mais beneficiados pela iniciativa possuíam cerca de 20% da população vivendo em extrema pobreza, sendo a maioria mulheres (57%) e com a faixa etária predominante entre 45 e 49 anos (24%). Além disso, a Região Nordeste apresentava a maior porcentagem de municípios com escassez de profissionais na Atenção Primária à Saúde (APS) (Nogueira, 2016, p. 2890). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), através o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), o estado do Maranhão possuía: 171 municípios com elevada alta vulnerabilidade, 36 municípios de alta vulnerabilidade, 9 municípios com média vulnerabilidade e 1 com baixa vulnerabilidade.

As equipes formadas pela Estratégia da Saúde da Família (ESF) atuam na Atenção Primária, na qual receberam médicos do Programa Mais Médicos. As equipes são compostas obrigatoriamente por um médico especialista em “Saúde da Família” ou em “Família e Comunidade”, um enfermeiro, um auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários, e podem ser acrescentados outros profissionais de acordo com a necessidade da localidade. Em 2012, o estado do Maranhão possuía 1.751 equipes ESF, importante observar que no mesmo ano de implementação do Programa Mais Médicos, em 2013, o número de equipes aumentou para 1.853 equipes ESF, e os dados permaneceram crescentes até 2014, com 2.004 equipes ESF. Os dados foram obtidos através do Departamento de Informática do SUS (DATASUS) e explorados a partir do software *TabWin*.

As regiões onde residem grupos que se encontram abaixo da linha da pobreza no Nordeste, receberam 63% dos profissionais do Programa Médico da Família. Entre os anos de 2013 e 2014, o Maranhão foi um dos estados mais beneficiados pelo PMM, notadamente no atendimento. Nessa porcentagem, o estado representou 16%, ficando atrás da Bahia (27%) e do Ceará (19%). Vale ressaltar que, como parte dessa política, o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), unidade gestora da Atenção Básica dentro das áreas indígenas no Brasil, recebeu ao todo 54 médicos,

na qual 13 médicos foram destinados ao Maranhão (Nogueira, 2016). Segundo o relatório do programa no Maranhão relativo ao ano 2016, dos 217 municípios do estado, 177 fizeram adesão e receberam profissionais do Programa Mais Médicos, permitindo uma identificação e notificação das doenças que acometiam a população maranhense de maneira mais rápida. Em 2019, o portal do governo do Maranhão divulgou a recepção de 107 profissionais na capital do Maranhão, São Luís. Os profissionais atuavam em 63 cidades maranhenses.

Os dados iniciais recolhidos já apontam que o Programa Mais Médicos foi extremamente importante para a democratização do acesso à saúde através da melhor distribuição de médicos e maior oferta de serviços no Nordeste, principalmente no território maranhense. A região Nordeste foi a maior região com número de municípios inscritos no PMM e com a maior recepção de médicos (1.318 profissionais) no programa (Oliveira, 2016, p. 2724). Mesmo que o Programa Mais Médicos tenha enfrentado críticas e desafios ao longo do tempo, é inegável que ele desempenhou um papel importante para a construção do direito à saúde e dever do Estado, principalmente em áreas periféricas e menos privilegiadas.

Considerações parciais

O Programa Mais Médicos (PMM) foi resultado das grandes articulações dos movimentos sociais no Brasil, desenvolvido com a Reforma Sanitária Brasileira, teve seu ápice na 8ª Conferência Nacional de Saúde, e ficam evidentes os resultados ao serem considerados na elaboração da Constituição de 1988. Teve como principal intuito o de sanar a escassez de médicos da Atenção Primária que atuam nas equipes da Saúde da Família, a fim de ampliar o acesso à saúde e reduzir a carência de profissionais. O PMM foi alvo de duras críticas e divulgações midiáticas completamente questionáveis ao levarmos em consideração a sociedade capitalista e as ideias neoliberais atuantes em todos os setores da sociedade. A “História do Tempo Presente” atua na investigação dos fatos de maneira mais aprofundada, na construção da memória coletiva e orientações de decisões presentes e futuras, ao entender as mudanças e permanências, os avanços e retrocessos, e os desenvolvimentos dos acontecimentos, além da formação da criticidade sobre a ideologia vigente.

A necessidade de uma análise historiográfica sobre o Programa Mais Médicos fica nítida ao realizar um estudo sobre os indicadores, dados e resultados, em maioria, positivos, incluindo os usuários do Programa Mais Médicos. Por isso, é necessário analisar um fato em diferentes posições e aproveitar o dinamismo histórico para não ficarmos unicamente atrelados à ideologia vigente, principalmente disseminada pela mídia. O impacto do Programa Mais Médicos fica mais evidente ao realizar um quadro comparativo entre o passado, na qual a saúde não era dever do Estado e nem entendida como resultado socioeconômico, e ainda, ao pensarmos na ideia somente da oferta regular do SUS, sem programas que se propõe a sanar problemas específicos a fim de gerar um resultado geral na sociedade.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Programa mais médicos – dois anos: mais saúde para os brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CAMPOS, Gastão. Análise Crítica das Contribuições da Saúde Coletiva à Organização das Práticas de Saúde no SUS. In: FLEURY, Sonia (Org.). **Saúde e Democracia: a luta do CEBES**. São Paulo: Editorial Lemmos, 1997. p. 113-124.

DE PAULA, Douglas Marcos Pereira *et al.* O “Programa Mais Médicos” na Mídia Brasileira: estado da arte. **Observatório (OBS*)**, v. 11, n. 2, 7 jul. 2017.

DOS SANTOS, Andrea Paula. Imagens e sons de histórias do tempo presente e do imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 12, n.º 1, 2007.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: **A história nova**. São Pau-

lo: Martins Fontes, 1990, p. 216-239.

MENDES, Eugênio. **As Redes de Atenção à Saúde**. 2. edição. Brasília. Organização Pan-Americana de Saúde. 2011.

NOGUEIRA, Priscila. *et al.* Características da distribuição de profissionais do Programa Mais Médicos nos estados do Nordeste, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 9, p. 2889-2898, set. 2016.

OLIVEIRA, João Paulo Alves; SANCHEZ, Mauro Niskier; SANTOS, Leonor Maria Pacheco. O Programa Mais Médicos: provimento de médicos em municípios brasileiros prioritários entre 2013 e 2014. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2719-2727, 2016.

PAIM, Janilson Silva. **A Reforma Sanitária e o CEBES**. Rio de Janeiro: CEBES, 2010.

PAIM, Janilson Silva. **Reforma Sanitária Brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

PATSCHIKI, Lucas. As Lutas da História Imediata: Para quem serve a verdade histórica? **Revista HISTEDBR On-line**, n. 48, p. 225-240, 2012.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco *et al.* Programa Mais Médicos: uma ação efetiva para reduzir iniquidades em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3547-3552, 2015.

SEATI. **Maranhão recebe 107 profissionais do Programa Mais Médicos**. Agência de Notícias do Governo do Maranhão. São Luís, 29 de março de 2019. Ações do Governo. Acesso em: <https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=245228>.

SOUTO, Regina Florentino; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: um projeto civilizatório de globalização alternativa e construção de um pensamento pós-abissal. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 108, p. 204-218, jan-mar 2016.

OS CORPOS NEGROS FEMININOS MARCADOS: OS CASOS DE FEMINICÍDIOS (IN)VISIBILIZADOS COM MULHERES NA REGIÃO NORDESTE ENTRE 2010 E 2020

Maria Andreane Leite Pires¹
Jakson dos Santos Ribeiro²

A história do tempo presente vem permitindo debates relevantes em relação a diversas temáticas, entre elas, questões de gênero, ampliando uma investigação das conjunturas hodiernas explicadas pelas rupturas e permanências do passado (Wolff, Mello, Silva, 2019). Nesse caso, podemos apontar as interlocuções estabelecidas à luz do movimento feminista na década de 1960 e das demandas sociais por igualdade de gênero, essa nova abordagem histórica possibilitou o desenvolvimento de teorias inovadoras que discutiam a questão do gênero, como nas obras emblemáticas de Beauvoir (1959), Scott (1995) e Butler (2003).

Nesse sentido, o estudo encontra suporte na perspectiva supracitada, visto que a temática são os casos de feminicídios, (in)visibilizados de mulheres negras na Região Nordeste entre 2010 e 2020. Assim, ao considerar

1. Graduanda do Curso História – Licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão, campus Caxias, CESCUEMA, 2º período, turno vespertino. Bolsista de Iniciação Científica (UEMA/FAPEMA).

2. Professor Adjunto II da Universidade Estadual do Maranhão (CESC-UEMA), Doutor em História Social da Amazônia (UFPA), Mestre em História Social (UFMA) e Graduado em História (UEMA). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST/UEMA) e Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI/UEMA).

a violência contra mulher como um problema social, buscaremos explicar as seguintes questões: como a imprensa digital lida com os casos de feminicídio? Ela o combate ou o naturaliza? A questão racial é abordada? Quais os discursos percebidos nas entrelinhas das narrativas midiáticas e como isso influencia o pensamento da sociedade, uma vez que enquanto um veículo de comunicação, ela tem poder de propagar ideologias e, por conseguinte, formar a opinião pública?

A metodologia utilizada é a Netnografia, uma modalidade proveniente das inovações tecnológicas do século XXI que possibilita o ciberespaço servir como meio de estudo. Para Amaral, Natal e Viana (2008), a Netnografia consiste na adaptação da etnografia no espaço digital, o que permite a interdisciplinaridade com outras áreas do saber, como sociologia e antropologia, conferindo um aspecto vantajoso para o presente estudo. Além disso, os procedimentos metodológicos a serem adotados foram a pesquisa aplicada, descritiva, bibliográfica, documental, buscando a partir dos dados quantitativos trazer um perfil das práticas de violência mais recorrentes no âmbito da região pesquisada.

Assim, a busca na internet será dividida em três momentos: a pesquisa bibliográfica na plataforma do Google Acadêmico para a construção do arcabouço teórico; mapeamento dos dados estatísticos sobre os casos de feminicídio coletados pelos principais institutos de pesquisa do país, tais quais o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que produz o Atlas da Violência, relatório de homicídios mediante gênero, raça, faixa etária e outros aspectos; pesquisa e análise dos jornais e portais *on-line* do Nordeste que narram os casos de feminicídios e violência contra mulher, na tentativa de observar de que forma estes são abordados.

É importante pontuar que o estudo ainda está em fase de desenvolvimento e atualmente está sendo realizado um levantamento bibliográfico, o qual busca suporte na leitura dos seguintes estudos: gênero discutido por Butler (2003), Scott (1995) e Beauvoir (1949); teorias feministas através de uma perspectiva de raça e classe por Davis (1981) e Hooks (1984); relações de poder e o patriarcado por Foucault (1996) e Saffioti (2004); a tipificação legislativa do feminicídio e da Lei Maria da Penha por Santos (2018) e Dias (2007); as noções acerca de mídia e imprensa, por Miranda (2017).

À vista disso, o trabalho se mostra relevante para ampliar as discussões sobre gênero e contribuir com medidas de enfrentamento contra o feminicídio e a violência de gênero, pois assim como defende Scott, o gênero é uma categoria útil de análise histórica, por

[...] fornecer um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade (Scott, 1995, p. 89).

Logo, ao refletir o papel da imprensa na divulgação das notícias de feminicídio, podemos compreender os mecanismos de manutenção das desigualdades de gênero e, conseqüentemente, combater o machismo e a misoginia. O estudo será dividido em três seções, a primeira tentará descrever como o patriarcado está ligado à violência, a segunda versará sobre os conceitos de “femicídio” e “interseccionalidade”, e a última irá analisar os casos de feminicídio na mídia.

A naturalização da violência de gênero através do patriarcado

A princípio, convém recobrar as concepções de gênero e patriarcado para compreender qual a relação entre eles e como explicam a conjuntura social de violência contra as mulheres.

Partindo da perspectiva butleriana, entendemos aqui o gênero não como uma esfera biológica, mas como um ato performativo, no sentido de produzir noções forjadas socialmente sobre o que é ser homem e mulher, criando-se dicotomias de gênero, onde o homem é o dominante e a mulher, a dominada. É nessa base que se manifestam as relações de poder presentes na sociedade patriarcal. Porém, antes de adentrarmos no conceito de patriarcado, é necessário entender o que é poder, pois ele é substancial nas relações desiguais de gênero.

Buscando reforços nas contribuições de Foucault em *A Microfísica do Poder* (1996); é constatado que o poder não se restringe ao Estado e às instituições, mas atua como uma relação de forças que permeia todas as instâncias da sociedade e que ninguém pode se abster delas. Dessa forma,

o poder se configura como um mecanismo de produção dos saberes/discursos que têm como função disciplinar os sujeitos. Dessarte, é possível inferir que a violência contra a mulher perpassa pelas relações de poder, engendradas pelo patriarcado.

Sob a ótica de Saffioti (2004), o patriarcado é “um caso específico das relações gênero” (Saffioti, 2004, p. 126), definindo-se com um regime estrutural de poder e dominação do homem pela mulher, o qual normatiza condutas de gênero, ao passo que subalterniza as mulheres, utilizando, por vezes, da violência para se firmar. Em *Gênero, Patriarcado e Violência*, a autora enumera algumas características que explicam o patriarcado, a saber:

1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...] 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (Saffioti, 2004, p. 60).

É precisamente o patriarcado o mecanismo que legitima a violência e o feminicídio, fato que será posteriormente discutido. No seio do capitalismo, Saffioti considera que a mulher ocupa uma posição que advém da herança da sociedade colonial e escravocrata, embora essa não seja sua origem, já que o patriarcado já existia desde a Grécia e Roma antigas. Porém, houve um “processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo” (Saffioti, 2004, p. 60). Essa tríplice não pode ser entendida separadamente, pois cada elemento pressupõe necessariamente o outro, o que fica evidente quando se observa os casos de feminicídio atrelados ao gênero, raça e classe.

Nesse sentido, o patriarcalismo submete as mulheres a uma condição de inferioridade, tomando controle de seus corpos e vidas, além de naturalizar a violência que as mulheres sofrem, especialmente mulheres pertencentes a alguma minoria étnica e de classe.

Feminicídio: interseccionalidade de gênero, raça e classe

A criação da Lei de Feminicídio tem como precursora a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340 de 2006) que foi sancionada pelo governo a fim de tornar crime a prática de violência contra as mulheres no meio doméstico

e familiar, classificando-se em cinco tipos: violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial (Dias, 2007). Porém, foi somente em 2015 que ocorreu a tipificação do feminicídio no Código Penal, sendo classificado como crime hediondo e definido como “o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (Agência Patrícia Galvão, 2017).

Segundo Santos (2017), é de extrema importância desvincular o feminicídio do termo “homicídio”, pois isso dificulta o entendimento de que a causa a morte dessas mulheres está intimamente ligada ao gênero, representando “a expressão final de poder e controle sobre o corpo e a vida das mulheres” (Santos, 2017, p. 11). Dessa forma, ela pondera que a sua tipificação é importante para que ele (o feminicídio) “saia da invisibilidade e tome os espaços públicos, com o escopo de que toda a sociedade brasileira possa refletir sobre essas mortes e possa encará-los como uma questão política e pública” (Santos, 2017, p. 13).

É imprescindível discutir e lutar contra o feminicídio quando vislumbramos que o Brasil ocupa a quinta posição no ranking dos países que mais matam mulheres no mundo e que entre 2011 a 2021, mais de 49 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Os dados são preocupantes e revelam a brutal violência contra a mulher, um problema visceral que atravessa a sociedade historicamente.

A questão é ainda mais grave quando se trata dos corpos de mulheres negras, dado que é explicitado pelo relatório do Atlas da Violência de 2021, o qual mostra que no Brasil, apenas em 2019, 66% das mulheres assassinadas eram negras, considerando que taxa de mortalidade de mulheres não negras foi de 2,5%, enquanto para mulheres negras foi de 4,1%, o que significa dizer que uma mulher negra está sujeita a morte 1,7 vezes mais do que uma mulher não negra.

É, portanto, necessário afirmar que as mulheres negras morrem mais e que não há como desconsiderar que o feminicídio também perpassa por uma ótica racista. Nesse caso, vale considerar como o conceito de “interseccionalidade”, criado em 1989 por Crenshaw, explica bem como funciona esse mecanismo. Ele seria uma forma de combinação entre os eixos de opressão, como gênero, raça e classe, o que implica dizer que mulheres negras e pobres são as maiores vítimas do crime. No entanto, Akotirene

(2018) argumenta que a interseccionalidade não deve ser resumida a uma simples soma de opressões:

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade (Akotirene, 2018, p. 43-44).

Essa visão mais ampla possibilitou a evolução do feminismo liberal e pouco inclusivo que não atendia as necessidades de todas as mulheres, para o feminismo negro, que “emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos” (Davis, 2018, p. 21).

O movimento teve como vozes mais influentes nos Estados Unidos, Angela Davis (2016) e bell hooks. Em *Mulheres, Raça e Classe* (1981), Davis retrata como as mulheres negras estão em um espaço subalterno e marginalizado que vem se perpetuando desde a escravidão, no âmbito do trabalho doméstico, nos tabus os sexuais e nas violências físicas e simbólicas que marcam os corpos femininos negros. Por sua vez, hooks também atesta para as desigualdades raciais no livro *E eu não sou uma mulher*, na obra ela contempla o histórico de pesares que povos africanos e afrodescendentes sofrem, ponderando que às mulheres é tudo mais acentuado visto que “é óbvio que as duas forças, sexismo e racismo, intensificaram e aumentaram os sofrimentos das mulheres negras e a opressão contra elas” (Hooks, 2020, p. 47).

Sendo assim, corroboramos com Alves e Bolwerk (2023) ao tratar a interseccionalidade como um elemento potencializador da vitimização e da violência das mulheres negras, visto que

A violência contra as mulheres negras, antes de ser materializada, acontece em um plano simbólico, enquanto lembrança e herança do período escravagista no Brasil. Por consequência, ocorre a materialização dessa violência e sua corporificação através das hostilidades e violências físicas que essas mulheres padecem. Evidente, portanto, que a estruturação da interseccionalidade entre gênero, raça e classe potencializa a vulnerabilidade das mulheres negras no Brasil (Alves; Bolwerk, 2023, p. 10348).

Logo, é necessário que as ações de enfrentamento do feminicídio estejam atentas ao fator racial do crime, a fim de considerar as particularidades de cada caso. Por isso, o combate da violência de gênero é inerente a propagação de um feminismo antirracista e anticapitalista, na tentativa de abarcar todos os marcadores sociais.

O feminicídio na imprensa digital

Para esta última seção do trabalho serão analisados quatro casos de feminicídios relatados na imprensa digital entre o período de 2010 a 2020 na região Nordeste. Entretanto, a priori convém suscitar que a mídia tem a capacidade de formar visões de mundo e o imaginário popular, sendo uma importante ferramenta na disseminação de narrativas que podem combater ou naturalizar o feminicídio (Miranda, 2017).

Nesse ínterim, a autora alega ocorrer uma midiaticização da violência, a qual pode ter um caráter sensacionalista mediante a abordagem de quem escreve, uma vez que aos leitores das notícias podem ser despertados sentimentos de comoção ou revolta com a morte cruel das mulheres.

Partindo para a análise das notícias, encontradas através de sites na internet, serão vislumbradas quais abordagens e discursos recaem sobre o crime. Para tanto, selecionamos duas matérias do portal *G1*, uma do *Correios24horas* e uma do *O Imparcial*.

Figura 1



Portal G1 Piauí, 2023.

Figura 2



Portal G1 Caruaru e Região, 2022.

Figura 3



Portal *Correio24horas*, Bahia, 2017.

Figura 4



Portal *O Imparcial*, Maranhão, 2017.

O primeiro caso já é passível de crítica por privilegiar a figura do assassino em detrimento da vítima, Marinalva Maria da Costa Moura, de 48 anos, que foi morta pelo esposo. A vítima parece não ocupar o protagonismo da própria morte, além de ser culpabilizada por uma suposta relação extraconjugal, o que é uma narrativa frequente nas notícias pesquisadas.

O mesmo ocorre no segundo caso, em que o assassinato de Maria Joselma Tenório Soares é justificado também por uma suposta traição. O terceiro caso também se relaciona com os dois primeiros, pois a causa da morte é simplificada e explicada por “ciúmes”, quando, na verdade, possui motivações muito mais complexas.

É importante pontuar que em nenhum desses casos o termo “feminicídio” foi utilizado, sendo tratado apenas como “crime”, o que invisibiliza o processo de tipificação do crime no cotidiano. Embora o último caso, o qual vitimizou Domingas Ladiele Sousa Maciel, aborde o feminicídio em segunda instância, já que ainda insiste no uso incoerente de “crime passional”, verificou-se novamente a vitimização do algoz, pois segundo a referida matéria, o feminicídio é um homicídio provocado por “desequilíbrios emocionais”.

Evidentemente, a imprensa digital colabora com a naturalização e banalização da violência de gênero, pelos seguintes fatores: não há uma conscientização do público que proporcione uma mobilização contra feminicídio, visto que nem mesmo o crime é tipificado; a invisibilidade que as mulheres sofrem, pois nem sempre os noticiários trazem o nome e a foto da vítima; a ausência de uma reflexão que discuta a questão racial atrelada ao feminicídio; a culpabilização da vítima que se torna seu próprio algoz e a consequente vitimização do culpado, que é descrito sempre como suspeito mesmo depois de confessar. Assim, o silenciamento da dor e da morte de mulheres na imprensa digital é uma circunstância lamentável que urge combate e reparação.

Considerações finais

Ao considerarmos as formas como as notícias circulam nos dias de hoje, foi observado que a mídia, enquanto veículo de comunicação,

transmite discursos ideológicos que legitimam problemas sociais, como o racismo e a desigualdade de gênero. Dessarte, na imprensa o crime de feminicídio é tratado com descaso e banalização, uma vez que os autores de tais plataformas não promovem uma discussão e conscientização social sobre a questão.

À vista disso, são frequentes as matérias que não mencionam nem o nome da vítima, a qual sofre, por vezes, uma culpabilização pela violência. Há também uma invisibilidade dos corpos negros femininos nessas notícias, pois é negligenciado o fator racial da violência, dado que mulheres negras são, estatística e socialmente, os corpos mais marcados pelo feminicídio.

Desse modo, o feminicídio, sendo um crime pela Lei n.º 13.104/2015, é um ato hediondo de ódio por mulheres, especialmente por mulheres negras. Esses casos são (in)visibilizados pela imprensa, responsável por perpetuar narrativas que banalizam a violência de gênero. Nesse sentido, é de extrema importância que o debate sobre feminicídio continue se desenvolvendo para viabilizar uma sociedade contra o machismo e a misoginia.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ALVES, Israel Andrade; BOLWERK, Aloísio Alencar. A cor do feminicídio: a violência de gênero através de um recorte racial. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 8, p. 10333-10352, 2023.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista Comunicação Cibernética**, Porto Alegre, n. 20, p. 1-7, 2008.

BATALHA, Maria. Mulher é encontrada morta na sua própria casa. **O imparcial**, 2017. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2017/11/mulher-e-encontrada-morta-na-sua-propria-casa/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,

1980.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CIÚMES: manicure é assassinada pelo companheiro em Fazenda Coutos. **Correio24horas**, 2017. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/bahia/ciumes-manicure-e-assassinada-pelo-companheiro-em-fazenda-coutos-0917>. Acesso em: 05 fev. 2024.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante** – Ferguson, Palestina e as bases para um movimento. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GALVÃO, Agência Patrícia. **Dossiê Femicídio**: qual é o papel da imprensa?. 2017. Disponível em: <https://dossiês.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-o-papel-da-imprensa/>. Acesso em 15 de jan. de 2024.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvli Libanio. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

MIRANDA, Cynthia Maria. Violência contra a mulher na mídia e os descaminhos da igualdade entre os gêneros. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 450-452, out.-dez. 2017.

MULHER é encontrada morta na sua própria casa. **G1 Caruaru e região**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2022/12/20/mulher-e-morta-pelo-marido-a-golpes-de-mao-de-pilao-na-cabeca-em-aguas-belas.ghtml>. Acesso em: 5 fev. 2024.

NASCIMENTO, André. Homem é preso suspeito de matar ex-mulher ao vê-la com namorado; relação terminou por traição do suspeito. **G1 Piauí**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/09/26/mulher-e-encontrada-morta-a-facadas-na-rua-de-casa-em-picos-ex-marido-foi-presosuspeito-do-crime.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Renata Bravo dos. **Poder patriarcal e discurso nos feminicídios**: a importância da tipificação do crime como medida de rompimento com o ciclo naturalizado de violências contra as mulheres. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1996.

WOLFF, Cristina Scheibe, MELLO, Soraia Carolina de; SILVA, Tamy Amorim da. Gênero e feminismo na História do Tempo Presente: perspectivas de pesquisa coletiva. In: ELÍBIO, Antônio; SCHURSTER, Karl; PINHEIRO, Rafael (Orgs.) **Tempo presente**: uma História em debate. Recife: EDUPE, 2019, v. 1, p 235-260.

TESOUROS VIVOS DA CULTURA CEARENSE E SUAS NARRATIVAS

Márcio de Araújo Pontes¹

O reconhecimento

Investigamos narrativas, tempos e memórias, tomando como referência os mestres e mestras da cultura tradicional² popular cearense, assim nomeados e diplomados, para perceber recriações, inovações e negociações relacionadas à construção de conceitos praticados por esses sujeitos que representam o Tesouro Vivo da Cultura Cearense.

A partir de agosto de 2003, por meio de lei específica, a administração pública, através da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, passou a registrar em livro próprio, sob a nomenclatura de “Mestre da Cultura Tradicional Popular Cearense”, sujeitos selecionados por edital, que praticavam os mais variados ofícios ligados aos fazeres culturais, como representantes do patrimônio imaterial³ do estado.

1. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. Relaciona-se à tradição. Consideramos tradicional a transmissão oral de costumes, comportamentos, hábitos, crenças, memórias e outras heranças que foram adquiridas e mantidas ao longo dos anos, como parte de um conjunto de fazeres passados de geração a geração e que tem um caráter repetitivo, porém, não estático. A tradição é dinâmica e atenta às necessidades do tempo presente.

3. O artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) entende por patrimônio cultural imaterial: práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Com a reformulação da lei, em 2006, os mestres e mestras diplomados passaram a ser considerados Tesouros Vivos da Cultura Cearense, sendo esta uma nova nomenclatura sob a qual passaram a se enquadrar. Para concorrer ao título, os inscritos e inscritas devem residir no estado do Ceará a mais de vinte anos, terem comprovada participação em atividades culturais nesse mesmo período e estarem aptos a transmitir seus conhecimentos ou técnicas a aprendizes. Quem se candidata e consegue aprovação, garante registro no livro dos mestres da cultura tradicional popular, tem direito a um diploma e um auxílio vitalício pago pelo estado, no valor de um salário mínimo.

Em contrapartida, os titulados deve transmitir seus conhecimentos e discutir suas práticas com aprendizes através de programas e projetos de ensino e aprendizagem propostos pela secretaria da cultura, sendo que, para participar de ações educacionais os tesouros vivos receberam, a partir de 2016, o “Título de Notório Saber em Cultura Popular” outorgado pela UECE, que permite lecionar em escolas de ensino fundamental, médio e superior, dando aulas e espetáculos, realizando oficinas, cursos ou mesmo disciplinas.

Conduziremos a narrativa tentando compreender o que é ser mestre e mestra da cultura cearense a partir da fala dos próprios sujeitos e em meio a todo o contexto que comprime e expande essa compreensão e as implicações na vida dos diplomados.

O conceito de “mestre” ou “mestra”

Para além da titulação e dos valores financeiros que recebem, perceberemos nas narrativas a satisfação dos mestres e mestras com o reconhecimento de familiares e da comunidade a qual estão inseridos, e a ideia de que o mestre é um ser único que se destaca por ser diferente, como foi o caso da Mestra Dina,⁴ que desafiou os espaços praticados por homens em um ambiente extremamente machista e se destacou como vaqueira, inspirando as práticas de outras mulheres vaqueiras.

Apesar do preconceito, seguiu firme em suas práticas. Quando era criticada e os vaqueiros diziam que lugar de mulher era em casa, cuidando

4. Dina Maria Martins Lima – Mestra Vaqueira e Aboiadora, diplomada em 16 de maio de 2005, reside em Canindé – Região do Sertão de Canindé, nascida em 21 de agosto de 1954.

dos afazeres domésticos e dos filhos, de imediato respondia: “lugar de mulher é onde ela se sente bem. Eu me sinto bem aqui e não vou sair daqui” (Cunha, 2017, p. 78). A mestra seguiu quebrando barreiras e se posicionando como vaqueira e aboiadora.⁵

O apoio recebido por familiares e amigos, ajudou a mestra a superar dificuldades e adentrar ao universo do vaqueiro como mulher. Ela destacou suas percepções:

Ser Mestra é eu fazer o meu trabalho com o amor, com o carinho que eu tenho pelos nossos vaqueiros, pelas fazendas, pelos animais. É estar ao lado dos nossos companheiros vaqueiros, participando das aberturas das vaquejadas, quando me chamam, e da Missa de vaqueiros. É mostrar o meu trabalho para as crianças nas escolas para repassar a cultura para aquelas crianças que não sabem o que é a cultura do vaqueiro. Aqui em Canindé, tem a Casa do Conto, que eu presto serviço voluntário. E através dela eu vou falar nas escolas. Cada vez mais, está sendo difícil ensinar a cultura, sobre a vida do campo. Tem muitas crianças que não conhecem, tá cada vez mais se distanciando. Então, na escola, eu conto como foi a minha vida no campo. Repasso o que eu sei, como Mestra. O aboio, através do aboio. A luta a fazer com os animais, com a natureza, e ainda tem o verso. Através de verso, eu repasso o que eu vivi na fazenda, e as crianças gostam muito quando eu canto assim: Eu só quero bem a gado/porque gado me quer bem/quando eu chamo o gado urra/quando eu grito o gado vem. Eu não troco o amor de gado/pelo amor de ninguém/Ôhôooooo (Freitas; Furtado, 2017, p. 101).

Essas múltiplas narrativas fazem parte da história dos mestres e mestras da cultura, que contam suas histórias de maneira diferenciada, inclusive quebrando regras que se relacionam a organização social de seu tempo, como foi o caso da mestra Dina, que se apropriou de um ofício praticado e dominado pelos homens.

Mestra Margarida Guerreira⁶ montou um grupo Guerreiro⁷ de mulheres, valorizando o papel feminino em suas práticas e reforçando o ar-

5. Aquela que aboia e conduz o gado pelas pastagens com um canto grave e sem palavras, típico da região Nordeste do Brasil.

6. Maria Margarida da Conceição – Mestra em Guerreiro, diplomada em 4 de maio de 2004, reside em Juazeiro do Norte – região do Cariri, nascida em 21 de junho de 1935.

7. Guerreiro – Folgado natalino, resultante da junção entre Reisado, Chegança e Pastoril, que recebeu o título de patrimônio imaterial do estado de Alagoas.

gumento de que o mestre e a mestra são anteriores às titulações e têm a capacidade de criar e recriar seus fazeres. Para ela, “ser mestre é quem sabe, é quem o povo gosta. Ser mestre é o pessoal gostar e achar bonita as peças. E hoje o povo é quem diz: a Mestra Margarida! Botaram esse nome e eu aceitei como Mestra. E ainda depois recebi o diploma de mestra do Crato” (Freitas; Furtado, 2017, p. 370).

Esse discurso se fez presente na narrativa de outros tesouros vivos, que antes da titulação outorgada pelo governo estadual, eram reconhecidos como mestres e mestras em suas comunidades. Esses sujeitos já haviam conquistado o respeito dos membros de seu grupo e se destacavam por sua inventividade e capacidade de se colocar como referência, ocupando um papel de destaque.

O mestre de Banda Cabaçal,⁸ Expedito Caboco,⁹ registrou: “eu sou o Mestre Expedito, ninguém queira duvidar, tenho 64 anos de cultura popular, sou do Juazeiro do Norte, de padre Cícero Romão e fui classificado pelo Governo do Estado, um mestre de tradição” (Cunha, 2017, p. 201).

Para mestre Gil Chagas,¹⁰ escultor e luthier¹¹ de rabecas, “O mestre da cultura é uma autoridade do Estado. O mestre da cultura além de ser uma autoridade na cidade, ele é um patrimônio cultural na cidade e no Estado. Um patrimônio cultural tem que ser respeitado” (Cunha, 2017, p. 221). Após seu reconhecimento institucional, teve um aumento na comercialização de rabecas e atribuiu ao título que recebeu, pois é comum as pessoas desejarem adquirir peças confeccionadas artesanalmente pelos mestres e mestras da cultura cearense que se tornaram referência em seu ofício.

Mestre Rainha Almeida¹² sintetizou: “Quando você passa a ser mestre você é de todo mundo. [...] Eu fui diplomado como o personagem

8. Banda composta por um par de pifaros, zabumba, caixa e pratos.

9. Expedito Antônio do Nascimento – Mestre em Banda Cabaçal, diplomado em 26 de fevereiro de 2019, reside em Juazeiro do Norte – região do Cariri, nascido em 24 de novembro de 1949.

10. Francisco Gildamir de Sousa Chagas – Mestre Escultor e Luthier, diplomado em 26 de fevereiro de 2019, reside em Aurora – região do Cariri, nascido em 18 de março de 1958.

11. Profissional que faz ou repara instrumentos que são de cordas e tem caixa de ressonância, sendo a rabeca um instrumento de arco semelhante ao violino, porém, com uma construção mais rústica.

12. José Maria de Paula Almeida – Mestre em Maracatu, diplomado em 15 de maio de 2018, reside em Maracanaú – região Metropolitana de Fortaleza, nascido em 8 de novembro de 1953.

rainha do Maracatu Cearense e a partir de então, eu pertenço a todos os Maracatus” (Cunha, 2017, p. 287).

Esse sentimento de representatividade coloca o mestre como principal guardião do conjunto de práticas que referenciam o maracatu cearense, destacando que ele tem consciência do seu papel e da importância de suas práticas.

O mestre mateiro Zé Carneiro¹³ reforçou a narrativa de mestre Rainha Almeida, quando relatou: “A função do mestre da cultura é divulgar nossa cultura, é divulgar o Ceará para o Brasil e pro mundo. Eu não sou só mestre do Pacoti, sou mestre do Ceará todo” (Cunha, 2017, p. 306).

Mais uma narrativa que evidencia a ideia de representatividade, que dimensiona o alcance das práticas dos mestres e mestras dentro de um espaço que evidencia seu modo de fazer e torna seu ofício conhecido e valorizado. O mestre mateiro esclareceu ainda que: “mateiro é aquele que tem uma sensibilidade com a natureza. A função dele é trabalhar pela natureza e auxiliar o ser humano da cidade grande para ele poder sentir a natureza e aprender a contemplar ela” (Cunha, 2017, p. 302).

Zé Carneiro apontou o seguinte:

A minha universidade não foi acadêmica, foi mato. Os meus livros é a natureza, eu leio a natureza. Não sou muito de tá lendo livro, mas eu acompanho a natureza, vejo a natureza como grande aprendizado. É uma universidade que leva para o resto da vida. Aqui não tem um diploma, não tem uma chancela, mas você vai aprendendo no dia a dia. Cada dia é uma coisa diferente, é como você tá na universidade, todo dia você tem uma experiência nova, você tem vários experimentos. [...] Quando você chega na natureza, sempre tem uma coisa diferente, sempre você é surpreendido. Quando se quer interagir com ela e ter essa conexão. Nós temos esse oásis que é a natureza. Se o homem aprender a respeitar a natureza, ele vai aprender a respeitar o seu vizinho, se tornar aliado dele, como tem que ser aliado da natureza (Cunha, 2017, p. 302-303).

Descreveu sua relação com os estudos, que segundo ele, é permanente e está sempre apresentando novos desafios e possibilidades de aprendizado, trazendo também esses ensinamentos para sua vida pessoal e a relação com outras pessoas.

13. José Alves Carneiro – Mestre Mateiro, diplomado em 15 de maio de 2018, reside em Pacoti – região do Maciço de Baturité, nascido em 1º de novembro de 1963

O conceito de “cultura”

O termo “cultura” se pluraliza quando investigamos as narrativas e as práticas dos diversos espaços ocupados pelos mestres e mestras da cultura, que se utilizaram da tradição oral como base para os conhecimentos adquiridos e para a transmissão de seus fazeres culturais e dos múltiplos olhares sobre diferentes conceitos.

Em meio às narrativas investigadas, surgiram várias tentativas de conceituar cultura, destacando as diferenças e semelhanças nas quais construímos nossa subjetividade, partindo das vivências desses sujeitos e das tentativas realizadas por diversos teóricos, sendo que a titulação de mestre da cultura tradicional popular cearense carrega consigo vários adjetivos que apontam múltiplos caminhos e perspectivas conceituais. São adjetivos que trazem uma série de implicações que versam sobre os mais variados pontos de vista.

É necessário compreender que o conceito de cultura é um conceito em movimento, que se transforma, se degrada, se renova, sem que se estabilize enquanto conceito: “A cultura não é, em nenhum momento, uma entidade acabada, mais sim uma linguagem permanentemente acionada e modificada por pessoas que não só desempenham ‘papéis’ específicos mas que tem experiências existenciais particulares” (Velho, 2013, p. 45).

Para a mestra Ana Noberto:¹⁴

Cultura é vida! Pra mim tudo é cultura: eu falar, eu andar, é a minha casa do jeito que eu faço, do jeito que eu fico, eu falar com filho, é meu jeito de vestir, é uma colher que eu boto na boca. [...] É a minha saúde, é a minha música que canto, tudo é cultura. Aquilo que me faz bem, que faz bem a você, tá na cultura. E muita gente não conhece a cultura. Vive a cultura e não conhece” (Freitas; Furtado, 2017, p. 48).

A narrativa leva a compreensão de que para ela a cultura faz parte de um aprendizado dinâmico que se constitui em torno de uma junção de comportamentos que agregam experiências de vida, atitudes, valores, crenças, linguagem, além das relações que o próprio indivíduo estabelece com os espaços praticados.

14. Ana Maria da Conceição – Mestra em Drama, diplomada em 22 de outubro de 2008, reside em Tianguá – região Norte, nascida em 26 de julho de 1956.

Para o mestre da cultura indígena, Cacique¹⁵ João Venâncio,¹⁶ a cultura está relacionada às danças e rituais praticados por seus ancestrais, onde o mais importante é relacionar esses fazeres aos seus significados, para que os mais jovens percebam o que diferencia uma prática de outra e o que elas representam para os grupos que dela fazem uso, como destacou: “a gente ensina os meninos os rituais sagrados, a dança, o porquê está dançando, o que significa. Porque nós temos várias formas de cultura” (Freitas; Furtado, 2017, p. 161).

Como liderança indígena dos tremembés, nutre a preocupação em ativar a memória coletiva de seus liderados, fazendo uso da tradição oral como forma de dar continuidade aos saberes e experiências de seu povo.

Para Cacique João Venâncio, “o papel da gente hoje, como liderança, é passar tudo que a gente aprendeu com os antepassados. Para a nossa juventude, para nossa criança. Para que eles possam se criar sabendo a história, sabendo a cultura que eles tinham, qual é a origem deles, a quem é que eles pertencem” (Freitas; Furtado, 2017, p. 161).

A preocupação e o zelo pela memória dos antepassados fazem parte da inquietação de outros tesouros vivos que seguem o mesmo percurso, evidenciando a importância da tradição oral, enquanto meio de socialização de saberes, para que seus ofícios possam ser experimentados em outros momentos e por novas gerações.

Mestra Zulene Galdino,¹⁷ também apontou sua definição: “E eu ensino a cultura. Que é brincar Maneiro-pau, Lapinha, grupo Cintura Fina, o Xaxado, o Bumba Meu Boi, as Quadrilhas” (Freitas; Furtado, 2017, p. 455).

Em outro momento, acrescentou a função inventiva, que não se resume somente em reproduzir memórias do passado, como foi o caso da criação da mãe do Judas: “[...] quando é na Semana Santa, eu ainda faço o Judas, a mãe do Judas, que é para as crianças brincar. Porque, em todo canto tem o Judas. Mas o Judas é homem, e eu nunca vi filho sem ter mãe. Aí eu faço a mãe do Judas” (Freitas; Furtado, 2017, p. 455).

15. O cacique é uma espécie de “chefe” político da tribo, responsável por organizar e cuidar de questões referentes aos índios, como o modo de vida, os rituais e até mesmo punições.

16. Francisco Marques do Nascimento – Mestre em Cultura Indígena (Povo Tremembé), diplomado em 22 de outubro de 2008, reside em Itarema – região do Litoral Oeste, nascido em 30 de janeiro de 1955.

17. Zulene Galdino Sousa – Mestra em Pastoral, Dança do Coco e Maneiro-pau, diplomada em 30 de maio de 2006, reside em Crato – região do Cariri, nascida em 2 de março de 1949.

É recorrente na fala dos praticantes da cultura cearense afirmarem que suas práticas fazem parte da tradição repassada de geração a geração por meio da tradição oral. No livro *A Invenção das Tradições* (Hobsbawn; Ranger, 1997), os autores evidenciaram situações que permitem pensar sobre a legitimidade da utilização da palavra tradição em face de seu processo de invenção, percebendo que quanto mais distante for o mergulho temporal do historiador, maiores as possibilidades de compreender a origem inventiva de seu foco de estudo.

Durval Muniz (2006, p. 76) destacou que “a busca das verdadeiras raízes regionais, no campo da cultura, leva à necessidade de inventar uma tradição. Inventando tradições tenta-se estabelecer um equilíbrio entre a nova ordem e a anterior”. Uma invenção estará sempre carregada de intenções, de signos e representações simbólicas que supostamente se ligam a um passado distante, mas em alguns casos fazem parte de um passado recente, construído e reconstruído para dimensionar uma tradição inventada e reinventada, que reorienta a utilização de símbolos, signos e representações.

Mestra Cacique Pequena,¹⁸ definiu: “A gente sabe muito bem o que é cultura: planta é cultura, plantação de mandioca é cultura, colha de caju é cultura, plantação de legume é cultura, colher algodão é cultura. Pesca é cultura” (Freitas; Furtado, 2017, p. 338).

Para ela a cultura está ligada ao ato de cultivar a terra e mesmo de realizar a pesca, mas não é só isso, é também um processo de adaptação ao espaço praticado, em que os fazeres acumulados vão ganhando novos contornos.

Ampliou a discussão: “Agora, é cultura de vários tipos. Cultura da mesinha, cultura da farinha, cultura de trabalhar de enxada, a cultura da mandioca, a cultura de fazer colar, a cultura de pescar. Tirar mel de abelha. [...] Fazer esteira de junco é uma cultura! Fazer cama de cipó é uma cultura” (Freitas; Furtado, 2017, p. 338).

Segue para os fazeres ligados ao cotidiano de sua comunidade e complementou com a prática do mocoioró: “Apanhar caju, fazer mocoioró, mocoioró é uma cultura que é a bebida do índio. Mocoioró do caju azedo. Tudo isso é cultura. Se eu for dizer as culturas que nós temos, um dia é pouco para se contar a história da cultura que tem o povo Jenipapo-Kanindé” (FREITAS; Furtado, 2017, p. 338).

18. Maria de Lourdes da Conceição Alves – Mestra em Cultura Indígena (Povo Jenipapo-Kanindé), Dança do Coco e Maneiro-pau, diplomada em 23 de outubro de 2015, reside em Aquiraz – região do Litoral Leste, nascida em 25 de março de 1945.

Essas percepções ajudam a revisitar os variados conceitos e formas de evidenciar as memórias, experiências e vivências, que muitas vezes ficam de lado em meio aos discursos acadêmicos. São narrativas que levam à compreensão de como os sujeitos praticantes de manifestações culturais definem seus fazeres.

Seguimos essa dinâmica de conceituação que colocou a cultura em movimento, para que se apresentasse através das narrativas dos mestres e mestras para entendermos a definição como construção circulante que se reinventa na tradição oral. Refletir sobre essa enérgica edificação nos faz repensar sobre nossos conceitos e possibilita novos olhares sobre a cultura e suas percepções.

Mestre Aldenir,¹⁹ defendeu que “a cultura é aquilo que sai de dentro da alma da gente. O Reisado, isso que a gente faz, a gente faz com muito amor. Pelo menos eu faço com muito amor” (Freitas; Furtado, 2017, p. 228).

Essa narrativa foi recorrente entre os mestres e mestras da cultura, que mantém a memória de seus antepassados, demonstrando amor e carinho pelos fazeres relacionados a suas ações culturais, ressaltando o anseio que carregam em deixar seu legado para os aprendizes para que suas práticas tenham continuidade.

Histórias e memórias

Para compreendermos Michel de Certeau (2012, p. 55-85), em *A Beleza do Morto*, tomamos com referência a narrativa de mestra Ana Noberto:

Hoje, eu vejo o drama lá em baixo. Vejo ele morto. Pra começar, a juventude de hoje num conhece um drama. [...] e muitas vezes a gente pensa assim... fazer, pra fazer um resgate, né! resgatar, né! a cultura. [...] Se a gente fizesse, né! Só que ninguém tem mais aquela energia que a gente tinha. Pra começar, como é que nós vamos dançar se requebrando numa música que é pra se requebrar? [...] Eu acho que era das coisa, das belezas que hoje as comunidade perderam. Muitas coisas, muitas cultura que as pessoa tinha, perderam. Que o drama é uma coisa muito bonita, mas se perdeu (Conceição, 2005).

19. José Aldenir Aguiar – Mestre em Reisado, Dança do Coco e Maneiro-pau, diplomado em 4 de maio de 2004, reside em Crato (Distrito de Bela Vista) – região do Cariri, nascido em 20 de agosto de 1933.

Três anos antes de ser diplomada, apresentou uma narrativa pessimista que se pautou na falta de interesse das jovens e nas limitações físicas das mais velhas, apontando um caminho que nos levou a compreender que o drama praticado por ela e seu grupo estava destinado a uma perda irreversível, sem possibilidades de retorno.

Esse fato foi narrado em 2005, quando realizamos pesquisas para fins de conclusão de uma monografia, que gerou o título de especialista em arte educação e a publicação do livro *O drama em si* (Pontes, 2011).

Em 2008, após o reconhecimento como mestra da cultura popular cearense, Ana Noberto, apresentou outro discurso e apontou novos caminhos para suas práticas, inclusive trouxe ao palco as dramistas idosas da comunidade de Tucuns.

As referidas dramistas vivenciaram a cultura de dramas nas décadas de 1970/80 e a abandonaram quando casaram, por conta do machismo dos maridos que não permitiam que suas esposas se mostrassem diante de um público em que outros homens estariam presentes.

Essas senhoras, agora com idade superior a 50 anos, retomaram suas atividades e passaram a experimentar outros espaços e contextos, bem diferentes daqueles que faziam parte de sua infância e adolescência.

Apesar do longo período longe dos fazeres dramistas, as letras das cantigas, os passos das danças, a performance e as indumentárias das personagens despertaram memórias e se apresentaram através das lembranças das praticantes, que no calor dos acontecimentos criaram um grupo de dramistas mirins, porém, com o avançar da idade as meninas passaram a ter vergonha de se apresentar e foram aos poucos abandonando os ensaios. Otimista, Ana Noberto destacou: “uma semente foi plantada, nós só não pode é obrigar elas gostar, por que o tempo delas é outro” (Conceição, 2005).

A mestra apontou para a questão de que para sobreviver ao tempo é necessário que a manifestação faça sentido para as praticantes, do contrário se torna difícil a permanência.

Luce Giard, no prefácio do livro *A Cultura no Plural*, colocou que toda cultura, na perspectiva de Certeau, “requer uma atividade, um modo de apropriação, uma adoção e uma transformação” (Certeau, 2012, p. 10). Quando esses pontos entram em concordância, dificilmente encon-

traremos uma prática cultural morta, desde que a comunidade a tome para si como referência para dar continuidade a suas ações.

Para Certeau é necessário que as práticas sociais tenham significado diante daqueles que executam as mesmas, de outro modo, teremos uma cultura praticada para cumprir outras finalidades.

Ana Noberto apresentou a trajetória das dramistas de sua comunidade:

A gente brincou até 20 anos de idade. Casei com 19 anos, com 20 tive o primeiro filho, aí pronto. As outras também se casaram e se acabou o drama. Morreu o drama na comunidade. E aí depois de vinte anos que a gente tinha parado teve uma pessoa que era da prefeitura [Márcio Pontes], professores que foram fazer faculdade e sentiram a necessidade de resgatar uma cultura. Começaram a pesquisar e vieram. Foram no Poço de Areia, foram no Cipó, vieram aqui no Tucuns. Quando chegaram no Tucuns, encontraram a gente, que tinha a cultura, mas tava morta! As outras pessoas na comunidade nem conheciam mais, as pessoas novas nem conheciam mais, nem sabiam nem o que era mais. Aí veio o Márcio, a Vânia, a Amparo, aí nós resgatamos junto com eles. [...] Todas nós sabíamos das músicas. Todas já tinham brincado quando eram novas. Perguntaram pra gente quem era de nós que queria fazer parte do grupo, botar o nome pra ser a mestra. A mestra tinha de viajar, tinha de ir buscar as coisas, tinha que trabalhar. As meninas do grupo disseram que eu tinha mais condição, que eu já trabalhava na comunidade, eu trabalhava na igreja, eu não tinha vergonha de falar com ninguém! Podia vim o Papa, podia vim o Bispo, o prefeito, podia vim o Governador... Colocaram meu nome. Se fosse aprovado, era eu. Então foi aprovado e ainda estamos aqui. E nós temos esse grupo resistente (Freitas; Furtado, 2017, p. 44-45).

Retomando as ações, agora mães, avós e até bisavós, as dramistas passaram a se reunir quase semanalmente, na sede da comunidade em que residem, para a prática dos dramas como atividades de lazer. É o momento em que cantam, dançam e se divertem contando histórias, revisitando memórias e reencontrando as novas trajetórias dos dramas.

Alguns maridos machistas de décadas anteriores até participam dos encontros e já não exercem mais o poder patriarcal de antes, tendo em vista mudanças de valores morais que, atualmente, no Brasil, nesse início do século XXI, dão mais liberdade à mulher, que a cada dia amplia seus espaços de atuação.

Os fatos apresentados nos fazem perceber a dinâmica das manifestações culturais e como as tradições orais e os mecanismos da memória estão presentes, necessitando de um gatilho para reacender as chamas que por hora estavam quase sendo apagadas.

Apesar dos esforços empreendidos por diversos pesquisadores e estudiosos, não se chegou a um consenso sobre o conceito de cultura e suas aplicações, sendo que as reflexões foram cunhadas por meio de disputas de poder, nos campos políticos e teóricos, que não conseguiram delimitar sua área de compreensão, não dando conta de fechar essa categoria de estudos em uma caixa lacrada para que não se pudesse mais questionar sobre suas diversas possibilidades.

Mestre Pedro Balaieiro²⁰ relatou com orgulho que, depois que recebeu o título e teve espaço na mídia, suas peças passaram a ter maior procura. Assim destacou: “Eu, vendendo na feira, fui convidado pelo gerente do hotel Remanso de Guaramiranga para vender o meu trabalho lá. Quando eu dei fé, eu saí na revista de turismo. Eu e o Chico Anysio. Aí, a coisa melhorou” (Freitas; Furtado, 2017, p. 399). Acrescentou ainda o fato de ter tido espaço em uma revista de grande circulação, que lhe rendeu muitos trabalhos: “Melhorou mais ainda quando eu saí na revista Cláudia, porque a Central de Artesanato me convidou para eu levar o meu trabalho lá” (Freitas; Furtado, 2017, p. 399).

As vivências de Pedro Balaieiro alimentaram o orgulho em ser reconhecido e assediado pela mídia, tornando-o conhecido e ampliando suas possibilidades de trabalho para além da cidade que ele residia.

Mestra Ana Noberto contou que, depois da titulação, recebeu visita de pesquisadores, jornalistas, convites para entrevistas, apresentações, gravações das músicas, já apareceu em jornais, revistas e em várias gravações expostas na internet e acrescentou: “Nossa comunidade, o nome dela é Tucuns, é a última comunidade do nosso município. Então a nossa comunidade, ela é vista através desse grupo, dessas pessoas que muita gente não dá valor, né?! Ela é vista!” (Freitas; Furtado, 2017, p. 48).

Mostrou a importância que a comunidade adquiriu em seu município, e mesmo dentro do estado do Ceará, por meio do seu reconheci-

20. Pedro Alves da Silva – Mestre em Artesanato em Cipó Imbé, Dança do Coco e Maneiro-pau, diplomado em 30 de maio de 2006, reside em Guaramiranga – região do Maciço de Baturité, nascido em 26 de dezembro de 1926, falecido em 7 de julho de 2022.

mento como tesouro vivo da cultura cearense e das apresentações realizadas por seu grupo.

Observamos que a titulação impactou no dia a dia dos mestres e mestras, modificando a rotina dos mesmos, que agora tem que se adequar ao tempo e as práticas de novos espaços para atender as demandas advindas do reconhecimento.

Mestre Vicente Chagas²¹ contribuiu com seu posicionamento:

Me orgulho do meu trabalho porque sou mestre da cultura e sou conhecido do mundo. E saio de casa, me ajunto mais os mestres, a gente debate os trabalhos da gente. Conversa com um, conversa com outro. Aí eu me sinto feliz por causa disso. Gosto de ser mestre, não vivo mais preso só num lugar. Porque, no tempo que eu não era mestre, eu não saía nem de casa, quase. Hoje eu sou mestre e me reúno com os outros mestres dos outros lugares, e a gente faz aqueles debates, e isso tornou a minha vida mais animada do que era. É isso aí, eu me orgulho é disso, de ser mestre da cultura por causa disso. [...] Tem gente que, às vezes, vem pesquisar trabalho meu, de escola. [...] Hoje em dia, precisando de mim, eu estando aqui em casa... me chamando em qualquer canto... venha me buscar que eu vou. [...] E eu ainda acho que a brincadeira do boi vai continuar Sabe por quê? Porque, se um dia eu falto, com minhas brincadeiras... tem muito trabalho meu gravado aí (Freitas; Furtado, 2017, p. 439-442).

Revelou o sentimento de orgulho e felicidade que também conduz a fala da maioria dos diplomados, que assim como ele, estão sempre realizando alguma atividade ligada à titulação e isso de certa forma fortalece o sentimento de pertencimento a um grupo seletivo de praticantes de cultura que se disponibilizam a realizar gravações, entrevistas e outras ações, sem preocupação com a parte financeira, pois a maioria dessas participações não geram renda para eles, mesmo assim, estão disponíveis a contribuir e relatar suas histórias.

Essas ações vão também alimentando um acervo que vai compondo a história desses mestres e mestras. Nas pesquisas que fizemos é recorrente encontrar registros em jornais, revistas, trabalhos acadêmicos,

21. Vicente Chagas Gondim – Mestre em Reisado de Caretas e Bumba Meu Boi, diplomado em 24 de setembro de 2007, reside em Guaramiranga – região do Maciço de Baturité, nascido em 2 de julho de 1937.

documentários e uma série de gravações que circulam em redes sociais, sites, blogs, entre outros meios de divulgação.

Os registros feitos pelos meios de comunicação reforçam lembranças, memórias e atestam parte do trabalho praticado pelos tesouros vivos da cultura cearense, do mesmo modo que amplia a divulgação de seus modos de fazer, que são particulares e carregam consigo uma série de implicações que nos permitem diferenciar grupos que fazem parte da mesma manifestação cultural, porém, apresentam peculiaridades inco-muns que os tornam únicos em seu modo de fazer.

Podemos citar como exemplo o Reisado ou Folia de Reis, que em tese é uma manifestação popular que celebra o nascimento do menino Jesus e recorda a visita dos três Reis Magos a Belém. Esse grupo dançante inicia suas atividades no Natal e encerra dia 6 de janeiro, encontrando na cultura cearense uma variedade de práticas, entre elas: Boi de Reisado; Reisado de Caretas; Bumba Meu Boi; Reisado de Espadas; Reisado de Couro; Guerreiro; Reisado de Congo; entre outras variações que não alcançamos na pesquisa.

É a mesma manifestação cultural realizada de formas diferentes, que só podem ser compreendidas por meio da observação do modo de fazer de cada grupo e indivíduo. Nesse sentido, os registros audiovisuais facilitam essas percepções, que de outra forma só seriam possíveis através do contato direto com o trabalho de cada grupo.

Essas aproximações e distanciamentos são o que possibilita concluir que cada praticante é único no seu fazer e nos seus aportes conceituais, sendo necessário conhecer as especificidades de cada um para poder compreender suas práticas em meio ao contexto de seu tempo, sendo que cada geração se enquadra nas percepções conceituais de seu tempo, de acordo com as narrativas que circulam por meio da tradição oral.

Conclusão

O conceito de “cultura popular” se tornou controverso, escorregadio, polêmico e recheado de pensamentos ora consensuais, ora conflitantes, cabendo a cada um de nós extrair nossas próprias ideias e reflexões, para que dessa forma possamos criar nossa subjetividade e nos deter aos argumentos que norteiam individualmente nossas experiências relaciona-

das às manifestações culturais e seus conceitos. O que dá significado e sentido às práticas culturais são as vivências que encontram suporte na tradição oral e sustentam a memória e a identidade daqueles que se relacionam com os espaços em que esses fazeres se desenvolvem.

Trabalhar conceitos e subjetividades é um desafio para os historiadores no campo da cultura, pois não existem fazeres melhores ou piores, o que existem são fazeres diferentes, cada um com características próprias. Se você entrevista dez brincantes de reisado da mesma região e pergunta qual a Folia de Reis que melhor representa a tradição regional, cada um deles vai contar sua história e atribuir a si essa representação. As motivações serão variadas, mas certamente recorrerão ao tempo e aos antepassados para posicionarem seus fazeres como os mais representativos.

Em meio às tentativas conceituais relacionadas ao campo cultural, estão os mestres e mestras da cultura cearense, que apesar dos seus fazeres passarem por todo esse processo de reflexões, carregam consigo uma forma própria de compreender tudo isso, objetivando levar adiante aquilo que os movimenta e os faz se sentirem vivos.

Os adjetivos que norteiam a nomenclatura “Mestre da Cultura Tradicional Popular Cearense” são complexos e carregam implicações que não permitem enquadrar os tesouros vivos em um aporte teórico bem definido.

Os mestres e mestras são anteriores a essas discussões e se posicionam como sujeitos que têm como objetivo dar continuidade ao ofício que dedicaram parte de suas vidas, destacando que sua relação com as práticas culturais independem das discussões teóricas que tanto preocupam os acadêmicos, porém, os mestres e mestras têm seus próprios conceitos e sua forma de ver a aplicação dos mesmos no seu cotidiano, levando em conta suas experiências e as credices que são passadas de uma geração a outra por meio da tradição oral.

Para além dos conceitos, devemos pensar a relação desses sujeitos com as mudanças que acompanharam esse assédio aos tesouros vivos da cultura cearense. As experimentações, antes restritas a seu espaço de convívio, agora ganham holofotes e já não passam despercebidas. Pesquisadores, jornalistas, escritores e um sem número de curiosos querem conhecer os tesouros vivos e suas histórias, sendo que eles têm que se acostumar com o fato de repeti-las por várias vezes.

Os próprios conceitos apresentados se modificam, diante dos diversos pontos de vista que se constroem em torno dos fazeres dos mestres e mestras da cultura, e com o estreitamento dos laços que separam a oralidade e a escrita.

Como se diz no popular, são “ossos do ofício”²² que acompanham o reconhecimento dos diplomados e, de certo modo, amplificam a circulação de informações, colocando os tesouros vivos em evidência e considerando a relação temporal como algo imemorial, pertencente a uma temporalidade anterior que, possuindo origens milenares, fogem ao domínio dos sujeitos que narram.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Prefácio de Margareth Rago, 3. ed., Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CONCEIÇÃO, Ana Maria da. [mestra Ana Noberto] Entrevista concedida [jan. 2005] ao pesquisador Márcio Pontes. Arquivo digital.

CUNHA, Paula Silveira. **Mestres da cultura cearense: a tradução das tradições**. Fortaleza: Instituto União de Arte Educação e Culturas Populares, 2017.

FREITAS, Dora; FURTADO, Sílvia. **Livro dos mestres – o legado dos mestres: cultura e tradição popular no Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2017.

22. Antigamente, para deixar as folhas de papel-ofício branquinhas, os fabricantes usavam pó de tutano, substância que existe no interior dos ossos do corpo e tem propriedades alvejantes. Precisava-se extrair uma grande quantidade desse material para conseguir o branqueamento do papel. Era um processo lento e exaustivo, que ninguém gostaria de fazer, mas havia quem fizesse porque era parte do trabalho. De acordo com o folclorista Câmara Cascudo (1898-1986), foi daí que surgiu a expressão que remete a algo desagradável inerente a uma tarefa ou profissão.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução: Cavalcante, 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PONTES, Márcio de Araújo. **O drama em si**: histórias e memórias de mulheres dramistas nas comunidades de Tucuns, Pindoguaba e Poço de Areias em Tianguá-Ceará. Fortaleza: Secult, 2011.

VELHO, Gilberto (org.). **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

O TEXTO JORNALÍSTICO NA INTERNET: ANÁLISE COMPARATIVA DAS PRÁTICAS E DOS PROCESSOS DA AMBIÊNCIA DIGITAL DOS PORTAIS *180GRAUS E NOROESTE ONLINE*

*Cristiane Portela de Carvalho*¹

*Marcio da Silva Granez*²

Introdução

A configuração do webjornalismo está ainda em fase de transformação. Por se tratar de fenômeno relativamente recente – cerca de 25 anos –, o jornalismo feito na *web* apresenta uma estrutura que ainda acomoda velhas práticas a novos formatos tecnológicos, em formações híbridas e instáveis, sujeitas a constantes transformações.

O objetivo do presente trabalho é relatar parte dos resultados da investigação empírica do estágio pós-doutoral realizado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (PPGCOM/UFPI). O foco da investigação é a descrição e análise das matérias produzidas por dois portais de informação – um da capital do Piauí, Teresina, no Nordeste brasileiro, outro da cidade de Ijuí, no Noroeste gaúcho. Neste capítulo, trazem-se os resultados da análise no tocante ao uso de recursos multimidiáticos nos portais.

A discussão se ampara, em termos conceituais, nas características do webjornalismo (Machado; Palácios, 2003; Prado, 2011; Canavilhas,

1. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2014) e nos gêneros textuais do jornalismo (Beltrão, 1969; 1980; Melo, 1985; Melo; Assis, 2016). Busca-se refletir sobre como as questões ligadas à tecnologia têm impactado os produtos jornalísticos, seja na configuração dos gêneros e do texto, seja na forma como as matérias são marcadas pela assinatura e pelos traços autorais, seja no uso efetivo dos recursos que caracterizam o ambiente web. Sempre considerando que:

Nas edições online o espaço é tendencialmente infinito. Podem fazer-se cortes por razões estilísticas, mas não por questões espaciais [...] o jornalista pode oferecer novos horizontes imediatos de leitura através de ligações entre pequenos textos e outros elementos multimídia organizados em camadas de informação (Canavilhas, 2007, p. 30).

Realiza-se assim a comparação das matérias de ambos os portais por meio da Análise de Conteúdo (AC), a fim de verificar a incidência das características do webjornalismo (Prado, 2011; Canavilhas, 2014) sobre o formato dos textos no *corpus* de análise.

Na análise dos dados, apresentam-se os principais resultados do que foi observado no *corpus* da pesquisa, em forma de tópicos que detalham os itens analisados. Em seguida, elabora-se uma síntese que reúne observações mais amplas sobre conceitos e dados empíricos, antes das considerações finais.

O impacto das mudanças tecnológicas sobre a produção jornalística desafia a prática e as concepções do jornalismo como área da atividade humana e como campo do conhecimento. Por isso mesmo se faz premente abordar o assunto, analisar de perto esse impacto sobre veículos que espelham diferentes realidades do país. Eis a tarefa que move a presente investigação.

O contexto da discussão

A história recente da mídia *on-line* pode ser sintetizada como a história das transformações técnicas sobre as práticas e os produtos do jornalismo. Em certo sentido, as investigações sobre o tema seguem essa direção (Costa, 2014), apontando a forma como a imprensa vem tentando se adaptar às transformações ditas “disruptivas” (Anderson; Bell; Shirky, 2013) que as empresas do setor enfrentam desde o advento da internet.

A presente investigação se situa nesse mesmo esforço de descrever e de interpretar os fenômenos que se reúnem na confluência entre a transformação em nível tecnológico e os produtos e práticas jornalísticos. Essa confluência já foi delimitada por diversos estudos anteriores, que mapearam desde as fases pela qual passou o webjornalismo (Canavilhas, 2007), o impacto das redes sociais (Recuero, 2009), a emergência de novos atores no processo de produção de conteúdos (Brignol, 2011), às características do jornalismo no ambiente web, entre outros temas afins.

O impacto da técnica sobre a atividade jornalística está bem documentado em vários desses estudos. Alguns autores entendem as mudanças com a noção de “disrupção”, ou seja, de uma transformação que não permite o tempo de adaptação, gerando a extinção de antigas práticas e, às vezes, o fim das categorias profissionais a elas ligadas (Costa, 2014). As práticas disruptivas do final do século XX tiveram impacto sobre as empresas de comunicação, cujo modelo de negócios, baseado na venda de anúncios publicitários, foi fortemente abalado pela formação de empresas multinacionais que vieram a dominar a internet a partir das décadas seguintes, como o *Google* e o *Facebook*.

O mesmo aspecto disruptivo também se fez presente na forma como o modelo de comunicação se alterou a partir da inovação tecnológica: o caráter multidirecional e não hierárquico da comunicação *on-line* impactou na forma como o receptor interage – não mais apenas como receptor, mas também e sobretudo como emissor e produtor de conteúdo. Isso fez surgir novos atores no processo de produção do webjornalismo: a audiência, os curadores de conteúdo, os especialistas que colaboram com determinados veículos, os influenciadores digitais, entre muitos outros.

A maior abertura à participação possibilitada pelo avanço da comunicação *on-line* também trouxe para o primeiro plano a preocupação com a veracidade das informações, já que os princípios do jornalismo são constantemente ignorados por esses novos atores que começaram a produzir e disseminar conteúdo pela internet.

O fenômeno recente das *fake news* ilustra essa tendência que se observa em diversos países, o Brasil incluído: o alcance aos meios de produção e disseminação por parte de uma audiência leiga fez proliferarem as notícias falsas e os boatos, em formatos que simulam os procedimentos do jornalismo para angariar credibilidade.

Tudo isso acabou por gerar iniciativas que sinalizam para os princípios e as práticas do jornalismo ao longo de seu desenvolvimento histórico, como os cuidados que se deve ter na checagem da veracidade das informações e as campanhas de letramento digital e de combate às *fake news*.

A tendência que se observa nos últimos anos é o maior número de investigações que procuram documentar as adaptações e o diálogo entre velhas e novas práticas (Moretzsohn, 2002; Canavilhas, 2014). A discussão sobre os gêneros textuais se insere nesse contexto, marcada pela tentativa de compreender as novas materialidades textuais como respostas e adaptações, nas quais práticas consagradas e novas convergem em produtos híbridos. Um exemplo disso é a discussão sobre os gêneros do jornalismo, como se vai abordar no próximo segmento.

Gêneros e ambiente *web*

O impacto da tecnologia sobre o formato e o teor das informações – termos em que podem ser definidos os gêneros de forma bastante ampla (Marcuschi, 2009) – é um tema antigo, que vem desde o início do jornalismo. A evolução dos formatos textuais acompanhou de perto a evolução técnica, como mostram alguns episódios da história da imprensa (Genro Filho, 1987; Sodré, 1999). Um exemplo clássico foi a invenção do telégrafo, que impactou diretamente sobre o formato do *lead*. As seis perguntas clássicas do *lead* – o quê, quem, quando, onde, como e por quê – resultaram da forma como as mensagens telegráficas eram enviadas pelas primeiras agências de notícia, nas quais se buscava priorizar as informações mais importantes.

Cerca de um século e meio depois, o impacto do Twitter sobre a cobertura jornalística, potencializando ainda mais a característica da atualidade e da concisão da notícia, é mais um desdobramento entre muitos outros dessa influência da mudança técnica sobre a produção jornalística. A adaptação da escrita para a oralidade, na transposição das técnicas do jornalismo impresso para o rádio e posteriormente para a televisão, é outro exemplo dessa história marcada pelas transformações da comunicação e do jornalismo em suportes e meios dos mais variados.

Nesse contexto, de transformação da materialidade textual das notícias, é que pode ser entendida a evolução ocorrida recentemente nos

princípios e características do jornalismo. Tradicionalmente, as características da imprensa, sintetizadas por Groth (2011), eram a universalidade, a publicidade, a periodicidade e a atualidade. Elas se referiam basicamente ao ambiente da comunicação impressa, cuja lógica de funcionamento repousava no modelo de comunicação de massa tradicional, de um para muitos e de cima para baixo.

O advento da comunicação *on-line*, que subverteu o modelo tradicional e instaurou a lógica do modelo em rede, fez surgirem novas características, algumas das quais potencializam as antigas, e outras têm caráter inédito.

Canavilhas et al. (2014) relacionam sete características: hipertextualidade, multimedialidade, interatividade, memória, instantaneidade, personalização e ubiquidade. Elas representam a configuração atual do webjornalismo, sendo o resultado de fatores que aos poucos estão moldando a atividade da imprensa na ambiência web. Algumas delas, pode-se notar, desdobram as características apontadas por Groth: pares como atualidade/instantaneidade; publicidade/ubiquidade parecem indicar um movimento contínuo e coerente de adaptação para certas características, na linha de evolução que liga a imprensa pré-internet ao webjornalismo.

As investigações clássicas sobre os gêneros do jornalismo (Beltrão, 1969; 1980; Melo, 1985) identificavam dois como os principais: o informativo e o opinativo. No caso do gênero informativo, estão a notícia e seus derivados – nota, entrevista, reportagem curta. Esse tipo de gênero reúne os textos que descrevem e narram a realidade factual. No caso do gênero opinativo, os tipos textuais seriam o editorial, o artigo, a coluna e a charge. Aqui estão todos os textos que expressam posicionamento e juízos de valor sobre a realidade. Afora esses dois, há também o gênero interpretativo – ou investigativo –, cujo principal representante é a grande reportagem. Esse tipo de gênero, às vezes tomado como subgênero informativo, reúne as produções que vão para além do factual da notícia, procurando chegar às causas do fato. Existe ainda o gênero diversional ou de entretenimento, marcado pelo humor, a leveza e a irreverência, e cujos principais representantes são a crônica, as seções de humor e de distração dos jornais. Finalmente, há o gênero de serviço (Melo; Assis, 2016), que reúne as informações voltadas para essa finalidade em sentido amplo: as seções de dicas em geral; os guias; as informações sobre economia e sobre assuntos do cotidiano que interessam a população – mercado

financeiro, clima, tráfego, etc.

Ao se olhar para essas categorias, é possível considerá-las válidas para muito do que se observa no ambiente web: opinião, informação, interpretação, entretenimento e serviço seguem dividindo o espaço dos portais jornalísticos. Mas esses gêneros se adaptaram e se transformaram, sofrendo o influxo das mudanças de suporte. Em alguns casos, houve potencialização de características já observadas no jornalismo impresso e na mídia audiovisual; em outros, é possível falar de novos gêneros ou de gêneros híbridos.

Tome-se como ilustração o caso da reportagem multimídia. Suas principais características, que são a convergência de recursos para a reportagem em profundidade, a tornam não propriamente uma novidade, mas, sobretudo, um aperfeiçoamento de um formato que já existia. O texto da reportagem impressa, marcado pela multiplicidade de fontes, pelo caráter autoral e pela criatividade no uso de recursos – foto, ilustrações, boxes, títulos e subtítulos, etc. – encontrou novos recursos narrativos – o hipertexto, que abrange a documentação da matéria, os vídeos e áudios que podem ser adicionados, os gráficos e os recursos interativos, etc. A questão de fundo que dá feição ao gênero interpretativo, contudo, permanece: uma narrativa que vai além do factual e que permite uma abordagem mais autoral sobre os fatos, pressupondo a interpretação deles à luz do material reunido.

O mesmo se pode dizer sobre outros fenômenos observados na ambiência *on-line*, nos quais se potencializam as tendências já presentes no jornalismo pré-internet, como no caso da velocidade – atualidade para a visão clássica (Groth, 2011), instantaneidade na versão *web* (Canavilhas, 2014).

Tome-se o caso do Twitter para ilustrar. Sua incorporação pelas empresas de jornalismo remete à potencialização das características da notícia, dada a agilidade que permite ao processo de cobertura. Mas a atualização das informações nesse caso altera o formato tradicional da notícia, já que se apresenta como um fluxo contínuo e entrecortado de texto, que acompanha o desenrolar do fato narrado, e não como um bloco estático no formato do *lead* tradicional.

A característica da interatividade, apontada por Rost (2014), traz para o primeiro plano um formato de texto mais fluido, ligado à oralidade. Repetições e remissões a informações já dadas, para atualizá-las ao leitor, são recursos comuns e necessários nesse contexto.

Haveria, dessa forma, uma linha de continuidade entre os diferentes gêneros e formatos de texto do jornalismo, que ajudaria a compreender a configuração atual observada no ambiente web, assim como ajudaria a interpretar as questões de fundo que subjazem ao aspecto formal – os princípios e valores do jornalismo e a crise que hoje eles enfrentam, no contexto da mudança de paradigma instaurada pela tecnologia. No próximo segmento, será abordada mais de perto a configuração dessa linguagem em sua dimensão empírica.

Descrição e análise do *corpus*

Neste item, apresentam-se os resultados da análise do *corpus* da investigação empírica. Ele é composto por um total de 96 matérias publicadas pelos portais de notícias *180graus* e *Noroeste Online*, 48 matérias de cada um deles. O material foi submetido à Análise de Conteúdo (Bardin, 2009), técnica que considera as dimensões quantitativa e qualitativa dos materiais analisados, descrevendo-os e organizando-os a partir de categorias de análise.

Primeiramente, foi estabelecido o período de tempo – os meses de maio, junho e julho de 2019. As matérias analisadas foram escolhidas de forma aleatória quanto à editoria ou seção. O critério utilizado era de que ocupassem lugar de destaque na página principal do veículo. A frequência observada para a coleta de dados foi a de duas matérias por dia para cada portal, em três dias da semana, durante três meses. Disso resultaram as 96 matérias que perfazem o total do *corpus* de análise.

Os dados da pesquisa mostram que há basicamente dois níveis no material analisado quanto à materialidade textual: um nível de uso tradicional – texto e fotos – e um nível de uso multimídia – demais recursos, como *links*, vídeos e áudio. O portal *180graus* concentra o maior número de matérias que fazem uso de recursos multimidiáticos. O *Noroeste Online* ainda mantém sua produção ancorada no texto, complementado pela fotografia, como na fase da imprensa pré-internet. Esses recursos são utilizados em notícias e reportagens no mais das vezes sem assinatura, no caso do *Noroeste Online*.

No Quadro 1 podem ser observadas as ocorrências relativas ao tipo de texto encontrado nos dois portais, considerando os gêneros em que as matérias podem ser enquadradas.

Quadro 1 – Gênero e tipo textual

180graus (48 matérias)	Noroeste Online (48 matérias)	Total Geral (96 matérias)
Gênero e Tipo Textual: Informativo – 48 Notícia – 46 Reportagem – 2	Gênero e Tipo Textual: Informativo – 48 Notícia – 31 Reportagem – 17	Gênero e Tipo Textual: Informativo – 96 Notícia – 77 Reportagem – 19

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

Os gêneros predominantes nas matérias são o informativo e o interpretativo. No caso do gênero informativo, tem-se a ocorrência de notícias curtas: 46 no portal *180graus* e 31 no portal *Noroeste Online*, somando-se 77 matérias no total. Isso representa 80% do total em termos percentuais.

Já no caso do gênero interpretativo, observa-se um total de 17 reportagens no *Noroeste Online* e 2 (duas) reportagens no *180graus*, que somadas totalizam 19 matérias no gênero interpretativo. Em termos percentuais, as reportagens somam 20% do total de matérias do *corpus* analisado. O gênero que predomina, portanto, é o informativo, seguido pelo interpretativo. Não se verifica o gênero de opinião, o de entretenimento e o de serviço.

Além do gênero e do tipo textual, outra variável observada diz respeito à indicação das fontes das matérias. No Quadro 2 apresentam-se as ocorrências relativas a esse aspecto.

Quadro 2 – Indicação das fontes utilizadas

180graus (48 matérias)	Noroeste Online (48 matérias)	Total Geral (96 matérias)
Indica – 48 Não indica – 0	Indica – 1 Não Indica – 47	Indica – 49 Não indica – 47

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

As fontes pesquisadas para subsidiar as matérias são identificadas na totalidade das ocorrências do *180graus*, ou seja, 100% delas indicaram a autoria da fonte. Essa identificação é feita, em geral, no primeiro parágrafo, de forma explícita, mediante expressões como “com informações de...”, acrescidas do *link* que conduz à matéria original. Das matérias do *Noroeste Online*, apenas uma das 48 recebeu indicação de fonte, o que representa 2% do total. As matérias longas, todas elas retiradas de outros veículos, também não indicam o autor ou o veículo do qual são provenientes.

No caso do *180graus*, como visto, todas as matérias que utilizaram informações de outros veículos também fizeram menção à fonte original. Ressalta-se que um terço das matérias do *Noroeste Online* é composto por reportagens, textos mais longos que permitem aprofundamento e abordagem autoral. Apenas uma dessas reportagens, contudo, recebeu assinatura.

Os dados mostram, portanto, que a indicação da fonte está presente em cerca de metade das matérias do *corpus*, e esse número está concentrado nas ocorrências do *180graus*. Como formato de texto de maior abertura ao estilo e à interpretação do jornalista, a reportagem permitiria também o olhar mais autoral (Boas, 1996), para além da mera descrição e narração do acontecimento. Já no caso da notícia, o enfoque é o fato e seus aspectos principais, tal como descritos na fórmula do *lead*. Como regra, a notícia curta não leva assinatura, pois não dá abertura ao estilo e à visão do jornalista. Mas o que se vê é a ocorrência de reportagens longas sem assinatura no caso do *Noroeste Online*, e o uso do *link* para a indicação das fontes originais, no caso do *180graus*.

Cruzando-se os dados dos Quadros 1 e 2, percebe-se que as reportagens, cerca de um terço das matérias do *Noroeste Online* (17), não foram creditadas, embora sua autoria possa ser encontrada em pesquisa no *Google*. Percebe-se também que as reportagens e notícias do *180graus* foram todas “linkadas” às fontes originais, quer essas contivessem ou não a assinatura do autor.

Assim, pode-se observar a subversão de um dos cânones do gênero jornalístico: a assinatura como marca do autor em textos interpretativos. No caso dos textos informativos representados pelas notícias, mantém-se o procedimento canônico de não assinatura, como forma de demarcar a “imparcialidade” e a objetividade que ainda são associadas ao texto da notícia. Embora nenhuma delas tenha sido assinada, todas foram vinculadas às fontes originais no caso do *180graus*, e nenhuma delas o foi no caso do *Noroeste Online*.

A última variável analisada diz respeito ao uso dos recursos midiáticos nas matérias que compõem o *corpus*. Consideram-se aqui elementos como o uso de hipertexto, de recursos sonoros e visuais, como arquivos de áudio e vídeo, de infográficos e de interatividade. Em suma, nessa variável são levados em conta todos os recursos que se somam aos tradicionais recursos de texto e fotografia, já presentes no jornalismo im-

presso e que constituem parte do repertório do webjornalismo, conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3 – Uso de recursos multimidiáticos

180graus (48 matérias)	Noroeste Online (48 matérias)	Total Geral (96 matérias)
Recursos multimidiáticos: Texto e Foto – 45 Texto – 03 Vídeo – 05 (Com texto e foto) Áudio – 01 (Com texto e foto) Hiperlink – 48	Recursos multimidiáticos: Texto e Foto – 48 Texto – 0 Vídeo – 0 Áudio – 0 Hiperlink – 0	Recursos multimidiáticos: Texto e Foto – 93 Texto – 03 Vídeo – 05 (Com texto e foto) Áudio – 01 (Com texto e foto) Hiperlink – 48

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

O principal recurso verificado é o uso de texto e foto: são 93 matérias que apresentam a conjugação de ambos, o que representa 97% do total. Verifica-se que os recursos multimidiáticos do ambiente *web* propriamente dito se concentram nos *links* de acesso a outros veículos. Eles estão presentes em 48 das matérias analisadas, o que significa 50% do total. O uso do vídeo está presente em 5 (cinco) matérias, o que representa 5% do total, e o áudio, acompanhado de texto, mas sem vídeo, está presente em 1 (uma) matéria, ou 1% do total. Com isso, há a preponderância de texto e imagem, seguida de recursos de hipertexto, e complementada pelos recursos audiovisuais.

Dos dois portais, o que mais utiliza recursos típicos do webjornalismo é o *180graus*. Via de regra, ele disponibiliza o *link* de acesso para os veículos dos quais utiliza informações. Assim, a ocorrência mais frequente de recursos típicos do ambiente *web* se dá como forma de remissão à fonte utilizada nas matérias do *180graus*. Vídeos representam um pequeno percentual nesse contexto; o uso de infográficos, de dados e de *storytelling* não foi verificado.

A partir do que foi visto neste tópico, pode-se afirmar que prevalece, em termos de materialidade dos textos analisados quanto ao uso de recursos multimidiáticos, a dupla texto-foto, nos moldes do jornalismo impresso – texto complementado pela foto ou vice-versa. No portal *180graus*, o uso de recursos *web* abrange a “linkagem” das matérias aos textos de

origem, sempre que feito uso de informações de outros veículos. No portal *Noroeste Online*, ainda que seja feito uso de material de outros veículos na íntegra, não se observa o procedimento de “linkar” as matérias.

Ao se analisar os dados reunidos e descritos anteriormente, pode-se avançar a seguinte interpretação, em forma de tópicos, elaborados com base nas ocorrências verificadas.

Jornalismo informativo e notícia como base da produção textual

As ocorrências do *corpus* mostram que o texto dos portais se ancora sobretudo no gênero informativo, sob o formato de seu representante clássico: a notícia. O texto, via de regra, apresenta o formato também clássico do *lead*: as seis perguntas – o quê, quem, quando, onde, como e por quê – em ordem decrescente de importância. Em termos de registro utilizado, observa-se um texto que prioriza a informalidade, sem se afastar da língua escrita de forma padrão.

Assinatura como marca secundária dos textos das matérias

Apenas a reportagem aprofundada, que costuma trazer a interpretação do jornalista, se distingue também pela presença de assinatura em um dos portais analisados – o *180graus*. O exercício do estilo e da interpretação está concentrado no texto da reportagem, embora essa nem sempre seja assinada, como visto no caso do *Noroeste Online*. O mesmo se observa quanto ao veículo de origem das matérias: menção como regra no *180graus* e como exceção quase absoluta no *Noroeste Online*. A autoria fica em segundo plano, priorizando-se a informação.

Recursos multimidiáticos como aspecto secundário da produção textual

Recursos típicos do ambiente web, como o uso de *hiperlinks* e de material audiovisual, são relativamente raros nas matérias dos portais analisados. Eles se concentram no *180graus*, como forma de referência às matérias originadas de outros veículos. Permanece a base do texto-foto como principal ocorrência em ambos os portais. Isto remete a uma prática

característica, e muito comum, da primeira geração ou primeira fase do webjornalismo, ou seja, “os produtos desta fase, em sua maioria, são simplesmente cópias para a *web* do conteúdo de jornais existentes no papel. A rotina de produção de notícias é totalmente atrelada ao modelo estabelecido nos jornais impressos” (Mielniczuk, 2003, p. 48-49).

Isso não quer dizer que inexista o uso de recursos típicos do webjornalismo nos portais analisados, mas tais recursos são esporádicos e usados de forma incidental, como complementos ao conteúdo principal, que está no texto escrito e na fotografia. Constata-se a persistência dos modelos pré-internet na construção textual dos portais.

As proposições apresentadas anteriormente reúnem a interpretação dos fenômenos que foram observados no *corpus*. Elas buscam sintetizar o principal de cada aspecto analisado – os gêneros, a autoria e os recursos multimidiáticos. Tomadas em seu conjunto, essas proposições remetem a uma configuração textual que está a meio caminho entre a tradição da imprensa pré-internet e as práticas do webjornalismo (Canavilhas, 2007).

A primeira delas, referente à persistência do formato da notícia e do gênero informativo, reflete talvez a tendência mais ampla de resistência dos formatos já consagrados pelo uso, ao longo de séculos de existência do jornalismo. Considerando-se que o *lead* tem uma história de mais de um século e que foi se adaptando e aperfeiçoando ao longo desse período, não é difícil entender o porquê de sua resiliência em tempos de comunicação *on-line*. As formas consagradas pelo uso têm razões de ser: sua praticidade e seu grau de efetividade no atendimento às demandas dos usuários.

A ausência das assinaturas nas matérias, segunda proposição apresentada, remete igualmente à tradição do jornalismo pré-internet, ao mesmo tempo em que mostra traços da ambiência web. Textos interpretativos, como a reportagem longa, são normalmente assinados, pois trazem a leitura e o estilo do jornalista que a produziu. Viu-se que, no *180graus*, as reportagens longas são todas assinadas, ao passo que no *No-roeste Online* a assinatura via de regra é suprimida. Tal configuração, ao que tudo indica, também reflete a fronteira entre velhas e novas práticas na linguagem jornalística dessa fase de transição que foi apontada na presente interpretação. Observa-se que os textos assinados, no caso do *180graus*, remetem aos veículos de origem das informações. No caso do

Noroeste Online, a supressão parece corresponder a uma estratégia editorial para firmar a identidade do veículo.

Já no caso da terceira proposição, referente ao uso secundário dos recursos do ambiente *on-line*, ela procura dar conta da percepção geral acerca dos textos analisados: em que pese terem sido analisados portais, as matérias de ambos os portais ainda se baseiam de forma preponderante nos recursos pré-internet: texto e fotos.

Isso não significa que a produção observada nos portais se mantenha presa aos recursos e gêneros da imprensa pré-internet. O fato de terem sido encontradas reportagens longas “linkadas” a seus textos de origem, por exemplo, indica a incidência dos recursos multimidiáticos sobre a produção dos portais em análise. Embora não representem a maioria das ocorrências, elas constituem um percentual significativo do total de matérias do *180graus*. O fato de terem sido encontradas matérias complementadas por vídeos e áudio também vai na mesma direção. Há, claro, uma série de recursos pouco usados ou ignorados, como infográficos ou *storytelling*, os quais constituem formatos e linguagens que extrapolam as ocorrências observadas no *corpus*.

A título de síntese

A análise efetuada no item anterior trouxe diversos elementos significativos para a presente investigação. Em síntese, percebe-se que os recursos multimidiáticos ainda são ignorados ou subutilizados em grande parte das matérias dos dois portais. O texto das matérias se ancora fortemente no formato da notícia e no gênero informativo. Também se percebe a prevalência de matérias não assinadas e sob o formato da notícia curta. A assinatura, quando ocorre, está ligada à reportagem interpretativa. Recursos da ambiência *web* são muitas vezes ignorados.

Assim, há um claro contraste entre os preceitos da ambiência *web* trazidos na discussão inicial e aquilo que se verificou na pesquisa empírica. Em que pesem as observações de autores que descrevem as características do webjornalismo e seu reflexo sobre o texto e a linguagem do ambiente web, foi encontrada na análise do *corpus* uma presença bastante tímida desses recursos, e uma forte presença dos recursos tradicionais, ancorados no texto e na fotografia.

Para além disso, também foram encontrados indícios de supressão da autoria em ao menos um dos portais – o *Noroeste Online*, que via de regra não apresenta o crédito do veículo original de suas matérias.

Em síntese, pode-se dizer que a configuração textual das matérias dos portais *180graus* e *Noroeste Online* é semelhante quanto à prevalência do gênero informativo, difere quanto à assinatura das matérias e se assemelha ao uso restrito de recursos do ambiente *web*.

Considerações finais

A ambiência *web* e suas características têm sido objeto de várias investigações nas últimas décadas (Mielniczuk, 2003; Barbosa, 2007; Canavilhas, 2014). Este texto se insere no mesmo esforço de mapeamento empírico das práticas do webjornalismo, aqui com o foco na linguagem e no texto.

Os dados revelam que, em termos de produção de texto, o webjornalismo praticado pelos portais se mantém fiel aos princípios e práticas do jornalismo impresso. Mas há nuances nesse quadro.

No âmbito dos gêneros, as ocorrências atêm-se basicamente ao gênero informativo, consubstanciado no texto da notícia. Na linha de desenvolvimento dos gêneros do jornalismo, a prática dos portais ainda está calcada na informação – opinião, interpretação, entretenimento e serviço ficam em segundo plano.

No tocante à autoria das matérias, ela se restringe ao uso da indicação da assinatura ou da fonte de origem, mas apenas no caso das reportagens. O jornalismo que vem sendo feito pelos portais *Noroeste Online* e *180graus* restringe a assinatura às matérias de interpretação e opinião – como tradicionalmente tem sido feito.

Finalmente, no tocante ao uso de recursos típicos do ambiente *web*, observa-se que ambos os portais fazem uso restrito deles, no mais das vezes apenas dos *hiperlinks*, e esses quase que exclusivamente no caso do portal *180graus*. A regra continua a ser a utilização do texto e da fotografia, sem experimentações formais que resultem em novidades no nível da linguagem e da elaboração das mensagens. Em que pese o uso mais frequente de *links* por parte do *180graus* e a utilização de material de outros veículos por parte do *Noroeste Online*, texto e foto permanecem como os recursos principais de ambos os veículos.

A comparação entre os dois portais de notícias permite constatar que, em termos empíricos, a linguagem do *Noroeste Online* e do *180graus* apresenta muitas semelhanças com o tipo de texto que caracterizava o jornalismo impresso. Texto e foto ocupam lugar de destaque no total das ocorrências: informativos, anônimos e quase desprovidos de outros recursos que não os da linguagem verbal escrita e da imagem estática da fotografia.

A continuidade entre as práticas do período pré-internet e as do momento atual pode ser a resposta das empresas aos desafios da mudança de paradigma, como é o caso da adaptação tecnológica das redações – e toda a *expertise* necessária que ela demanda para as equipes de trabalhadores da informação. Mas essa continuidade também pode ser o indício de continuidades mais profundas, ligadas à tradição acumulada pelo fazer jornalístico. Gêneros textuais que se constituíram ao longo de séculos de maturação, como no caso do gênero informativo e do opinativo, podem estar na origem da persistência de certas práticas, como a não assinatura das matérias informativas. São questões que pedem desdobramentos em futuras pesquisas.

Referências

ANDERSON, Christopher W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 5, ano 2, p. 30-89, abr./maio./jun. 2013.

BARBOSA, Suzana (Org.). **Jornalismo digital de terceira geração**. Covilhã: Labcom, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2009.

BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornalismo diário**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BOAS, Sérgio Vilas. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo: Summus, 1996.

BRIGNOL, Liliane D. Jornalismo cidadão: participação, interação e cidadania na web. *In*: MORAES, Ana Luiza Coiro *et al.* (Orgs.). **Estudos das mídias: tecnologias, reconfigurações e convergências**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2011. p. 193-221.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. *In*: BARBOSA, Suzana (Org.). **Jornalismo digital de terceira geração**. Covilhã: Labcom, 2007. p. 25-40.

CANAVILHAS, João (Org.). **WebJornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

COSTA, Caio Túlio. Um modelo de negócio para o jornalismo digital: como os jornais devem abraçar a tecnologia, as redes sociais e os serviços de valor adicionado. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 9, ano 3, p. 51-115, abr./mai./jun., 2014.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 2. ed. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos (Orgs.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: GJOL/Calandra, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2009.

MELO, José M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELO, José M. de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. **Intercom**, RBCC, São Paulo, v. 39, n. 1, p.39-56, jan./abr. 2016.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conceitos sobre jornalismo na web. *In*: MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos (Orgs.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: GJOL/Calandra, 2003. p. 37-54.

MORETZSOHN, Sílvia. **Jornalismo em “tempo real”**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROST, Alejandro. Interatividade: definições, estudos e tendências. *In*: CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 53-88.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 1999.

DO CAMPEAR LIVRE AO ESPAÇO DELIMITADO: A RELAÇÃO DOS VAQUEIROS DE ELESBÃO VELOSO COM AS TECNOLOGIAS

Maria Helena Alves Ferreira¹

A importância do vaqueiro para o estado do Piauí

O estado do Piauí foi forjado por meio da economia ganadeira. As explorações no sertão de dentro trouxeram nomes como Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Sertão, que iniciaram a empreitada das fazendas de gado no semiárido norte² durante o século XVII (Mott, 2010). Entre o século XVII e os fins do século XIX, o gado foi a principal fonte econômica do estado, mesmo defronte a uma nova realidade econômica no período da primeira metade do século XX, a economia ganadeira se mantém no rol das fontes econômicas fundamentais. Assim, ascende uma “ideologia pecuarista”, que se perpetuará no Piauí ainda na contemporaneidade.

Diante dessa dinâmica das fazendas nasce o vaqueiro. No período em que as fazendas de gado foram desenvolvidas, o sertão ainda era distante das principais regiões e das propriedades que se concentravam nas

1. Possui Licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) (2022). Atualmente (2023-2025) realiza Mestrado no Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB) na Linha de Pesquisa História, Arte e Cultura, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. Nesse período a divisão geográfica dava nome de Norte à região que se distanciava do sul. As noções geográficas eram compreendidas entre norte e sul. Norte era toda a região que se afastava do litoral.

porções litorâneas da colônia. Defronte a essa realidade, os proprietários relegavam os cuidados das fazendas aos vaqueiros, eram eles os responsáveis pela apartação do gado, cuidados com a rês e condução ao curral, além das demais tarefas que a propriedade demandava. Em troca desse serviço fornecido pelo sertanejo, ele recebia a razão da quarta ou quinta parte dos bezerros nascidos (Brandão, 1995).

A mecânica da relação entre proprietário e vaqueiro, e o funcionamento da administração das fazendas pelo vaqueiro levaram ele a uma condição social que a maioria dentre a população sertaneja do período, via de regra, não alcançava: uma possibilidade de conseguir ascender socialmente e adquirir o respeito de segmentos diversos da sociedade. Segundo a historiadora Teresinha Queiroz, “há que lembrar, além da função econômica, a função social assumida pela pecuária ao longo da história do Piauí. É preciso recordar que, mais importante que ser vaqueiro, era ser fazendeiro” (Queiroz, 2006).

Dessa realidade econômica, política e social, a cultura do vaqueiro alcança relevância na formação do estado. As festas de vaquejada são um exemplo dessa manutenção cultural, iniciadas pela necessidade do trabalho, os vaqueiros de várias fazendas que se localizavam na mesma região uniam-se para ir à procura da rês, apartá-la e ferrá-la (Mott, 2010). Em seguida, era comum os sertanejos comemorarem em determinada fazenda, realizando uma festa com cantigas de viola e repente.

Na obra do literato piauiense Francisco Gil Castelo Branco,³ *Ataliba, o Vaqueiro*, é possível analisar e perceber um desses momentos festivos realizados nas fazendas ganadeiras entre os sertanejos da região:

[...] ao som da viola rouquenha, comparecendo às fazendas apenas na quadra das vaquejadas; porque este serviço é antes um divertimento para os sertanejos, é a reunião predileta em que exibem sua coragem e perícia, contam as suas façanhas e os triunfos obtidos nas matas e nos campos, relatam os seus combates singulares e os seus amores singelos. À noite, saboreando a pingue coalhada, o néctar dos seus manjares, trocam entre si medonhas histórias de almas penadas ou de assassinatos recentes (Castelo Branco, 2012).

3. Francisco Gil Castelo Branco nasceu em Livramento (localidade de José de Freitas, município brasileiro do estado do Piauí) no ano de 1848. Formado em Letras na França, residiu no Rio de Janeiro, onde foi colaborador de vários periódicos, como *Revista Luz*, *Gazeta Universal* e *Diário de Notícias*.

Em *Ataliba, o Vaqueiro*, no recorte exposto acima, notam-se, a partir da escrita descritiva do literato, os costumes dos sertanejos, como festejavam e apreciavam as coisas cotidianas da vida. Além disso, os sertanejos se reuniam nas fazendas em determinadas épocas do ano para festejar sobre a vida e as conquistas atingidas.

As festas de vaquejada acompanharam as metamorfoses do tempo e conservaram a tradição de seus antepassados, entretanto, a festa passou a ser praticada em um espaço delimitado, tornando-se uma competição onde o prêmio por angariar e derrubar o boi é dado em dinheiro. Porém, apesar das transformações, a celebração da vaquejada é um mecanismo de preservação da cultura e tradição do vaqueiro.

As fazendas de gado forjam Elesbão Veloso ao Sul do Piauí

Instituída em 1954, Elesbão Veloso está situada em uma zona de transição entre o cerrado e a caatinga, no território de desenvolvimento localizado no Vale do Sambito. A cidade desabrocha às margens do riacho Coroatá. Nessas imediações, em 1918, os fazendeiros pecuaristas, Antônio Alves Teixeira, José Alves Monteiro e Alcebíades Nonato da Silva, iniciaram uma feira, a “Feira do Coroatá”, o que contribuiu para que a região sofresse um processo de ocupação e passasse a ser denominada de Coroatá, pertencendo ao município de Valença do Piauí (Teodorio, 2010).

O público participante da feira, vivendo na localidade, ampliou-se no decorrer das décadas. Por este motivo, agências arrecadoras estaduais e municipais foram fundadas e um prédio maior foi construído para comportar o crescimento da feira. No ano de 1936, com o apoio de Elesbão de Castro Veloso e Francisco Antônio Junior, a região ganhou alguns incrementos na sua malha urbana, sendo contemplada pelos Correios e pelo serviço telegráfico. Devido à fervorosa participação de algumas pessoas influentes que ambicionavam a emancipação política do povoado, dentre elas Elesbão de Castro Veloso, o povoado Coroatá termina por homenageá-lo, dando nome ao recém-criado município de Elesbão Veloso, em 1954.⁴

4. A cidade de Elesbão Veloso. Disponível em: <https://elesbaoveloso.pi.gov.br/a-cidade-de-elesbao-veloso/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

Além da feira, é preciso ressaltar que diversos municípios do Piauí foram constituídos a partir do estabelecimento da pecuária bovina. Parte considerável dessas localidades se desenvolveu demográfica e economicamente, conseguindo, com o tempo, sua emancipação política, elevando-se ao *status* de município, especialmente entre o início do século XIX e as primeiras décadas do século XX (Potier, 2012).

Tal processo é percebido em Elesbão Veloso. O município dimana das fazendas de gado, onde os proprietários exploraram a oportunidade de vender os seus produtos em uma feira que concentrasse os indivíduos da região, concebendo a vila e, em seguida, a cidade. No poema de José Carlos Pereira da Silva, é possível vislumbrar o valor do gado e do vaqueiro para a cidade:

Em Elesbão Veloso
O vaqueiro boiava
O boi mugia,
A gente ouvia,
A gente escutava
Hoje é uma pena
Não há mais esta cena
Só a solidão (Teodorio, 2010)

O poema exterioriza como o gado e o vaqueiro eram presentes na vida cotidiana da cidade, sendo comuns ao dia a dia elesbonense cenas em que esses sujeitos exercitavam as práticas do seu ofício. O vaqueiro ainda se faz presente no município até hoje. Sua participação se manifesta de maneira mais econômica, social e simbólica, através da tradição, da cultura geral e indiretamente pela sua produção agrícola e pecuária, que ainda possui algum grau de importância ao comércio local (Teodorio, 2010).

Campo e cidade são lugares correlacionados. As interações comerciais e culturais permitem o estabelecimento de uma mecânica social particular e o crescimento econômico das cidades. O campo, mesmo em um recorte mais recente, exerce uma forte influência sobre a cidade (Williams, 1989). Nessas cidades, se percebe o predomínio da cultura do sertão, em uma tentativa de encontrar uma identidade e noção de pertencimento (Potier, 2012).

O município de Elesbão Veloso é forjado pelo campo e pelas práticas sertanejas, desenvolvendo-se através da agricultura e da pecuária. No de-

correr dos anos, conforme a vila ganhava espaço e tomava a condição de cidade, o contingente populacional aumentava no ambiente da urbe e diminuía no campo. Os dados estatísticos do IBGE no ano 2000 apontam que o município comportava 15.002 habitantes, sendo 10.133 pertencentes à zona urbana e 4.869 à região rural (Teodorio, 2010). Entretanto, no ano de 2010, a população apresentou um declínio quantitativo. A cidade passou a concentrar 14.499 habitantes, 10.119 residindo na parte urbana e 4.380 na rural (DataSebrae, 2020). O número é ainda menor em 2022, quando a população passou a ser composta por 13.607 habitantes (IBGE, s. d.).

Os números inspiram algumas reflexões. Primeiramente, no início do século XXI a cidade apresentou uma tendência, entre os moradores, de transição do campo para a região urbana do próprio município, expandindo o fluxo humano na urbe. Entretanto, nessa primeira década do novo século, é perceptível um declínio no crescimento demográfico da região. A justificativa para esse declínio, provavelmente, é o início de um processo migratório rumo à capital do Piauí, Teresina, motivada pela busca de mais oportunidades de trabalho, de educação formal e pela busca de uma maior assistência médica.

No ano de 2019, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontou 1.016 matrículas no Ensino Fundamental I e 225 no Ensino Médio, explicitando uma reduzida procura pelo ensino básico na cidade de Elesbão Veloso (DataSebrae, 2020). No tocante à saúde, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em 2023, o município possui 16 locais que contemplam a região urbana da cidade e suas regiões interioranas. Os dados demonstram que no Ensino Médio, os indivíduos procuram um melhor ensino na capital do estado, Teresina, ou desistem dos estudos. Quanto à saúde, o número de locais que prestam atendimentos não ampara as pessoas da cidade, sendo essas forçadas em casos específicos a buscarem apoio na capital.

A economia de Elesbão Veloso assiste à modificação das práticas de trabalho do século XX para o XXI. Durante o primeiro período, as atividades se detinham na pecuária e na agricultura; no segundo, os ofícios trabalhistas estão voltados para o comércio, serviços e indústria. O Ministério do Trabalho, no ano de 2019, identificou 1.031 pessoas com registro trabalhista, dentre os quais, 509 pertenciam à administração pública municipal e 199 ao comércio local. Segundo dados da Receita

Federal, havia nesse período 249 comércios e 6 empresas agropecuárias (DataSebrae, 2020).

Os dados estatísticos lançam luz sobre a transição do campo para a cidade, a mudança de um cenário interiorano e sertanejo para um mais urbano, concentrado nas atividades público-administrativas e no comércio. Evidentemente, esse processo não exclui a produção agropecuária e os costumes sertanejos. A urbanização do município é notória a partir dos números apresentados, contudo, a cidade permanece em um ambiente sertanejo, com as manifestações culturais do vaqueiro realizadas na região e a manutenção das feiras que foram responsáveis pela gênese da cidade (Teodorio, 2010).

A produção pecuária, mesmo com a urbanização, perdura de maneira substancial, suas principais áreas produtoras estão na pesca (50.000) e na criação de ovina (20.699 cabeças) e do gado (18.421 cabeças) (DataSebrae, 2020). O campo está amalgamado à cidade por meio dessas necessidades de fornecimento, mas também pela forte presença da cultura sertaneja tradicional.

A cultura do vaqueiro e sua identidade, diante das transformações tecnológicas e do desenvolvimento urbano, resistem, encontrando seu espaço nessa urbe em festas de vaquejadas e procissões, concentrando um público diversificado: os vaqueiros do campo, os praticantes do “esporte”, e sujeitos que se identificam e encontram nessas representações a sua tradição. Nesse sentido, Stuart Hall aduz que “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’; formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2011).

O uso das redes sociais: o processo de midiaticização das vaquejadas em Elesbão Veloso

A modalidade da vaquejada é uma das manifestações culturais dos vaqueiros que permanece se faz presente na contemporaneidade. Acompanhando os fluxos e a dinâmica do tempo, os vaqueiros adaptaram-se às tecnologias e às mídias e encontram maneiras de manter e perpetuar a sua cultura. Os sertanejos do município de Elesbão Veloso desenvolveram novas categorias dessa prática cultural que se iniciou com o trabalho no

campo, atualmente existem as corridas de pareia⁵ e as pegas de boi no mato⁶ e no limpo.⁷

Com as adaptações às novas tecnologias, mídias e mudanças sociais, a cultura dos vaqueiros conseguiu alcançar um público maior e diverso, por meio da música, literatura, modalidades de competição e pelas redes sociais. No município de Elesbão Veloso, o vaqueiro Adeilson Barbosa utiliza o *Instagram* como meio de divulgação da sua rotina, trabalho e divulgação dos torneios em que participa. Na rede social do vaqueiro consta quase 2 mil seguidores. Assim, Fausto Neto (2008) alude que:

[...] as mídias perdem este lugar de auxiliaridade e passam a se constituir uma referência engendradora no modo de ser da própria sociedade, e nos processos e interação entre as instituições e os atores sociais. A expansão da midiaticização como um ambiente, com tecnologias elegendo novas formas de vida, com as interações sendo afetadas e/ou configuradas por novas estratégias e modos de organização, colocaria todos – produtores e consumidores – em uma mesma realidade, aquela de fluxos e que permitiria conhecer e reconhecer, ao mesmo tempo (Fausto Neto, 2008, p. 93).

Defronte a isso, pode-se dizer que o vaqueiro Adeilson Barbosa utiliza sua rede social como um meio de reorganizar-se e levar a sua tradição para as demais pessoas por meio das mídias.

Nos registros em fotos e vídeos presentes na rede social do vaqueiro é possível perceber como a tradição ainda se mantém na realidade cotidiana de Adeilson Barbosa. As vestimentas de couro completas, o gibão, o chapéu, são frequentes nas postagens. Além disso, o ambiente e a paisagem do sertão semiárido, e o cavalo ainda são elementos importantes demonstrados pelo vaqueiro.

5. Disputa entre dois a seis cavalos, geralmente em um espaço de 300 a 500 metros.

6. Prática que consiste em pegar o animal em um espaço aberto, adentrando a vegetação. Assemelha-se à forma como era realizado nos séculos XVII ao XIX.

7. Prática que consiste em pegar o animal dentro de um espaço limitado.

Imagens 1 e 2 – Instagram do vaqueiro Adeilson Barbosa com outros vaqueiros



Fonte: Os autores.

O vaqueiro elesbonense, por meio de sua rede social, consegue levar a sua cultura e tradição para pessoas não somente do nordeste, onde a cultura sertaneja do vaqueiro é mais presente, mas para um nível nacional e internacional. A realidade contemporânea não impediu que Adeilson Barbosa mostrasse a tradição de sua cultura, ao qual está inserido desde a infância, e que fosse perdida, ao contrário utiliza-se da tecnologia para melhorá-la e expandi-la. Giorgio Agamben (2009, p. 59) afirma:

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este, e ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a este aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar a atuação dos vaqueiros nas redes sociais digitais para a divulgação de suas atividades no campo e nas vaquejadas, manejando não apenas o cavalo para a pega do boi, mas também as novas tecnológicas de comunicação e informação num processo de midiaticização de suas práticas e para propagar a cultura

do vaqueiro que, historicamente, vem sendo repassada de pai para filho a fim de manter uma tradição.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 2009.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: Família e Poder**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

CABRAL, Ivana Campelo; ARAÚJO, Johny Santana. Para uma releitura historiográfica sobre as categorias de trabalho rural do Piauí na segunda metade do século XIX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, p. 1-10, julho 2011.

CASTELO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o vaqueiro**: Francisco Gil Castelo Branco. Estudo bibliográfico e atualização de textos de Fabiana de Cristo Rios Nogueira, Maria Gomes Figueiredo dos Reis, Maria do Socorro Rios Magalhães, Maria do Perpétuo Socorro Neiva Nunes do Rêgo. 3. ed. Teresina. 11ª edição revista e atualizada a partir da 3ª. Teresina: Fundação Quixote, 2012.

DATASEBRAE: perfil municipal de Elesbão Veloso. Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/pi/Elesb%C3%A3o%20Veloso.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

FREITAS, Sônia Maria de Freitas. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. (org.). Trad. Celina Cardim Cavalcante. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – 2010. Piauí: IBGE, 2010. Dispo-

nível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/elesbao-veloso/panorama>. Acesso em: 03 ago. 2023.

MOTT, Luiz. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

FAUSTO NETO, Antônio. **Fragments de uma “analítica” da midiati-zação**. MATRIZES, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

FAUSTO NETO, Fausto. **Midiatização – prática social – prática de sentido**. *Paper*. Encontro Rede Prosul – Comunicação, Sociedade e Sentido no Seminário sobre Midiatização, Unisinos. PPGCC, São Leopoldo, 19/12/2005 e 06/01/2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

POLLAK, Michael. Memórias e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POTIER, Robson William. **O sertão virou verso, o verso virou sertão**: sertão e sertanejos representados e ressignificados pela Literatura de Cordel (1900-1940). Dissertação (Mestrado em História e Espaços), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012..

QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3. ed. rev. Teresina: EDUFPI, 2006.

TEODORIO, Rogério Júnior. **“A gente leva o dinheiro, mas fica o couro”**: migração temporária de camponeses para o trabalho no corte de cana, adoecimento, morte, e Políticas de proteção social: o caso de Elesbão Veloso-PI. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Campo e cidade**: na história e na literatura. Tradução: Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HERÓIS DO 2 DE JULHO: O MARCO DA INDEPENDÊNCIA NA BAHIA

Francisco Kelvin Moreira de Sousa¹

Georgia Maria Vieira Cruz²

Jakson dos Santos Ribeiro³

Introdução

O processo de independência necessitou da luta e do esforço de muitos brasileiros que participaram dos movimentos de libertação, ocorrido em várias partes do Brasil. Entre esses o da Bahia, que tem seu fim no dia 2 de junho de 1823. A galeria dos heróis é numerosa e rica, sendo integrada por pessoas de diversos estratos sociais, dos mais ricos aos mais pobres (até escravizados), e numa heterogeneidade racial que incluiu brancos, índios, negros e mestiços (mamelucos, mulatos e cafuzos). Dessa forma, será respondida à pergunta: quem foram essas pessoas que contribuíram para a consolidação da independência na Bahia e no Brasil?

O 2 de julho é uma data significativa na história do Brasil, principalmente na Bahia, marcando a independência dessa região do domínio colonial português. Com isso, ao analisar esse evento nacional, se concluiu que muitos indivíduos e grupos contribuíram para a independência, mas suas contribuições não são adequadamente reconhecidas ou documentadas pela história oficial, na qual muitas vezes a narrativa destaca líderes e figuras proeminentes, ignorando que há uma riqueza de pessoas e esforços anônimos que desempenharam papéis igualmente importantes na conquista da independência.

1. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

2. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

3. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

O capítulo é dividido em duas partes, na qual a primeira é trabalhada a independência da Bahia, por uma perspectiva geral, explicando o que foi essa luta armada e mostrando alguns dos nomes que mais recebem as honrarias pela vitória conquistada. Já na segunda parte, evidenciaremos as figuras que tiveram toda uma importância para o êxito desse acontecimento, destacando alguns nomes dentre os milhares que contribuíram e lutaram arduamente.

Processo de independência na Bahia

Naquele 2 de julho, o Sol do triunfar

E os filhos desse chão a guerrear

(Beto Nega/Diego Oliveira/Diogo Rosa/Julio Assis/Léo do Piso/Manoló)

O processo de independência na Bahia foi um evento complexo e multifacetado, diferenciando-se em vários aspectos de outros movimentos de independência no Brasil. Vários foram os fatores que contribuíram para o conflito como, por exemplo, Salvador, capital da Bahia, que era um importante centro administrativo e militar de Portugal, algumas elites locais e comerciantes tinham laços econômicos estreitos com o país europeu, e eles temiam perder privilégios e poder caso a independência fosse alcançada. Tais interesses iam na contramão do que a maior parte da população pensava sobre os portugueses e sua presença em solo brasileiro, tendo a Revolução do Porto como principal acontecimento para evidenciar a ameaça que eles representavam para a nação, conforme explica Luis Henrique Dias Tavares:

Em verdade, o pronunciamento de 10 de fevereiro e a adesão da Bahia às Cortes terminaram frustrando o objetivo de autonomia que os liberais brasileiros/baianos esperavam alcançar pela via constitucional, uma lei maior que estabelecesse equivalência entre Brasil e Portugal. Mas o desdobramento da revolução liberal-constitucionalista em Portugal afirmou uma linha nacionalista altamente oposta às concessões ao Brasil; era colônia, devia permanecer colônia (Tavares, 1979, p. 128).

O levante iniciado na cidade do Porto, em Portugal, que ficaria conhecido como Revolução Constitucionalista de 1820, constituiu-se em

uma ameaça à prosperidade e ao prestígio político do Brasil, a partir da exigência, na verdade, um ultimato, dos revolucionários pelo retorno imediato da família real a Portugal. Como isso representava um retrocesso para o Brasil, as reações não tardaram, inclusive com manifestações pedindo que o rei continuasse no Rio de Janeiro (Júnior; Filho, 2015, p. 45).

A separação do Brasil da metrópole portuguesa deu os seus primeiros passos ainda em 1808, com a chegada da família real. Tal fato proporcionou transformações políticas e econômicas resultantes, sobretudo, na abertura dos portos brasileiros às nações amigas e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido. Sendo assim, retornando ao status de colônia após a experiência de uma liberdade que o país outrora não tinha e era inconcebível para boa parte da população.

As notícias sobre a Revolução no Porto inquietaram o Brasil, causando movimentações em várias capitanias, cujos cargos importantes eram ocupados por portugueses. A aludida “adesão das províncias ao movimento liberal” teve como ingredientes da maior relevância o posicionamento das províncias do Grão-Pará e da Bahia, que se declararam, respectivamente, em 1º de janeiro e 10 de fevereiro de 1821, a favor da Revolução Constitucionalista (Júnior; Filho, 2015, p. 50).

Com isso, o rei D. João VI retorna para Portugal, mas deixa seu filho Pedro na regência do país. Porém, a volta do rei não cessou a vontade de recolonizar o Brasil. Com atribuições extraordinárias, inclusive com poderes para emitir decretos, resoluções e outros expedientes administrativos, à revelia do rei (já em Lisboa), as Cortes Gerais passaram a interferir e a promover mudanças administrativas e militares no Brasil, gerando insatisfações, provocando atritos e fomentando o ódio entre portugueses e brasileiros, que se espalhou por diversas províncias. O estopim da insatisfação com Portugal veio ainda em 1821, com a política que foi adotada pelas Cortes Gerais para o Brasil, que era de neutralizar qualquer mínima possibilidade de existência de um governo autônomo em qualquer província brasileira, segundo explica Porto Filho e Ubaldo Marques:

Em 9 de dezembro de 1821 chegou ao Rio de Janeiro uma esquadra portuguesa trazendo os últimos decretos das Cortes de Lisboa, que, dentre outras determinações, aboliam a regência, retiravam do Rio de Janeiro todo o poder administrativo, judicial e militar, e ordenavam o imediato retorno do príncipe regente, nesta mesma esquadra (Júnior, Filho, 2015, p. 52).

Diante das insatisfações dos brasileiros frente ao projeto recolonizador em curso na metrópole, começaram os conflitos entre os partidários da causa do Brasil e os defensores da causa portuguesa. Em 1822 os oficiais militares e civis baianos passaram a desafiar a Junta Provisória da Bahia, dominada pelos portugueses. Estas manifestações de insatisfação exigiam o fim da Junta Provisória e maior autonomia da Câmara de Salvador (Tavares, 2001, p. 128-129). O ápice da insatisfação foi o decreto de fevereiro de 1822 que nomeava o brigadeiro português Ignácio Luís Madeira de Melo o governador das Armas, no lugar de um brasileiro.

No ofício de seu mandato, Madeira de Mello não é aceito, e isso gera uma movimentação que envolveu militares e civis. Tal movimentação força a Junta de Governo tomar uma posição diante dessa ameaça e, com isso, foi criada a Junta Militar, que contava com o brasileiro Freitas Guimarães e o próprio Madeira de Mello. Como primeiro feito houve a ocupação do Forte São Pedro, e ataque aos quartéis da Palma e da Mouraria e do Convento da Lapa.

No dia 21 de fevereiro de 1822 o tenente-coronel, Bernardino Álvares de D'Araújo, assina o termo de rendição e assim se conclui a ocupação militar portuguesa na cidade de Salvador.

Após estes acontecimentos, dezenas de famílias e soldados brasileiros começaram a deixar Salvador rumo às vilas do Recôncavo, onde começou a ganhar força a resistência à ocupação portuguesa em Salvador. Várias localidades da Bahia, entre elas: São Francisco do Conde, Cachoeira, Santo Amaro, Saubara, Nazaré, Caetité, Inhambupe, Itapicuru reuniram tropas de voluntários, reconheceram a autoridade de D. Pedro frente ao governo do Brasil e colaboraram como mantimentos e munições para compor o Exército Brasileiro, responsável pela organização da resistência no solo baiano (Santos, 1979, p. 130-131).

Com a união das vilas do interior e do recôncavo, estava formado o Conselho Interino e, conseqüentemente, assim se iniciava a guerra de independência do Brasil na Bahia. Em primeiro momento, as operações de guerra seguiam iniciativas locais, sob o comando do Conselho Interino, mas também de algumas pessoas de relevância, como o coronel Miliciano Santinho, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque de Ávila Pereira. E a segunda fase, sob o comando unificado do general Pedro

Labatut, na qual surgem diversos batalhões patrióticos, que eram organizados por capitães ou proprietários.

A esquadra que trouxera Pedro Labatut do Rio de Janeiro passou por estados como Alagoas e Pernambuco, onde recrutaram soldados e obtiveram armamentos e treinamento. Sua liderança, conforme aponta Francisco Adolfo de Varnhagen, foi importante para organizar, incentivar e orquestrar os eventos que viriam a seguir:

No dia 30, dirigia-se aos mais ricos proprietários do Recôncavo, fincando-os em somas para sustentar a causa da pátria. Nos dias seguintes, não se descuidou em providenciar a favor do exército, fazendo ocupar as paragens importantes, entrincheirando algumas delas e regularizando os fornecimentos (Varnhagen, 2010, p. 339).

A partir disso, começaram a ocorrer embates que terão como principal foco consolidar a independência realizada em setembro de 1822. Para isso, precisava-se da expulsão dos portugueses e a tomada de Salvador, que estava sob sua posse. Sendo assim, no decorrer dos meses seguintes, várias batalhas se sucederam por terra e mar, tendo à frente do Exército Pacificador o general Labatut. Entre os principais conflitos, destacam-se os ocorridos em Pirajá, na Ilha de Itaparica, no Canal do Funil, em Cachoeira e no mar da Baía de Todos-os-Santos.

O ministro José Bonifácio convidou o renomado militar naval britânico, Thomas Cochrane, para colaborar no Brasil, por Decreto Imperial, de 21 de março de 1823, o Lord Cochrane, foi designado chefe da esquadra brasileira com a patente de “1º Almirante da Marinha Brasileira” (Júnior; Filho; 2015, p. 91). No livro *Grandes Vultos da Independência Brasileira*, Affonso d’E. Taunay descreve o momento em que a esquadra de Lord Cochrane deixou o Rio de Janeiro e entrou em ação na entrada da Baía de Todos-os-Santos em 4 de maio de 1823:

Luctando com mil dificuldades e a tudo provendo com a maior capacidade, pôde Cochrane sahir do Rio, a 3 de abril, á testa de pequena esquadra, mal armada, mal artilhada, mal tripulada, para auxiliar a acção terrestre dos patriotas bahianos rebeliados e commandados por Labatut. A 4 de maio, tendo recebido reforço de alguns navios, aproou para a barra da Bahia, cujo porto dominava a frota do almirante Felix de Campos, incomparavelmente mais forte que a brasileira (Taunay, 1922, p. 153).

Sob o comando de Cochrane, a Marinha Imperial Brasileira conseguiu contornar as vantagens que a marinha portuguesa obtinha, logrando êxito em diversas vitórias importantes contra as forças portuguesas, contribuindo significativamente para consolidar a independência do Brasil. Sua liderança foi fundamental na defesa das águas brasileiras e na afirmação da soberania nacional, pois além de seu papel militar, ele também implementou reformas na Marinha do Brasil, introduzindo melhorias técnicas e organizacionais.

Labatut enfrentou certos problemas durante seu comando, incluindo questões políticas e desavenças com outras lideranças locais. Seu estilo de liderança, por vezes autoritário, e suas disputas com figuras políticas importantes levaram a conflitos internos. Sendo assim, após divergências com o Conselho Interino e com os oficiais brasileiros da primeira e segunda divisões, Labatut é deposto e substituído pelo coronel José Joaquim de Lima e Silva em maio de 1823 (Santos, 1979, p. 136).

As batalhas que se seguiram alcançaram seu ponto máximo nos meses de maio e junho de 1823, quando as tropas brasileiras, comandadas por Lima e Silva, cercaram Salvador, enquanto a esquadra comandada por Lord Cochrane posicionava-se à frente da Baía de Todos-os-Santos. O Exército Pacificador cercou a cidade e subjugou pela fome as tropas portuguesas (Malerba, 2006, p. 316-317). Sitiado em Salvador, com as vias de abastecimento totalmente cortadas, cercado em terra pelas tropas do Exército Libertador e pelo mar pela esquadra de Lord Cochrane, Madeira de Mello se viu sem muitas alternativas, incapaz de resistir à força do Exército Pacificador.

Com isso, a Legião Constitucional Lusitana não teve outra opção senão se retirar da Bahia durante a madrugada de 2 de julho de 1823. E foi na manhã deste dia que o Exército Pacificador entrou com glória para celebrar a vitória dos baianos contra o conservadorismo e a opressão. Entraram os independentes na cidade da Bahia, cabendo a honra de serem os primeiros do corpo de exploradores, sob o comando do coronel Antero José Ferreira de Brito. Nessa mesma tarde, estava todo o exército dentro dos muros da cidade (Varnhagen, 2010, p. 348). Com a vitória e expulsão dos portugueses pelo exército pela marinha, naquele julho de 1823 se consolidava a separação política do Brasil de Portugal

de forma definitiva, anulando qualquer chance de recolonização do país. Além disso, o 2 de julho se tornava data máxima na Bahia, e igualmente para o Brasil.

A vitória foi muito atribuída aos coronéis, generais, senhores de engenho e pessoas da alta classe que se mobilizaram em prol de uma causa patriótica. Àqueles que estavam à frente dos batalhões foram destinadas as maiores honrarias, tanto em vida quanto após sua morte. A exemplo, temos Pedro Labatut, que apesar de ter sido afastado do cargo, é homenageado com um panteão em Pirajá, um busto no Largo da Lapinha, com três ruas denominadas General Labatut (nos bairros dos Barris, Periperi e Pirajá) e uma praça General Labatut, em Pirajá (Júnior; Filho, 2015, p. 104).

Lima e Silva foi homenageado no bairro da Liberdade, com a avenida Lima e Silva (atual rua Lima e Silva), antiga Estrada das Boiadas, depois Estrada da Liberdade, por onde o Exército Libertador entrou em Salvador no dia 2 de julho de 1823 (Júnior; Filho, 2015, p. 104). Além disso, diversos outros nomes de homens, brancos, receberam títulos de coronel, tenente, marquês, capitão-mor e todo um reconhecimento por parte do imperador. Porém, somente pessoas influentes ou pertencentes à elite receberam boa parte das honrarias. E quanto a participação popular? Quem foram essas pessoas que contribuíram para a consolidação da independência na Bahia e no Brasil?

Participação popular no processo de independência da Bahia

A revolução começa agora/Onde o povo fez história

E a escola não contou/Marco dos heróis e heroínas

Das batalhas genuínas/Do desquite do invasor

(Beto Nega/Diego Oliveira/Diogo Rosa/Julio Assis/Léo do Piso/Manolo)

Na guerra de independência na Bahia é observada a coalizão entre diversas classes sociais em prol de um único objetivo. Isso porque, com a tomada da capital pelos portugueses e a implementação de uma política de recolonização, um conflito se instalou, mobilizando toda a população do Recôncavo Baiano e envolvendo decisivamente a vida das demais partes da capitania/província (Filho, 2004, p. 39). Porém, isso de forma alguma significava que a independência traria benefícios para todos.

Isso se justifica já pela estratificação social da Bahia na primeira metade do século XIX, marcada por uma extrema desigualdade social, onde a grave situação de pobreza e exclusão estava relegada a maioria da população baiana, especialmente em Salvador. Outra questão era sobre a condição dos escravizados, que conforme cita Hendrik Kraay, eram numerosos e participaram dos batalhões, mas apesar de sua dedicação permaneciam excluídos:

O recrutamento em larga escala empreendido em 1822 e 1823 inevitavelmente provocou mudanças na composição social da fileira, da qual pretos e pardos eram oficialmente excluídos no final da época colonial (apesar de que estes fossem às vezes admitidos se tivessem a pele clara). Algumas fontes dispersas sugerem que a fileira patriota era notavelmente mais escura do que a da época colonial. Uma testemunha ocular viu “brancos, pretos e pardos” na guarnição de um forte no litoral, enquanto numa companhia de tropas irregulares serviam trinta e um pardos, quatro brancos e dois cabras, contudo sob comando de três oficiais brancos (Kraay, 2002, p. 112).

Após a independência, o sistema escravocrata permaneceu vigente no Brasil, pois a elite agrária e outros setores poderosos da sociedade mantinham interesses econômicos na escravidão. Outra parte significativa que contribuiu para a defesa do território baiano foram os indígenas, os quais, após a independência da Bahia em 2 de julho de 1823, enfrentaram adversidades decorrentes das mudanças políticas e sociais ocorridas na região. A presença e os direitos dos povos indígenas foram influenciados pelas políticas adotadas pelo governo independente, que nem sempre foram favoráveis aos interesses e às necessidades das comunidades indígenas locais. Manuela Carneiro da Cunha, em seu livro *História dos Índios no Brasil*, explica qual a política que foi adotada no início do Império para com essas populações:

Com José Bonifácio, a questão indígena torna a ser pensada dentro do projeto político mais amplo. Trata-se de chamar os índios à sociedade civil/É verdade que, se tivesse sido aplicado esse projeto, apresentado pelo autor nas cortes portuguesas e na Constituição de 1823, onde foi muito aplaudido, teríamos assistido a um etnocídio generalizado (Cunha, 1992, p. 137).

Desse modo, uma boa parte da população nada tinha a ganhar com a separação política de Portugal. Mas era do interesse daqueles que encabeçaram a guerra de independência que a causa patriótica fosse de aclamação popular, pois o contingente era muito grande, constituídos em sua maioria por homens de cor, que possuíam alto teor de rebeldia. Esse espírito rebelde era motivo de preocupação até mesmo para as elites. Assim, ao conduzir a guerra contra os portugueses que ocupavam a capital baiana, estavam atentos às movimentações populares, com um olho nos portugueses e outro na potencial anarquia popular (Filho, 2004, p. 60).

Revoltas e levantes aconteciam desde o período colonial na Bahia, e o descontentamento com a administração portuguesa em nada agradava à população, que sofria com os inúmeros abusos vindos da metrópole. O estopim do descontentamento, que antecedeu o 2 de julho, foi em 1798, quando 33 homens foram processados por terem tentado articular em Salvador um levante contra Portugal, sendo eles onze escravos, seis soldados de tropa paga, cinco alfaiates, três oficiais militares, dois ourives, um pequeno negociante, um bordador, um pedreiro, um professor, um cirurgião e um carpinteiro. Luís Henrique Dias Tavares, em seu livro *Bahia, 1798*, explica o motivo desse levante:

De início (1797), os conspiradores eram pessoas bem colocadas na sociedade baiana, descontentes com os pesados impostos cobrados pela metrópole e com a falta de liberdade comercial. Mas a esse grupo inicial logo se juntaram artesãos, soldados e escravos, quase sempre negros e mestiços, gente que sofria discriminação social e racial (Tavares, 2012, p. 9).

Então, tendo as elites e a população um inimigo em comum, haveria assim uma coalizão desses grupos por uma causa maior: a independência da Bahia e do Brasil com a expulsão definitiva dos portugueses. Com isso, a guerra de independência na Bahia contou com a participação de escravizados, negros libertos, mulatos, brancos pobres, militares e membros da elite local. Sob o comando de líderes locais, como o general Pedro Labatut e o padre Feijó, que conseguiram mobilizar e unir a população em torno da causa da independência. Essa união de diferentes estratos sociais foi fundamental para o sucesso da resistência contra as forças portuguesas.

A participação popular nos conflitos contra os portugueses, quando não aconteceu de forma direta, ligada aos batalhões ou ao Exército Liber-

tador, se deu em outras condições. As mais constantes e notadas foram as manifestações de rua ou resistindo como podiam as retaliações. O caso mais lembrado de resistência foi o da abadesa Joana Angélica, que resistiu à invasão portuguesa ao convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, conforme relata Affonso d'E. Taunay:

Adeantaram-se para a clausura do Mosteiro, quando, abrindo-se uma porta, heróica, impávida assomou um vulto de religiosa, trazendo ao peito, sobre o escapulario azul, o grande medalhão prelacial de prata, com a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Era a madre abbadessa Joanna Angelica de Jesus/Um miserável, acercando-se então de Soror Joanna Angélica com a boca a vomitar imprecações furiosas e immundas, enterrou-lhe no peito a baioneta (Taunay, p. 165, 1922).

Outra forma de contribuir com a causa patriótica era lutar, mesmo sem estar alistado, nos exércitos, com as armas que tinham. Em vista das mais diversas colaborações, as tropas podiam reunir pessoas de diferentes origens étnicas, regionais, sociais e nacionais. Em algumas oportunidades isso ocorreu, como na batalha de 25 de julho de 1822 em Cachoeira, e na Batalha do Funil. Algumas listas patrióticas indicam, também, que a participação de pessoas comuns nas batalhas se dava principalmente nas vilas litorâneas e povoados das ilhas da Baía de Todos-os-Santos, onde barcos portugueses poderiam, eventualmente, efetuar incursões militares.

Nesse cenário desponta a figura do indígena Bartolomeu, apelidado de Jacaré, chefiou uma tropa de índios tapuias flecheiros, oriundos de Maçarandupió, Soure e Mirandela, no litoral norte do estado. Sua tropa integrou a Companhia da Torre dos Garcia D'Ávila, comandada por Agostinho Moreira Sampaio. Juntos, participaram da Batalha de Pirajá, em novembro de 1822, quando as tropas portuguesas tentaram tomar a região, sendo derrotados. Affonso d'E. Taunay conta um pouco sobre o seu protagonismo:

Manejando o arco e a flecha, avantajavam-se ás demais as guerrilhas dos indios. Guiava-os um delles, de nome Bartholomeu, e appellidado Jacaré pela sua gente, o qual, não só então, mas até o derradeiro combate, mostrou o valor indomável próprio da sua raça (Taunay, 1992, p. 189).

A resistência também é marcada por uma forte presença de figuras de mulheres que demonstraram bravura frente à ameaça lusitana. Além da já citada Joanna Angélica, Maria Quitéria é lembrada como heroína nacional por seu pioneirismo e coragem. Diz a história que Maria Quitéria deixou a fazenda do pai assim que soube das notícias dos acontecimentos de 25 de junho de 1822, na Vila Cachoeira, mesmo estando noiva. Com roupas masculinas (cedidas por um cunhado, José Cordeiro Medeiros), se apresentando como soldado Medeiros ao Batalhão dos Voluntários do Príncipe, chamado “dos Periquitos”, por causa da cor verde da farda. Mesmo com a descoberta de que se tratava de uma mulher, foi mantida na tropa pelo comandante, major Periquitão. Maria Quitéria participou de diversos combates e estava no Exército Libertador que entrou triunfalmente em Salvador no dia 2 de julho de 1823 (Júnior; Filho, 2015, p. 107).

Maria Felipa também desempenha importância e contribuição significativa na defesa do litoral baiano. Mulher pobre, negra e marisqueira, que morava na Ponta das Baleias, na Ilha de Itaparica, Maria Felipa tornou-se uma figura lendária na defesa da ilha. Alta e de grande força física, Maria Felipa liderou um grupo de mulheres e homens que construiu trincheiras, vigiou as praias, dia e noite, e participou dos combates no dia 7 de janeiro de 1823 (Júnior; Filho, 2015, p. 109).

O número de escravizados que estavam nas linhas de frente era significativo, muitos deles se aglomeravam no acampamento principal brasileiro, onde eram empregados nos trabalhos de fortificação, enquanto os soldados escolheram alguns para servirem como criados. Eles eram tantos que o sucessor de Labatut enfrentou problemas para lidar com o contingente. José Joaquim de Lima e Silva, para contornar a situação do massivo recrutamento, emitiu ordens no sentido de restringir o número deles. Dada a natureza irregular dos alistamentos, é impossível estabelecer um número exato de escravizados. Porém, onde fosse que servissem, tais homens eram e continuariam sendo escravizados, pois nem Labatut e nem o Conselho Interino lhes ofereceram liberdade em troca de serviço militar (Kraay, 2002, p. 115).

A população em geral, como já citado, lutava como podia, e se voluntariava também. Um dos grandes aspectos do Exército Libertador é o número de voluntários em relação àqueles soldados que já serviam nas

tropas de linha antes da guerra. Apesar de muitos problemas relacionados à disciplina, aos armamentos e à relação com os oficiais, muitos baianos tornaram-se voluntários e este contingente formou a maior parte dos homens baianos em guerra (Filho, 2004, p. 109). Porém, a rígida disciplina à qual não estavam acostumados, a falta de alimentos, munição e remédios e a arrogância de seus superiores fizeram com que muitos desistissem da luta. Outros, talvez vendo seus superiores como inimigos, passaram a lutar amotinando-se.

O fato de a população reagir às péssimas condições que tinham que lutar contra os portugueses era mal vista pelas elites. Isso se explica pelo significado que a pátria tinha a cada uma das classes, onde para os mais abastados significava uma condição de virtude afirmativa, de ocupação dos negócios que levariam o país ao progresso e à riqueza. Porém, na visão das elites, para as classes mais baixas (e que constituíam a maior parte da população) a pátria deveria significar uma condição de obediência e restrições. Sendo assim, para os pobres livres, libertos e escravizados ser patriota significava ser submisso, sem se rebelar, apenas trabalhar, obedecer e não contestar (Araújo, 2011, p. 93).

Mesmo não contando com o agrado das classes mais altas (sendo que estavam lutando contra um inimigo comum), as rebeliões e deserções continuavam a ocorrer. Entretanto, a presença da população nas linhas de frente das batalhas ainda era significativa. Obviamente que sem a organização e disciplina de muitas autoridades, generais e senhores de engenho do Recôncavo Baiano, as resistências às tropas portuguesas seria inviável. Porém, os principais protagonistas dessa história estavam nos pelotões patrióticos vindos do Recôncavo, do sertão e da Chapada Diamantina, para enfrentar, além dos portugueses, o cansaço, a fome, as doenças e a intransigência dos generais. Conforme cita Ubiratan Castro de Araújo no livro *2 de Julho: a Bahia na Independência Nacional*: “A vitória contra os portugueses só foi possível com o recrutamento desta gente”.

Mas, por que, como já problematizado, a participação popular tem uma importância tão pequena e esquecida na consolidação da independência da Bahia? Isso se dá, segundo frisa Sérgio Armando Diniz, pelo fato de que os registros e escritos relacionados à guerra eram feitos com predominância pelas elites. Com isso, a participação popular não é autorregistrada, e sim escrita pelas mãos de uma preocupada elite baiana,

que era a única, naquele local, que possuía alfabetização. Joel Rufino dos Santos afirma que:

Os sediciosos e malvados “elementos” dos documentos oficiais são a legítima liderança democrática e popular da guerra da Independência do Brasil. Desgraçadamente, só possuímos, sobre eles, documentos oficiais, depoimentos de pessoas investidas de autoridade, “pessoas gradas”. O historiador vê-se, por isso, obrigado a identificá-los indiretamente. Os “sediciosos e malvados elementos” não deixaram escrito o que pensavam das autoridades coloniais e dos patriotas conservadores, de quem eram aliados sob suspeita (Santos, 1979, p. 89-90).

Quando apenas as elites descrevem eventos históricos, a narrativa tende a enfatizar suas perspectivas, experiências e interesses, deixando de fora as vozes, experiências e contribuições das camadas sociais mais baixas. Isso pode distorcer a compreensão da história, ignorando ou subestimando o papel e as lutas da maioria da população. E se tratando da independência da Bahia, ela já não recebe uma importância significativa, em que muitas das vezes é obscurecida pela ênfase na independência nacional, liderada por Dom Pedro I. Sendo assim, o protagonismo da população e todo seu esforço recebe uma dupla ocultação, no qual o evento em que eles tiveram participação não tem tanta importância a nível nacional, e na própria narrativa do evento o ponto de vista que vai prevalecer é o das elites.

Considerações finais

*Pela mátria soberana, eis povo no poder
São Marias e Joanas, os Brasis que eu quero ver*
(Beto Nega/Diego Oliveira/Diogo Rosa/Julio Assis/Léo do Piso/ Manolo)

A participação popular na guerra de independência da Bahia foi fundamental, porém frequentemente negligenciada nos relatos históricos predominantes, pois ainda se perpetua a narrativa do silenciamento, e esse silenciamento distorce a compreensão do evento, subestimando o papel da população comum e exaltando apenas figuras e eventos selecionados.

De fato, as mudanças reivindicadas pela maior parcela da população, constituída de brancos pobres, negros livres ou em situação de escravidão

e indígenas, nunca foram alcançadas. O novo regime, pelo qual muitos deram a vida seria, novamente, o velho, que continuaria os excluindo da política e perpetuando a marginalização vigente desde o período colonial. Porém, eles não podem e nem devem ser pintados como ingênuos ou manipuláveis, pois ainda que sem mudanças muito significativas, ainda era do interesse da população a expulsão dos portugueses, e que só seria possível se houvesse uma aliança com as elites. O que evidencia que ambos tinham seus interesses e objetivos.

O povo baiano efetivamente lutou pela independência, mas não pela independência tal qual se concretizou em 1824 e 1825 na Bahia e no Brasil. Reduzi-los a patriotas esvazia suas lutas de seu potencial radical. A independência do Brasil na Bahia não foi uma vitória popular, mas os homens e mulheres de todas as classes e cores que formavam o grosso do Exército Pacificador lutaram por mais do que a simples independência.

Por fim, percebe-se que a ausência de participação popular não proporcionaria a vitória da causa patriótica. A presença de civis desempenhou um papel vital na vitória do 2 de julho, na medida em que a mobilização e o apoio da população foram fundamentais para o sucesso da luta pela independência da Bahia. Sem esse engajamento e apoio, o desfecho poderia ter sido diferente, tornando a vitória mais desafiadora ou até impossível de alcançar. Para além disso, é fundamental valorizar o próprio 2 de julho como um marco importante na história da Bahia e do Brasil. Essa data, além de representar a conquista da independência da Bahia do domínio colonial, representa a resistência e a luta do povo baiano pela liberdade. Reconhecer e valorizar essa data é honrar a diversidade de contribuições e lembrar a importância da participação popular na construção da história do país.

Referências

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **Cartilha 2 de Julho: a Bahia na independência nacional**. Salvador. Fundação Pedro Calmon. Governo do Estado da Bahia, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FA-PESP, 1992.

FILHO, Sérgio Antônio Diniz Guerra. **O Povo e a Guerra**: participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia. Salvador: UFBA. 2004.

G.R.E.S. BEIJA-FLOR DE NILÓPOLIS. **Brava Gente! O Grito Dos Excluídos No Bicentenário da Independência**. Samba-Enredo 2023. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/beija-flor-rj/samba-enredo-2023-brava-gente-o-grito-dos-excluidos-no-bicentenario-da-independencia/>. Acesso em: jan. 2024.

JÚNIOR, Álvaro Pinto de Carvalho; FILHO, Ubaldo Marques Porto. **2 de julho: Independência da Bahia e do Brasil**. Salvador: Casa de Cultura Carolina Taboada, 2015.

KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”: o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 43, p. 109-126, São Paulo, 2002.

MALERBA, Jurandir; MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O Dia em que o Povo Ganhou**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TAUNAY, Affonso d’e. **Grandes Vultos da Independência Brasileira**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo – Caieiras, 1922.

TAVARES, Luís Henrique Dias, 1926. **História da Bahia**. São Paulo. 6. ed. ver. e ampl. Brasília: Ática/INL, 1979.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Bahia, 1798**. Salvador: EDUFBA, 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de, Visconde de Porto Seguro. **História da independência do Brasil**: até ao reconhecimento pela antiga Metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em Algumas províncias até essa data. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2010.

cancioneiro

